

Relatório e Contas 2024

MOZA

1. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Caros Accionistas, Clientes, Colaboradores e Stakeholders em geral,

O ano de 2024 foi marcado por um crescimento económico fraco, reflectindo os desafios enfrentados em diversos sectores da economia moçambicana. O Produto Interno Bruto (PIB) registou um crescimento de 1,85%, representando um abrandamento face ao ano anterior, que tinha registado uma expansão de 5,30%, influenciado pelo desempenho nos ramos da indústria manufactureira e da indústria de extracção mineira.

No plano internacional, estima-se que a economia mundial tenha crescido 3,2% em 2024, num ambiente ainda marcado por tensões geopolíticas, nomeadamente o prolongamento do conflito na Ucrânia, as relações comerciais entre a China e o Ocidente e a instabilidade no Médio Oriente. Estes factores têm impulsionado reconfigurações na economia global, com o aumento das restrições comerciais e direitos aduaneiros, bem como o surgimento de novos incentivos económicos. Paralelamente, observa-se uma mudança estrutural no comportamento dos consumidores, com uma transição do consumo de bens para o consumo de serviços.

Em Moçambique, a inflação registou uma trajectória descendente ao longo dos primeiros nove meses do ano, atingindo 2,45% em Setembro, o nível mais baixo desde Novembro de 2019. Este desempenho foi impulsionado pela estabilidade cambial e pelo impacto das medidas de política monetária adoptadas, contribuindo para a moderação dos preços. Contudo, no último trimestre do ano, a inflação inverteu esta tendência, acelerando para 4,15% em Dezembro, influenciada pelo comportamento sazonal dos preços dos produtos alimentares e pelo contexto pós-eleitoral. Ainda assim, a inflação média anual fixou-se em 3,20%, situando-se abaixo da meta de 7,0% definida no Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE) para 2024.

Alicerçado pela estabilidade verificada no nível geral de preços, o Banco de Moçambique (BM) realizou durante o ano de 2024 quatro cortes sobre a MIMO (taxa de política monetária), passando de 17,25% para 12,75%. Em linha com esta tendência, a Prime Rate do Sistema Financeiro (PRSF) acompanhou esta evolução, reduzindo-se de 24,10% para 19,70% ao longo do ano. O Requisito de Reservas Obrigatórias em 2024 mantiveram-se para os passivos em Moeda Nacional em 39% e Moeda Estrangeira em 39,50%. Estes cortes estimularam e impulsionaram o aumento do Crédito à Economia, ainda que de forma tímida (+1,2% face ao período homólogo de 2023), com particular incidência ao Crédito à Particulares e ao sector privado na Indústria Extractiva.

O exercício de 2024, foi um ano de intenso trabalho e de consolidação das conquistas alcançadas nos últimos anos, reafirmando a trajectória de crescimento sólido e sustentável do Moza Banco. Num contexto macroeconómico, marcado por desafios e tensões pós-eleitorais, o Banco manteve o seu compromisso de proximidade com os seus clientes e com o mercado, reforçando a confiança e consolidando a sua posição no sector financeiro.

O Banco continuou a registar em 2024 um aumento considerável do nível de confiança dos Clientes e do Mercado em geral. A nível dos recursos de Clientes, registamos um crescimento de MZN 6,8 mil milhões face ao período homólogo, equivalendo a uma variação anual de 16%, o que nos permitiu ao Banco atingir o nível mais elevado da sua história. Esta evolução traduziu-se numa quota de mercado de 6,69%, acima dos 6,50% registados no final de 2023, reafirmando a trajectória de crescimento da instituição.

No âmbito da gestão de risco, o Banco reforçou a cobertura do risco de crédito, assegurando uma abordagem prudente e ajustada às dinâmicas do actual contexto económico e político-social. A orientação regulamentar, aliada a um ambiente macroeconómico desafiante, resultou num aumento do rácio de crédito em incumprimento (NPL) regulamentar para 34,24% face aos 31,24% registados no ano transacto. Todavia, observando as directrizes de apuramento do NPL segundo a *European Banking Authority* (EBA), este indicador registou uma redução de 1,76 pp, fixando-se em 11,79% em 2024, demonstrando o foco do Banco na gestão eficaz do risco de crédito e na melhoria contínua da qualidade dos activos.

Em resposta e em linha com a sua estratégia, o Banco reforçou as imparidades, bem como as medidas de recuperação de crédito, assegurando uma gestão criteriosa da carteira e preservando a estabilidade financeira da instituição.

Adicionalmente, a carteira de crédito registou uma redução de 4,8% face ao exercício anterior, reflectindo essencialmente, as liquidações e pagamentos, num contexto de optimização da exposição ao risco e uma gestão criteriosa dos activos.

Paralelamente, o Banco manteve o seu papel de dinamizador da economia, garantindo uma produção de crédito de MZN 3,8 mil milhões, em linha com a nossa missão de apoiar empresas e particulares, impulsionando o crescimento e a criação de valor para os nossos *stakeholders*.

Os rácios prudenciais continuam a demonstrar a solidez financeira do Banco. A 31 de Dezembro de 2024, o rácio de solvabilidade situou-se em 15,81% e o rácio de liquidez em 37,14%, ambos acima dos requisitos impostos pelo regulador, garantindo a robustez necessária para a prossecução da actividade bancária de forma sustentável.

No que concerne a base de Clientes, o Banco manteve a sua trajectória de crescimento, tendo obtido resultados positivos na vertente de captação de novos Clientes, evidenciando assim, um claro reforço da confiança. O número de clientes do Banco evoluiu de 242.565 para 261.864 Clientes, correspondendo a um aumento anual de 8%.

Crescemos, de igual modo, na digitalização dos serviços bancários, consolidando o papel dos canais digitais como principais pontos de contacto com os clientes. O número de utilizadores das plataformas digitais aumentou 7,6%, acompanhado por um crescimento de 33,3% no volume transaccionado, demonstrando a crescente adopção das soluções digitais pelos clientes.

O negócio internacional registou um desempenho positivo, reflectindo o aumento das operações realizadas com clientes e o fortalecimento das relações comerciais no mercado externo. O volume de transacções aumentou MZN 15,3 mil milhões face ao ano anterior, impulsionado pela optimização das estratégias de suporte ao comércio internacional e pelo reforço das parcerias estratégicas que potenciaram a dinamização das operações.

Mantivemo-nos fiéis ao nosso compromisso de crescimento sustentável, assente no rigor e na prudência que têm caracterizado a nossa gestão, consolidando a posição do Banco no mercado. Assim, em 2024 o desempenho do Banco ficou evidente na evolução do Resultado Bruto da Actividade Bancária, que registou um crescimento de 27% face ao exercício anterior, atingindo 1.178 Milhões de Meticais comparativamente a 932 Milhões de Meticais registados em 2023.

Em consonância com o Plano Estratégico, o Banco deu continuidade à sua estratégia de inovação e transformação digital, implementando iniciativas que visam a modernização da infra-estrutura tecnológica, o fortalecimento da segurança cibernética e a optimização da eficiência operacional.

Entre as iniciativas implementadas, destacam-se a modernização do ecossistema digital, garantindo maior disponibilidade dos sistemas e uma experiência mais fluida para os clientes, assegurando maior eficiência e alinhamento com os padrões internacionais de segurança.

No domínio da cibersegurança, o Banco reforçou as suas políticas, alinhando-as às melhores práticas internacionais de segurança de informação, aumentando a protecção dos dados e a resiliência operacional. Paralelamente, avançou com a digitalização dos serviços financeiros, desenvolvendo soluções para a optimização do Core Bancário e dos canais digitais, promovendo maior eficiência e capacidade de resposta às necessidades do mercado.

A consolidação de uma cultura orientada para a utilização eficiente de dados foi igualmente uma prioridade, tendo sido implementadas soluções analíticas avançadas, permitindo a optimização da gestão de dados e uma melhor identificação de riscos e oportunidades no sector financeiro.

No âmbito da protecção de dados e conformidade com as melhores práticas internacionais, foram adoptadas novas políticas que reforçam o respeito pela privacidade, a qualidade da informação e a segurança dos dados. Paralelamente, a automação de processos foi potenciada através de soluções robotizadas, contribuindo para a eficiência operacional e a agilização de procedimentos internos.

Ainda em consonância com o Plano Estratégico, e reafirmando o nosso compromisso com a Rentabilidade e Sustentabilidade, em 2024, o Moza Banco deu mais um passo significativo na sua estratégia de gestão baseada em dados, consolidando a cultura analítica e reforçando a capacidade de tomada de decisão estratégica. Neste contexto, implementámos o Modelo de Rentabilidade das Unidades de Negócio (RUN), desenvolvido internamente como uma ferramenta essencial para a monitorização e optimização da eficiência operacional.

O Modelo RUN proporciona uma visão detalhada do desempenho financeiro e operacional das Unidades de Negócio, permitindo identificar oportunidades de melhoria e implementar medidas estratégicas que potenciem a rentabilidade e a sustentabilidade do negócio. Para além de um mecanismo de análise, assume-se como um instrumento de gestão estratégica, conferindo maior precisão, rapidez e agilidade à tomada de decisão, alinhando o Banco às melhores práticas de eficiência e desempenho do sector financeiro.

Para além do progresso tecnológico, o Moza Banco tem consolidado uma transformação cultural profunda, sustentada pelo programa “Mozificar”, que simboliza a fusão entre a inovação e a essência da banca relacional, promovendo um mindset organizacional assente numa abordagem mais ágil, humana e inovadora. Através do “Mozificar”, o Banco tem procurado equilibrar modernização e identidade, garantindo que a adopção de novas tecnologias preserve a sua cultura de excelência no atendimento e na personalização da experiência bancária.

Os nossos esforços na construção de uma instituição sólida, inovadora e socialmente responsável foram, uma vez mais, reconhecidos, consolidando a nossa posição como uma referência no sector financeiro. O Moza Banco voltou a ser distinguido como uma das melhores instituições para trabalhar em Moçambique, um reconhecimento que reflecte a nossa aposta contínua no desenvolvimento do capital humano, na criação de um ambiente de trabalho inclusivo e na valorização dos nossos colaboradores.

Reconhecendo o seu papel como agente de transformação social, o Banco reafirmou o seu compromisso com a responsabilidade social e a sustentabilidade, promovendo iniciativas de impacto positivo nas comunidades moçambicanas. As acções desenvolvidas abrangeram diversas áreas estratégicas, com destaque para o desporto, voluntariado, sustentabilidade ambiental, cultura, empreendedorismo, educação e literacia financeira. Das várias acções levadas a cabo, pode-se destacar a expansão do programa radiofónico “Conta com o Moza”, levando conhecimento financeiro a milhares de cidadãos nas zonas rurais e lançamento do projecto “Sonhar o Amanhã”, uma iniciativa que promove o acesso ao ensino e incentiva boas práticas de poupança e gestão financeira junto das crianças e jovens.

O Banco manteve igualmente o seu compromisso com a promoção da cultura, do desporto e da preservação do património, apoiando atletas na representação do País em competições mundiais, e ao mais alto nível, nos Jogos Olímpicos, bem como diversas iniciativas culturais e literárias.

Em 2024, o Moza Banco, através do Clube Moza, seu braço social, consolidou o seu papel enquanto promotor de iniciativas de impacto social e ambiental, reforçando o compromisso do Banco com a responsabilidade social, inclusão financeira e sustentabilidade. Dentro do projecto “Projecto Ciclo Solidário” foram promovidas acções que garantiram o acesso de raparigas em situação de vulnerabilidade a produtos de higiene e educação sobre saúde menstrual. Paralelamente, o Banco lançou a Campanha *Contra a Violência Baseada no Género*, reafirmando o seu compromisso com a igualdade e a protecção dos direitos fundamentais. Destacaram-se ainda acções de apoio a crianças e idosos em situação de vulnerabilidade, bem como a celebração do *Dia de Fazer a Diferença*, mobilizando colaboradores e parceiros para apoiar comunidades carenciadas.

Olhando para o futuro, o Moza Banco reforçou o seu compromisso com a Sustentabilidade, Governança e Responsabilidade Social (ESG), promovendo a integração das melhores práticas ESG na sua estratégia corporativa. No âmbito da gestão responsável do financiamento, o Banco avançou com a categorização das operações de crédito com base no impacto ESG, a implementação de critérios para selecção de fornecedores alinhados com princípios de sustentabilidade e o reforço das linhas de crédito sustentáveis, garantindo a conformidade dos clientes com requisitos ambientais e sociais.

Adicionalmente, foram adoptadas medidas para optimização da eficiência energética, digitalização de processos e eliminação progressiva de plásticos descartáveis, contribuindo para operações mais eficientes e sustentáveis. No âmbito da sua estratégia ESG, o Banco reforçou ainda o apoio a acções de conservação do património e do meio ambiente, com destaque para a reabilitação da Ilha de Moçambique, na sequência dos danos provocados pelo ciclone tropical Gombe, sublinhando o seu compromisso com a preservação do património cultural e ambiental do país.

Durante o ano de 2024, reforçamos o nosso compromisso para com o bem-estar e desenvolvimento social dos seus colaboradores, consolidando uma abordagem integrada que vai além da gestão tradicional de recursos humanos. Através do fortalecimento de parcerias estratégicas, foram asseguradas condições preferenciais para o acesso a serviços de saúde, consultas e tratamentos médicos, promovendo a qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Paralelamente, foram dinamizadas acções de sensibilização e campanhas educativas sobre saúde, literacia financeira e desenvolvimento profissional, fomentando a adopção de práticas saudáveis e responsáveis. O Banco implementou igualmente mecanismos de apoio social para colaboradores que enfrentam desafios de saúde ou de ordem pessoal, assegurando um acompanhamento próximo e adequado.

No sentido de facilitar a vida dos seus colaboradores, foram estabelecidas parcerias para a emissão e renovação de documentos de identificação, garantindo maior comodidade e eficiência no acesso a serviços essenciais. Adicionalmente, no âmbito da sua política de benefícios, o Banco manteve incentivos que favorecem a conciliação entre a vida profissional e pessoal, reforçando a cultura de proximidade e apoio à parentalidade, através da atribuição de dias adicionais para gestão de assuntos pessoais e de políticas de licenças ajustadas às necessidades dos colaboradores.

A concluir, em nome pessoal e do Conselho de Administração, expresso o mais profundo reconhecimento a todos aqueles que, com dedicação e compromisso, têm contribuído para o fortalecimento e crescimento sustentável do Banco.

À Comissão Executiva e a todos os colaboradores, manifesto o mais sincero agradecimento pelo empenho, compromisso e profissionalismo demonstrados ao longo do ano, factores essenciais para o reforço da nossa posição no sector financeiro. Aos nossos valiosos Clientes, reafirmamos a nossa gratidão pela confiança, pilar fundamental da nossa relação de proximidade e parceria. Aos accionistas, o nosso reconhecimento pelo suporte e compromisso com a estratégia de crescimento do Banco. Por fim, dirigimos um especial agradecimento às Autoridades de Supervisão e Governamentais, pelo seu apoio e colaboração, essenciais para a estabilidade do sector financeiro.

Enquanto membros da família Moza, continuamos firmemente comprometidos com a nossa missão de **Fazer Acontecer**, pautando a nossa actuação pelos valores de Ambição, Resiliência, Integridade e Colaboração, garantindo um futuro sustentável e de criação de valor para todos os stakeholders.

Atenciosamente,

Presidente do Conselho de Administração

2. Principais Destaques

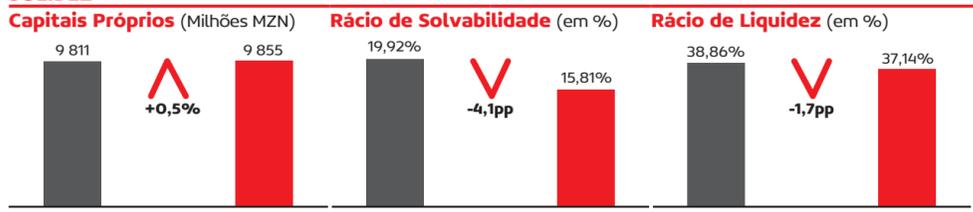
2.1. Principais indicadores

Principais Indicadores	2023	2024	Var.% 2024 - 2023
BALANÇO			
Activos Totais	58 971 811	64 767 413	9,83%
Crédito a Clientes (Líquido) ¹	21 934 189	20 871 681	-4,84%
Recursos de Clientes	43 347 567	50 196 217	15,80%
Rácio de Transformação (Carteira de Crédito Bruta / Recursos de Clientes) ³	58,03%	45,34%	12,68 pp
POSICIONAMENTO COMPETITIVO²			
Quota de mercado no Crédito a Clientes	8,39%	7,76%	-0,62 pp
Quota de mercado em Depósitos	5,65%	6,69%	1,03 pp
Quota de mercado em Activos	5,56%	6,39%	0,82 pp
RENDIBILIDADE			
Resultado Antes de Impostos	326 015	289 955	-11,06%
Resultado Líquido	101 855	(103 821)	-201,93%
Produto Bancário	3 883 940	4 195 987	8,03%
Rácio da Margem Financeira ⁵	7,77%	8,22%	0,44 pp
Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE)	1,11%	-1,06%	-2,17 pp
Rendibilidade dos Activos Produtivos Médios (ROA)	0,19%	-0,17%	-0,35 pp
LIMITES PRUDENCIAIS			
Tier 1	22,64%	18,22%	-4,42 pp
Rácio de Solvabilidade	19,92%	15,81%	-4,11 pp
Rácio de Liquidez	38,86%	37,14%	-1,72 pp
QUALIDADE DOS ACTIVOS			
Imparidade do Crédito	1 847 925	1 889 283	2,24%
Crédito Vencido >90 dias/Crédito a Clientes ⁷	11,15%	12,76%	1,60 pp
Crédito Vencido/Crédito total	25,98%	28,10%	2,12 pp
Rácio Crédito em Incumprimento (NPL - BdM) ⁸	31,24%	34,24%	3,00 pp
Rácio NPL - EBA ⁹	14,26%	12,50%	-1,76 pp
Rácio de Cobertura de NPL	93,17%	78,79%	-14,38 pp
Imparidade do Crédito/Crédito Vencido > 90 dias	72,77%	79,27%	6,50 pp
Imparidade do Crédito/Crédito Vencido Total	69,29%	64,85%	-4,44 pp
Imparidade do Crédito/Crédito a Clientes	7,77%	8,30%	0,53 pp
EFICIÊNCIA			
Custos Operacionais	3 683 453	3 715 315	0,87%
Outros gastos operacionais	1 184 185	1 276 092	7,76%
Gastos com Pessoal	2 084 834	2 029 393	-2,66%
Amortizações	414 434	409 830	-1,11%
Custos/Activos Totais (%)	6,25%	5,74%	-0,50 pp
Cost-to-Income ⁶	66,77%	82,86%	16,08 pp
Outros gastos operacionais/Produto Bancário	30,49%	30,41%	-0,07 pp
Gastos com Pessoal/Produto Bancário	53,68%	48,37%	-5,31 pp
INDICADORES DE NEGÓCIO			
Unidades de Negócio ⁴	63	63	0,00%
Nº de ATMs	103	103	0,00%
Nº de POS	3 272	3 001	-8,28%
Nº de Colaboradores no final do Período	943	971	2,97%
Nº de Clientes	242 565	261 894	7,97%
Nº de Cartões na Rede	106 596	139 829	31,18%

1. Carteira de crédito deduzido das imparidades
 2. Informação estatística do Banco de Moçambique, Dezembro de 2023 e 2024
 3. Recursos de Clientes = Depósito de clientes + obrigações corporativas
 4. Inclui centro de negócio *Private, Corporate* e Institucionais
 5. Rácio da Margem Financeira = margem financeira / activos produtivos médios
 Activos produtivos = Aplicações em Instituições Crédito + Crédito + Títulos
 pp = pontos percentuais
 6. *Cost-to-income* = Custos Operacionais/Rendimento
 7. "Crédito vencido" corresponde às prestações vencidas.
 8. Crédito em incumprimento (NPL - BdM): calculado com base no normativo do Banco de Moçambique (Crédito Vencido, incluindo prestações vencidas). Durante o quarto trimestre de 2024, o BM recomendou que não se anulassem os dias de atraso na data da reestruturação dos créditos (implica igualmente parar de somar dias de atraso, nos casos em que não se verificam), até que se confirme a "cura", que ocorre findos 12 meses de quarentena, ainda que o cliente tenha cumprido com o critério de pagamento de juros e encargos devidos ou feito o reforço adequado de garantias. Esta metodologia pressupõe que todos os créditos em incumprimento, reestruturados ao abrigo do Aviso 16/GBM/2013 de 31 de Dezembro, devem ser incorporados no cálculo do NPL, até se confirmar a "cura" dos mesmos.
 9. Rácio NPL - EBA: www.eba.europa.eu

2.2. Principais destaques

SOLIDEZ

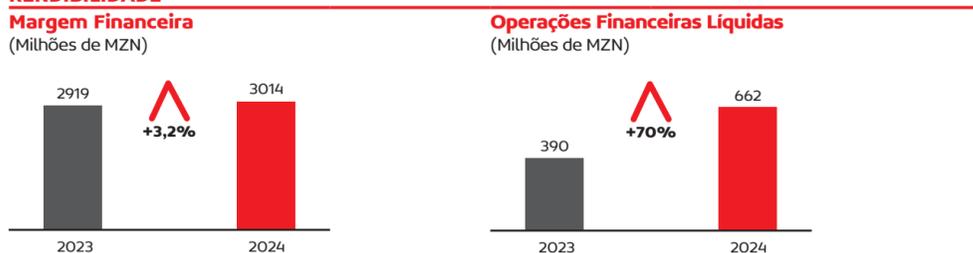


Os capitais próprios do Banco ascenderam a MZN 9 855,4 milhões, registando um crescimento de 0,5% face aos MZN 9 810,8 milhões verificados em 2023. Esta evolução foi impulsionada, em grande medida, pela reavaliação de activos, que teve um impacto positivo no património líquido.

O Rácio de Solvabilidade do Banco fixou-se em 15,8%, permanecendo acima do limite regulamentar mínimo de 13%, reafirmando a sua capacidade para sustentar o crescimento das suas actividades e reforçando a confiança dos seus *stakeholders* no mercado financeiro.

O Rácio de Liquidez do Banco fixou-se em 37,1%, mantendo-se acima do limite regulamentar mínimo de 25%, assegurando uma posição de liquidez sólida, reflectindo a capacidade da instituição para cumprir os seus compromissos e garantir a estabilidade da sua actividade, num contexto macroeconómico desafiante.

RENDIBILIDADE



A margem financeira atingiu MZN 3 013,9 milhões em Dezembro de 2024, registando um crescimento de 3,2% face ao período homólogo, impulsionado pelo aumento dos proveitos resultantes do investimento em instrumentos alternativos do mercado financeiro. Este desempenho reforça a resiliência do Banco na optimização dos seus activos financeiros, mesmo num contexto de forte redução das taxas directoras e da PRSF.

Os resultados de operações financeiras líquidas ascenderam a MZN 662,1 milhões, registando um incremento de +70% face ao período homólogo, impulsionado pelo aumento das operações realizadas com clientes e pelo fortalecimento das relações comerciais no mercado interno e externo, reforçando a posição do Banco no apoio ao comércio internacional.

3. Moza Banco

O Moza Banco é uma instituição bancária de referência no sistema financeiro moçambicano, operando como um banco universal de retalho, com maior representação de capital moçambicano. Desde a sua fundação, em 2008, tem desempenhado um papel determinante no desenvolvimento do sector bancário nacional, disponibilizando uma vasta gama de soluções financeiras e bancárias dirigidas a Particulares, PMEs, Institucionais e clientes Corporate. Detendo a terceira maior rede de agências do país, o Moza Banco mantém um compromisso sólido com o crescimento sustentável, a inovação e a proximidade ao cliente. A sua actuação assenta na missão de fazer a diferença a cada dia e contribuir para o sucesso de Moçambique, promovendo os seus valores fundamentais de ambição, integridade, resiliência e colaboração, que se reflectem no seu lema: "Faz Acontecer"

Os nossos valores

No Moza Banco, os valores institucionais são a base da nossa identidade e guiam a nossa actuação, assegurando um serviço de excelência e uma relação de confiança com os nossos clientes, colaboradores e demais *stakeholders*.

- > **Ambição** - impulsiona-o com a proactividade de quem quer crescer, superar expectativas e inovar constantemente para um futuro sempre melhor.
- > **Resiliência** - define-o pela capacidade de agir com um compromisso inquestionável, pronto para ultrapassar desafios e resolver problemas com foco e convicção.
- > **Integridade** - A transparência, o respeito e o rigor absoluto são pilares fundamentais da nossa cultura, assegurando que todas as nossas acções seguem os mais elevados padrões éticos inabaláveis.
- > **Colaboração** - Acreditamos na força da empatia e da solidariedade, motores principais para que se possa **Ganhar Juntos**, cuidando uns dos outros e estabelecendo relações de proximidade que constroem resultados colectivos.

Transformação Organizacional e Fortalecimento da Cultura Moza

No âmbito do Plano Estratégico 2022-2026, o Moza Banco empreendeu em 2023 uma significativa jornada de transformação organizacional, com especial enfoque na Transformação Digital do Banco. Este programa é um vector estratégico fundamental para reforçar a competitividade do Banco, enriquecer a experiência e satisfação dos Clientes, e estabelecer uma base tecnológica robusta que sustentará o crescimento estável e sustentável do Banco. Complementarmente, fomentar a eficiência operacional, optimizando processos e sistemas internos para melhorar a produtividade dos Colaboradores e a eficiência global do Banco para melhor servir o mercado. Com esta transformação, o Moza Banco aspira a consolidar-se como uma referência inovadora e de excelência no sector bancário. Um elemento crucial para a espinha dorsal desta transformação são as "Pessoas & Cultura". Neste sentido, foi estabelecido um projecto que visa reforçar a cultura interna e a capacitação dos Colaboradores. Durante o ano de 2024, foram dados passos significativos e determinantes rumo à transformação que se pretende operar que se traduziram na implementação bem-sucedida de iniciativas para envolver, inspirar e alinhar os Colaboradores.

Marca Moza

Em 2024, o Moza Banco assinalou o seu 16º aniversário, consolidando um percurso marcado pelo compromisso e dedicação ao desenvolvimento do mercado moçambicano. Desde a sua fundação, o Banco tem mantido o propósito de se afirmar como a instituição financeira de eleição, reflectindo nos seus valores e na sua actuação as aspirações e necessidades dos seus clientes. Ao longo destes anos, o Moza Banco tem-se distinguido pela proximidade e valorização das conquistas dos seus clientes, acompanhando os seus desafios e sucessos. Este compromisso traduz-se na busca contínua pela excelência, reforçando as relações de confiança estabelecidas com os seus clientes e parceiros. Sob o lema "Faz Acontecer", o Moza Banco posiciona-se não apenas como uma instituição financeira, mas como uma fonte de motivação e um parceiro de crescimento, promovendo a resiliência e o dinamismo. A sua mensagem pretende inspirar o progresso pessoal e profissional, incentivando um espírito empreendedor que não se limita a esperar pelas oportunidades, mas que actua para transformar objectivos e ambições em realidade. O Banco associou a sua marca a iniciativas de impacto positivo para a sociedade moçambicana, destacando-se a parceria com a Fundação Clarisse Machanguana, que visa transformar a vida de adolescentes e jovens em todo o país. Enquanto instituição de referência no sector financeiro, o Moza Banco mantém-se empenhado em proporcionar a melhor experiência de banca relacional, liderando pelo exemplo em inovação e serviço de excelência. O percurso trilhado ao longo dos anos reafirma o seu compromisso para com o desenvolvimento sustentável e o progresso das comunidades, consolidando a sua posição como um banco de confiança para o futuro de Moçambique.

Principais Eventos 2024

- > Lançamento do Projecto "Moza Women"
- > Participação no Fórum económico promovido pela revista internacional "The Business Year"
- > Participação no Finance Executive Summit
- > 16º Aniversário do Moza Banco
- > Lançamento da Academia Pra Frente
- > Realização de Feiras de Inclusão Financeira nos Distritos
- > Reedição do programa de educação financeira em rádios comunitárias e em línguas locais "Conta com o Moza"
- > Roadshows no âmbito do programa de Transformação Organizacional e Fortalecimento da Cultura Moza
- > Lançamento da obra de Mia Couto "Cequeira do Rio"
- > Lançamento do Projecto "Pensar Moçambique"
- > Participação na 2ª edição da considerada maior Conferência do Sector bancário, Serviços financeiros e Seguros.
- > Debate sobre os "Desafios da Economia Mundial e seu Impacto em Moçambique" em parceria com a Fundação Dom Cabral;
- > Lançamento da campanha institucional "Faz Acontecer versão 2.0".
- > Evento Pôr do Sol com a Câmara de Comércio Moçambique-Portugal
- > Workshops com Exportadores
- > Financiamento para construção do Silo de estacionamento municipal do Mercado Central em Maputo
- > Feira do Livro "Ler é uma festa"
- > Natal solidário

Prémios/Distinctions

Uma das melhores instituições para se trabalhar em Moçambique

Pela terceira vez consecutiva, o Moza foi, em 2024, eleito uma das melhores instituições para se trabalhar em Moçambique. Desta forma, o Moza posicionou-se entre as instituições que detêm a maior capacidade para reter e atrair os melhores profissionais do sector em que actua. Com base nos resultados obtidos, a Tempus Global atribui a certificação "Elite Employer" às organizações, após avaliar quatro aspectos basilares da pesquisa que nomeadamente são: Compensação e Benefício; Ambiente de Trabalho; Carreira e Cultura.

4. Estrutura Accionista e Órgãos Sociais

4.1 Estrutura Accionista

A 31 de Dezembro de 2024, o capital social do Moza Banco manteve-se em 7.020.750.000,00 MT (sete mil e vinte milhões, setecentos e cinquenta mil Meticais).

Em Assembleia Geral Ordinária de 16 de Abril de 2024, foi deliberada a transmissão das acções do accionista António de Almeida Matos à favor da Moçambique Capitais, passando assim a estrutura do Moza Banco, no que se refere à participação dos Accionistas na sociedade, conforme ilustra a tabela abaixo:

Accionistas	Número de Acções	Valor Nominal (Em Meticais)	Percentagem do Capital
Kuhanha S.A	927.822	4 639 110 000	66,0771%
Arise B.V.	431.296	2 156 480 000	30,7158%
Moçambique Capitais, S.A	45.032	225 145 000	3,2069%
Moza Banco	1.404.150	7.020.750.000	100%

A distribuição geográfica dos accionistas manteve em 2024, a predominância dos accionistas moçambicanos, que representam 69,2842% do total de acções. Esta distribuição sublinha o Moza Banco como uma entidade financeira com forte raiz nacional, consolidando a sua posição como uma instituição financeira de referência nacional.

Origem	Percentagem do Capital
Moçambique	69,2842%
Holanda	30,7158%
Total	100,0000%

4.2 Órgãos Sociais e Modelo de Governação

O Moza Banco tem uma estrutura de governação, composta com destaque para os seguintes órgãos: a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comissão Executiva. Estes órgãos são essenciais para a supervisão e a orientação estratégica do Banco, garantindo a conformidade com os regulamentos e a promoção dos melhores interesses dos *Stakeholders*.

Na Assembleia Geral de 16 de Abril de 2024, foi nomeada a Sra. Carmen Patrícia Varinde Gomes Moreira Gonçalves como Secretária da Mesa da Assembleia Geral, sucedendo à Sra. Sara Mondego Marques. Adicionalmente, por decisão do Conselho de Administração de 30 de Julho de 2024, o Sr. Pedro Miguel de Matos Nunes Correia foi nomeado Administrador Não Executivo, por cooptação, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2024, substituindo o Sr. Manuel Jorge Aranda da Silva.

Assembleia Geral		Conselho de Administração	
Presidente da Mesa	Lourenço Joaquim da Costa Rosário	Presidente	João Filipe de Figueiredo Júnior
Vice-Presidente da Mesa	Maria Violante Jeremias Manuel	Administrador	Adérito José Manso de Sousa
Secretária da Mesa	Carmen Patrícia Varinde G. Moreira Gonçalves	Administrador	Angélica Macave
		Administrador	Devan Hassad Bai Manmoandas
		Administrador	Gomes do Rosário Zita
		Administrador	Pedro Manuel Maldonado de Matos N. Correia
		Administrador	Manuel Jorge Mendes Soares
		Administrador	Ruth Moisés da Pátria
		Administrador	Sérgio Eduardo Ribeiro
		Administrador	Wilfred Jeroen Scheelbeek

Conselho Fiscal

Presidente	Irene Luzidia Maurício
Vice-Presidente	Anastácia Sebastião Chamusse Cuna
Vogal	Nuno Gonçalo Gomes Domingues
Suplente	Isaltina José Franco Mahumane Nhabinde

Modelo de Governação

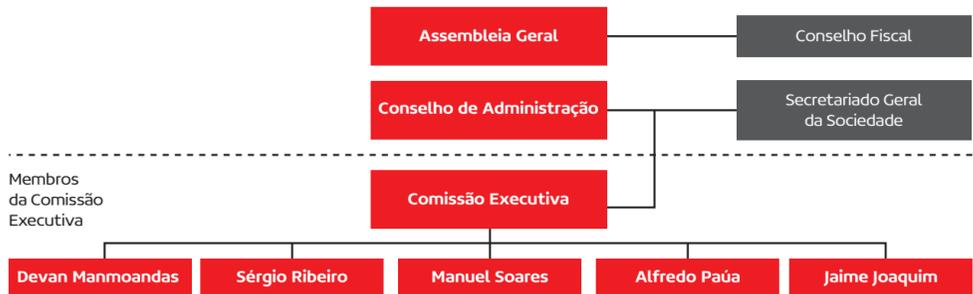
A Assembleia Geral é o órgão máximo da sociedade que representa a universalidade dos Accionistas, sendo que as suas deliberações são vinculativas para todos Accionistas e a Sociedade em geral, quando tomadas nos termos da lei e dos estatutos. O Moza Banco adopta um modelo de governação, em que a responsabilidade pela condução da sociedade está atribuída ao Conselho de Administração, o qual delega a gestão corrente da actividade à Comissão Executiva, cabendo a função de fiscalização ao Conselho Fiscal. Em linha com o compromisso do Banco com uma governação corporativa robusta e alinhada com os desafios do sector financeiro, manteve-se em 2024 a estrutura da Comissão Executiva, cuja composição, nomeação e atribuições foram deliberadas pelo Conselho de Administração na reunião realizada a 28 de Abril de 2023:

Comissão Executiva

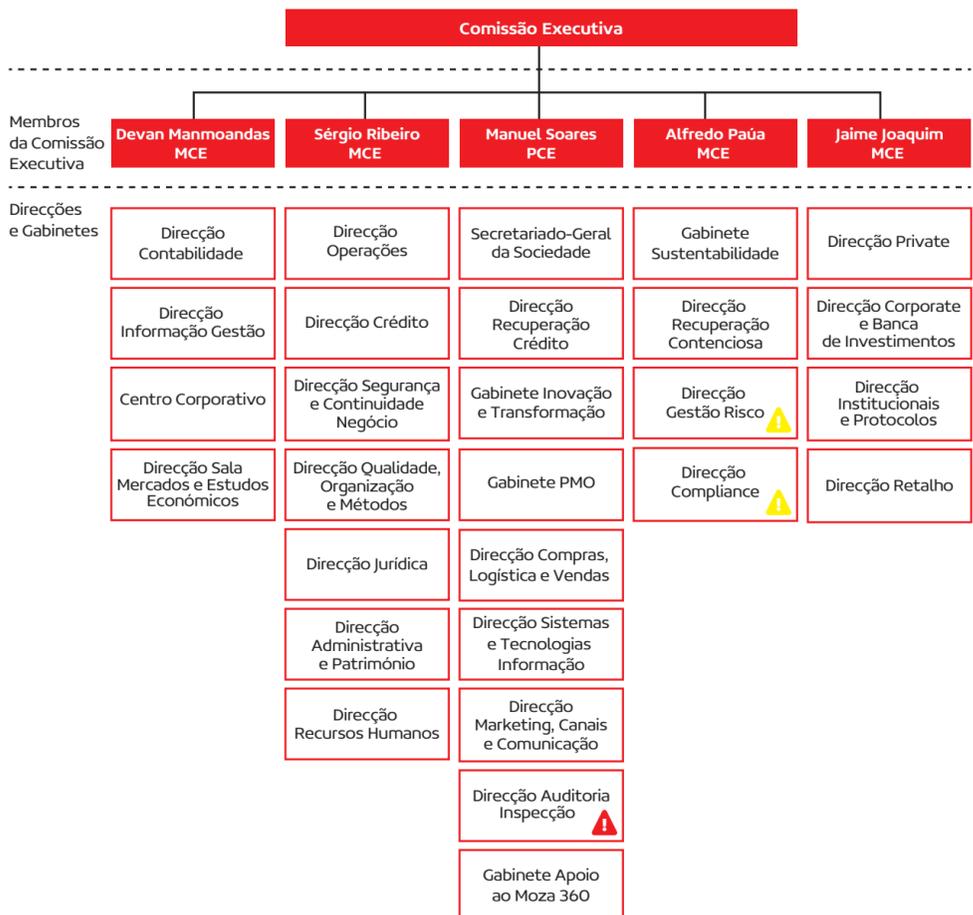
Presidente	Manuel Jorge Mendes Soares
Membro	Sérgio Eduardo Ribeiro
Membro	Devan Hassad Bai Manmoandas
Membro	Alfredo José Paúa
Membro	Jaime de Jesus Joaquim

A Secretária da Sociedade, cuja sua indicação é da competência do Conselho de Administração, tem de entre outras actividades que lhe são atribuídas, a responsabilidade de orientar e apoiar os Órgãos Sociais do Banco em matérias de governação corporativa, legalidade e administrativa, para além do apoio às reuniões do Conselho de Administração e restantes Órgãos Sociais.

A estrutura organizativa do Moza Banco, no final do exercício de 2024, apresentava a seguinte composição:



No que tange à repartição de competências e responsabilidades entre os Membros da Comissão Executiva pelas diversas Direcções do Banco, a 31 de Dezembro de 2024, as mesmas estavam segregadas da seguinte forma:



A A Direcção Auditoria e Inspeção, ao nível do Modelo de Governo de Gestão de Riscos do Banco, reporta hierarquicamente à Comissão de Auditoria, sendo que a sua dependência à Comissão Executiva, é de âmbito meramente administrativo.

B O responsável da Direcção Gestão Risco e o da Direcção Compliance, tem acesso ao Conselho de Administração do Banco por via da Comissão de Avaliação de Risco (presidida por um Administrador Não Executivo).

5. Responsabilidade Social e Sustentabilidade

5.1 Responsabilidade Social

A Responsabilidade Social é um dos princípios fundamentais que orientam a actuação e o posicionamento do Moza Banco no mercado. Através de um compromisso activo com a sustentabilidade e o desenvolvimento social, o Banco tem vindo a apoiar iniciativas que promovem a educação, a literacia financeira, o empreendedorismo, a cultura, o desporto e a inclusão social. Em 2024, reforçamos o impacto destas acções, trabalhando em estreita colaboração com parceiros estratégicos para criar valor para a sociedade moçambicana.

5.1.1. Educação e Literacia Financeira

A estratégia do Banco para promover a educação e a literacia financeira centrou-se em 2 projectos estruturantes, nomeadamente: “Conta com o Moza” e “Sonhar o amanhã”.

Expansão do programa “Conta com o Moza”, abrangendo novas regiões
Após o sucesso da edição inaugural em 2023, com mais de 500.000 ouvintes nas zonas Centro e Norte do País, que culminou com o reconhecimento internacional dos prémios Lusófonos da Criatividade na categoria *Branded Content on Radio*, o programa radiofónico “Conta com o Moza” voltou ao ar em 2024 para capacitar ainda mais populações das zonas rurais em matéria de educação financeira. A edição 2024 abrangeu 5 Distritos da zona Centro: Na província de Manica, Gondola, Machaze e Vanduzi na província de Tete, Tsangano e Zumbo. Este programa iminentemente educativo é transmitido em horário nobre das rádios comunitárias e em línguas nacionais mais faladas localmente. Trata-se de um programa que valoriza a nossa cultura e contribui para a educação e o desenvolvimento do nosso país. Com esta iniciativa, as populações destas comunidades passaram a contar com um importante veículo que lhes possibilita elevar o nível de literacia financeira, para que possam fazer um uso responsável e consciente dos serviços e produtos financeiros, resultando na melhoria da qualidade de vida pessoal, familiar e profissional.

Projecto “Sonhar o Amanhã”
Em 2024, o Banco lançou o projecto “Sonhar o Amanhã”, uma iniciativa estratégica orientada para a educação, o desenvolvimento humano e a sustentabilidade, com o objectivo de promover o acesso ao conhecimento e disponibilizar recursos essenciais a crianças e jovens em diversas regiões do país. No âmbito desta iniciativa, prevê-se a distribuição de cerca de 5.000 kits com material escolar e didáctico, bem como a realização de palestras educativas focadas em conceitos fundamentais de poupança, orçamento e gestão financeira. No ano de lançamento, foram distribuídos mais de 1.000 kits nas províncias de Sofala e Nampula. Ainda no domínio da educação financeira, o Banco deu continuidade à peça teatral “Saber Sonhar o Amanhã”, lançada em 2023, e direccionada ao público infante-juvenil. Esta iniciativa visa fomentar a consciencialização sobre a importância da poupança e da adopção de práticas financeiras sustentáveis, reforçando o compromisso do Banco com a literacia financeira e o desenvolvimento das futuras gerações.

Criação do Canal Mozicast
Em 2024, o Moza Banco reforçou a sua estratégia de comunicação interna com o lançamento do Mozicast, um canal inovador que visa fortalecer a ligação com os colaboradores, garantindo uma comunicação mais dinâmica e interactiva. Através de episódios regulares, a plataforma permitiu a disseminação de informações institucionais, conteúdos formativos e debates sobre temas estratégicos para o Banco e para a sociedade. O Mozicast consolidou-se como uma ferramenta essencial para o alinhamento organizacional, permitindo uma maior proximidade com os colaboradores através de um formato moderno e acessível.

5.1.2. Empreendedorismo e desenvolvimento empresarial

Parceria com a Fundação Dom Cabral na “Academia Pra Frente”, capacitando PME em todo o país
Em Junho de 2024, coincidindo com o seu 16.º aniversário, o Moza Banco lançou a “Academia Pra Frente”, um programa desenvolvido em parceria com a Fundação Dom Cabral, uma das dez melhores escolas de negócios do mundo. Esta iniciativa, disponibilizada através de uma plataforma *online* de fácil acesso, permite que micro, pequenas, médias e grandes empresas em todo o país tenham acesso a conteúdos especializados em gestão de negócios, promovendo a sustentabilidade e crescimento do tecido empresarial moçambicano. A “Academia Pra Frente” reforça o compromisso do Banco com o desenvolvimento do sector empresarial, proporcionando ferramentas e conhecimento para a optimização da gestão e o fortalecimento das empresas, contribuindo, assim, para a dinamização da economia nacional.

Apoio ao crescimento e sustentabilidade económica das PMEs
Reconhecendo o papel da **Associação das Pequenas e Médias Empresas (APME)**, enquanto organismo que congrega e representa os interesses das PMEs a operar no País, o Moza, em 2024, deu seguimento à parceria institucional com esta entidade e concedeu um apoio monetário com vista a assegurar a implementação do plano anual de actividades da APME. Das actividades programadas, conistou a realização de feiras e conferências com o principal objectivo de conectar as empresas, discutir mecanismos para superar os obstáculos que enfrentam, bem assim explorar oportunidades de negócio entre si e formas de integrá-las na cadeia de fornecimento dos “mega-projectos”. Na mesma senda e acoplado ao desenvolvimento empresarial ao empreendedorismo feminino, estreitamos a nossa colaboração com a **Associação MUVA**, focando-nos na implementação do programa PROMOVER. O programa tem como principal objectivo apoiar o desenvolvimento de negócios de PMEs, com foco em desenvolvimento de estratégias de crescimento e geração de emprego, na cidade de Maputo. Adicionalmente, e no contexto da parceria, o Moza participou em feiras empresariais que visavam conectar mulheres empreendedoras e outros integrantes do ecossistema empresarial nacional.

5.1.3. Cultura, Literatura e Desporto

Lançamento do projecto “Pensar Moçambique”
Em 2024, o âmbito do seu compromisso com a valorização e preservação do património sociocultural moçambicano, o Moza Banco lançou o projecto “Pensar Moçambique”, uma iniciativa que promove a reflexão sobre a identidade nacional e a construção da moçambicanidade. Sob o mote “Unindo Gerações - Construção e Reconstrução da Moçambicanidade”, o Banco organizou um ciclo de sessões de debate que contou com a participação de académicos, intelectuais e líderes de opinião, incentivando uma abordagem abrangente sobre as dinâmicas sociais, culturais e económicas do país. Esta iniciativa reforça o compromisso do Moza Banco com a promoção da diversidade cultural, o fortalecimento do património imaterial moçambicano e o desenvolvimento sustentável, contribuindo para a construção de uma sociedade mais informada e coesa.

Desporto: Patrocínios a atletas de elite, como Jacira Ferreira e Yara Salvador
Em 2024, o Moza Banco reforçou o seu compromisso com o desporto nacional, apoiando atletas moçambicanos de alto rendimento em competições internacionais. O Banco renovou o seu apoio à judoca moçambicana Jacira Ferreira, assegurando as condições necessárias para a sua preparação e participação em competições internacionais, contribuindo para a sua qualificação para os Jogos Olímpicos de Paris 2024. O seu empenho, aliado ao apoio institucional do Moza Banco, resultou nesta classificação e participação histórica para Moçambique, reforçando o orgulho e o reconhecimento do país no cenário desportivo global. Adicionalmente, o Moza Banco apoiou a atleta Yara Salvador, integrante da selecção nacional de Tang Soo Do, que representou Moçambique no Campeonato Mundial da modalidade, realizado na Carolina do Norte, Estados Unidos da América. A sua prestação, juntamente com a da equipa moçambicana, culminou na conquista do título de Campeão do Mundo em duas categorias, um feito que consolida a presença do país no panorama desportivo internacional.

Caminhada pela Gratidão
Com o objectivo de incentivar a actividade física e reforçar valores como o reconhecimento e a gratidão, o Moza Banco, através do Clube Moza, realizou a Caminhada pela Gratidão, um evento que promoveu a união entre colaboradores e parceiros, incentivando um ambiente organizacional saudável e colaborativo.

Promoção do desporto corporativo
A promoção do desporto corporativo continua a ser uma prioridade do Moza Banco, contribuindo para a melhoria da saúde e do bem-estar dos colaboradores. Em 2024, as equipas do Banco participaram em torneios de Futsal, Basquetebol e Voleibol nas cidades de Maputo, Chimoio, Tsangano, Tete, Quelimane e Nampula.

Cultura e Literatura
Em 2024 seguimos firmes com a parceria institucional com a Fundação Fernando Leite Couto, o que permitiu realizar um vasto leque de actividades culturais e literárias, incluindo a 6ª Edição do Prémio Literário Fernando Leite Couto, oficinas de escrita, tertúlias, saraus e recitais de poesia, feira do livro, bem como a publicação de obras literárias de autores moçambicanos, entre novos e consagrados, promovendo assim a cultura e a literatura no país. Adicionalmente, o Moza Banco, através do Clube Moza, promoveu iniciativas voltadas para o bem-estar emocional e o fortalecimento das relações interpessoais dos colaboradores. Destacam-se o Concurso “Minha História de Amor”, que incentivou a partilha de histórias inspiradoras de amor e resiliência, e a Campanha “No Passa Tempo”, criada para fomentar a descontração e a motivação em períodos desafiadores. Estas iniciativas reforçaram o espírito de equipa, a empatia e a coesão interna, promovendo um ambiente de trabalho mais equilibrado e positivo.

5.1.4. Sustentabilidade

- Apoio à restauração da Ilha de Moçambique**
O Moza Banco mantém um compromisso activo com a sustentabilidade e a conservação do património histórico e cultural de Moçambique. Em 2024, reafirmou esta missão através do apoio à restauração da Ilha de Moçambique, uma acção concretizada em parceria com a plataforma MAKOBO, na sequência dos danos provocados pelo ciclone tropical Gombe, contribuindo para a reabilitação das infra-estruturas históricas da Ilha, Património Mundial da UNESCO, reforçando o papel do Banco na preservação do legado cultural moçambicano.
- Projecto Ciclo Solidário**
Com o objectivo de promover a dignidade menstrual e a sustentabilidade, o Moza Banco, através do Clube Moza, seu braço social, implementou o Projecto Ciclo Solidário no distrito de Gujjá, província de Gaza. A iniciativa possibilitou a distribuição de kits de higiene menstrual reutilizáveis e a realização de sessões educativas para alunas de escolas públicas, assegurando que a falta de acesso a produtos de higiene não constitua um obstáculo à sua educação. O projecto conta com parcerias estratégicas para ampliar o seu impacto.

5.1.5. Solidariedade

- No Moza acreditamos no poder da solidariedade e no crescimento conjunto. A solidariedade e empatia são, pois, características fundamentais da identidade institucional do Moza Banco. Em 2024, o Banco venceu estes valores, por meio de várias acções de apoio a comunidades e instituições sociais pelo País.
- Dia da Criança e do Dia da Família**
Dentre as principais iniciativas, destaca-se a doação de kits de material escolar a crianças em situação de vulnerabilidade, bem como a celebração do Dia da Criança e do Dia da Família, através de acções de apoio junto de unidades hospitalares, prestando assistência a pacientes internados, e de instituições de acolhimento, proporcionando momentos de convívio e reforço do bem-estar às crianças apoiadas.
 - Dia de Fazer a Diferença**
Adicionalmente, o Moza Banco, através do Clube Moza, promoveu o Dia de Fazer a Diferença uma iniciativa global de voluntariado que mobiliza colaboradores, parceiros e comunidades para acções de impacto social, como apoio ao Lar de Idosos de Magoanine, pintura do muro de vedação e doação de bens essenciais, reforçando a cultura de responsabilidade social do Banco.
 - Campanha Contra a Violência Baseada no Género**
No âmbito da promoção da igualdade de género e da protecção dos direitos fundamentais, o Moza Banco, através do Clube Moza, lançou a Campanha Contra a Violência Baseada no Género, com o objectivo de sensibilizar a sociedade para a erradicação de todas as formas de violência contra mulheres e meninas. A iniciativa incluiu palestras e debates com especialistas, promovendo a consciencialização sobre os direitos das vítimas e os mecanismos de denúncia disponíveis. A campanha reforçou o compromisso do Banco na construção de uma sociedade mais justa e segura para todos.

5.2. Sustentabilidade

O Moza Banco reforçou, em 2024, o seu compromisso com a Sustentabilidade, Governança e Responsabilidade Social, dando continuidade ao desenvolvimento e implementação de iniciativas alinhadas com as melhores práticas ESG (Environmental, Social and Governance).

5.2.1. Principais Acções Desenvolvidas

- Introdução de uma lista de exclusão de operações não financiáveis pelo Banco, em conformidade com critérios ambientais e sociais.
- Categorização das operações de financiamento com base no seu impacto ESG, promovendo práticas sustentáveis.
- Definição de critérios para selecção de fornecedores alinhados com as práticas sustentáveis do Banco.
- Desenvolvimento de ferramentas e procedimentos internos para fortalecer a integração da agenda ESG.
- Promoção da consciencialização sobre sustentabilidade através de iniciativas de capacitação.
- Participação no desenvolvimento de directrizes regulatórias para um enquadramento prudencial de risco climático e sustentabilidade.
- Gestão de linhas de crédito sustentáveis, assegurando que os clientes beneficiários cumpram as exigências ESG associadas ao financiamento.

5.2.2. Objectivos de Redução de Impactos Ambientais

- No âmbito do compromisso com a sustentabilidade, o Banco definiu e implementou medidas estratégicas para mitigar o impacto ambiental da sua actividade. Entre as principais acções desenvolvidas, destacam-se:
- Redução da pegada carbónica, através da optimização de processos e eficiência energética;
 - Eliminação progressiva do uso de plásticos descartáveis, promovendo alternativas sustentáveis;
 - Digitalização de processos, minimizando o consumo de papel;
 - Implementação de medidas de eficiência hídrica, reduzindo o consumo de água nas instalações do Banco.

5.3. Patrocínios e Apoios

- 2ª Conferência Internacional do Sector Bancário, Financeiro e de Seguros:** O patrocínio deste fórum destaca o envolvimento activo do Moza Banco no debate e na evolução do sector financeiro, com enfoque na integração das empresas nacionais nos megaprojectos e na promoção do conteúdo local como vector de crescimento sustentável.
- 2ª Edição da Conferência Marinha:** Este apoio reflecte o compromisso do Moza Banco com a conservação da biodiversidade, no caso específico, da biodiversidade marinha, incentivando a produção e partilha de conhecimento científico nesta área.
- Patrocínio à Câmara de Comércio Moz USA:** O Moza Banco apoiou a realização do evento de apresentação dos novos órgãos sociais da CCMUSA, uma organização que fomenta o fortalecimento das relações económicas e comerciais entre Moçambique e os Estados Unidos da América, impulsionando o desenvolvimento de negócios e investimentos bilaterais.
- CEO Business Lunch e CEO Summit:** O Banco esteve presente nestes fóruns estratégicos, que reúnem líderes empresariais de topo, promovendo a partilha de ferramentas práticas para o desenvolvimento de negócios e investimentos, bem como o fortalecimento das relações institucionais e empresariais no mercado moçambicano.
- Patrocínio ao Instituto Politécnico do Índico e Escola Privada dos Bons Sonhos:** Estes apoios reafirmam o compromisso do Banco com a educação e desenvolvimento humano, através do incentivo à excelência académica.
- Parceria com a RM para transmissão de relatos dos jogos do CAN-2024:** Para garantir que os amantes do desporto rei e os moçambicanos no geral pudessem acompanhar, por rádio, a edição do Campeonato Africano das Nações (CAN), que contou com a participação da selecção nacional "os Mambas", apoiamos a Rádio Moçambique (RM) para viabilizar a transmissão do relato dos jogos da selecção.
- Oferta de computadores a "ADE" e a "NÓS SAUDE":** Com vista a reforçar a sua capacidade de intervenção nas esferas em que operam, oferecemos material informático a Associações nacionais comprometidas na promoção do bem-estar e desenvolvimento socioeconómico dos moçambicanos, nomeadamente a Associação NÓS SAUDE, e a Agência de Desenvolvimento e Empreendedorismo (ADE).
- Apoio à Associação Moçambicana de Apoio à Pessoa com Síndrome de Down:** A contribuição do Moza para esta causa visa facilitar a integração social e económica de pessoas portadoras de síndrome de down apoiando no seu desenvolvimento psico-motor, e garantindo que tenham habilidades práticas para a captação das oportunidades de emprego que despontam no mercado.
- Patrocínio ao músico Arnaldo Manhice:** Apoiamos a edição do primeiro álbum de originais do músico moçambicano em ascensão, Arnaldo Manhice.
- Apoio às festividades Gwaza Muthini:** O apoio tinha por objectivo de valorizar os feitos dos Heróis Moçambicanos que tombaram nas várias frentes de batalha para a "libertação da terra e dos homens".

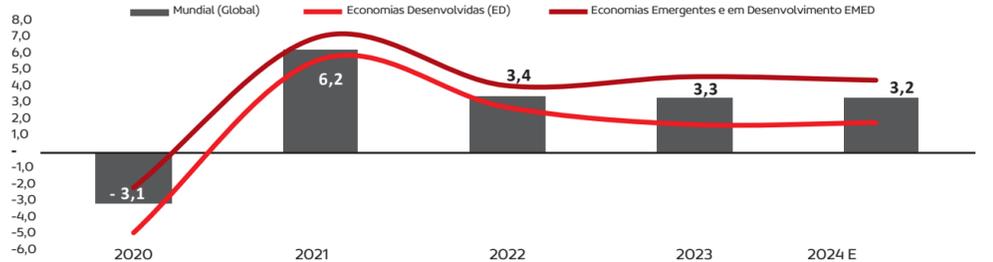
6. Enquadramento Macroeconómico

6.1 Economia Internacional

Crescimento Económico

Após o período de recuperação pós-pandemia, prevê-se que o crescimento do PIB oscile em torno dos 3% no curto e médio prazo. Em 2024, estima-se que a economia mundial tenha registado um crescimento de 3,2%, apesar das tensões geopolíticas, como a guerra na Ucrânia, as relações comerciais entre a China e o Ocidente, e o conflito no Médio Oriente. Estes factores têm impulsionado reconfigurações na economia global, com o aumento das restrições comerciais e direitos aduaneiros, bem como o surgimento de novos incentivos económicos. Adicionalmente, observa-se uma mudança estrutural no comportamento dos consumidores, com uma transição do consumo de bens para o consumo de serviços.

Crescimento Económico Global (%)



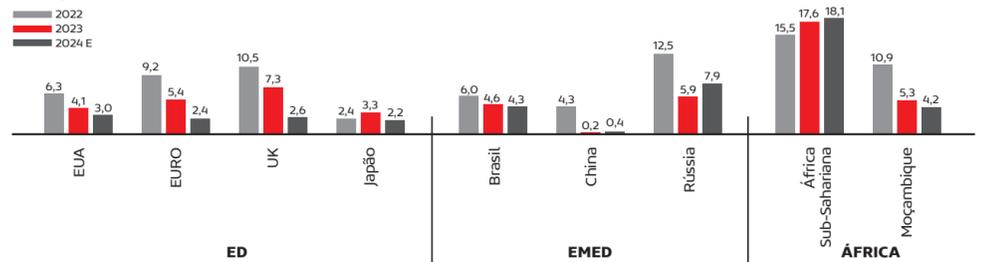
Nota: E - Estimativa

Fonte: FMI - World Economic Outlook, October 2024

Evolução da Inflação

Estima-se que a inflação, em 2024, tenha se situado abaixo dos 5%, representando uma redução significativa face ao pico de 9% registado em 2022. A normalização das cadeias de abastecimento e a estabilização da procura dos consumidores foram determinantes para esta trajectória descendente. No entanto, os níveis de preços continuam elevados face ao período pré-pandemia, reflectindo o impacto de maior protecção comercial, crescimento robusto dos salários, baixo nível de desemprego e uma política orçamental menos restritiva.

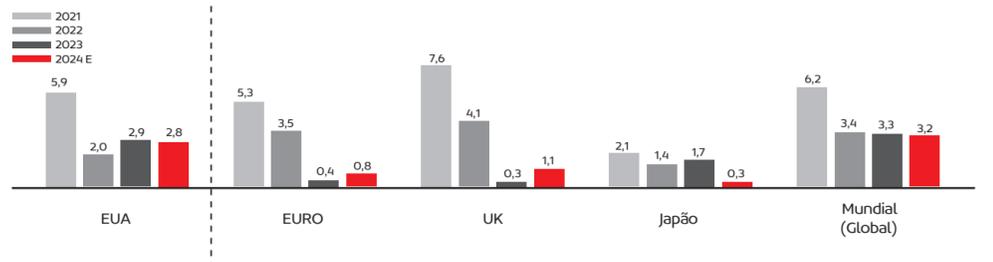
Inflação %



Economias Desenvolvidas

O crescimento económico nas economias avançadas abrandou acentuadamente em 2023 e 2024. A aparente estabilidade observada, não reflecte as diferentes dinâmicas nacionais, à medida que várias forças cíclicas se dissipam e a actividade económica volta a estar em linha com o seu potencial. Nos Estados Unidos (EU), estima-se que o crescimento tenha desacelerado em 2024. Por outro lado, espera-se que no Reino Unido (UK) e na Zona Euro (UE), a actividade acelere, corrigindo o "gap" do produto. No Japão, após o crescimento em linha com o seu potencial em 2023, estima-se que em 2024 a mesma registre uma contracção reflectindo o encerramento mais prolongado das fábricas de automóveis, associado à fraca confiança dos consumidores.

Crescimento Económico das Economias Desenvolvidas %



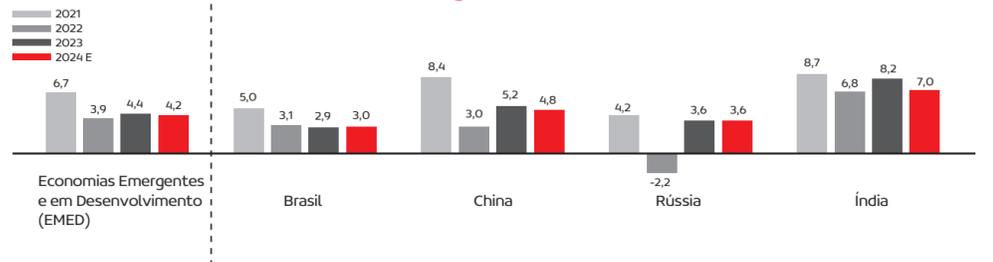
Nota: INE - índice de preços ao consumidor, Dezembro 2023, E - Estimativa

Fonte: FMI - World Economic Outlook, October 2024

Economias Emergentes e em Desenvolvimento

Espera-se que os mercados emergentes e economias em desenvolvimento cresçam em aproximadamente 4,2%, contra os 4,4% observados em 2023. Este movimento, reflecte o desempenho de alguns países asiáticos (China e Índia) que mais do que compensaram o fraco desempenho das economias da África Sub-Sahariana, do Médio Oriente e da Ásia Central. Espera-se que a consolidação do investimento e o crescimento sólido do consumo impulsionem este ritmo de crescimento, apoiados em grande medida pela continuação da flexibilização monetária.

Crescimento Económico das Economias Emergentes e em Desenvolvimento %



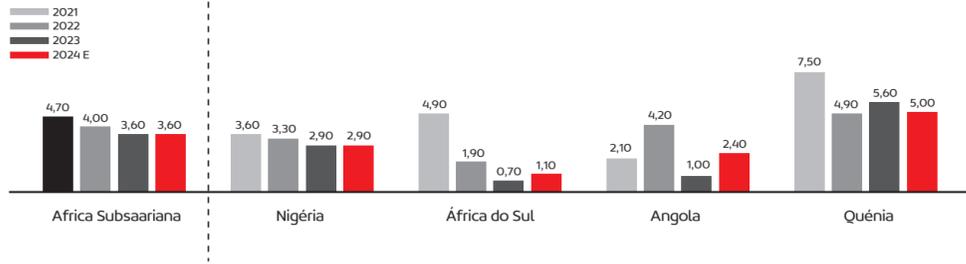
Nota: EMED - Economias Emergentes e em Desenvolvimento, E - Estimativa

Fonte: FMI - World Economic Outlook, October 2024

6.2 Economia Regional - África Sub-Sahariana

Na África Sub-Sahariana, estima-se que o crescimento económico apresente um ritmo de crescimento maior que o observado em 2023, podendo fixar-se em cerca de 4,2% em 2024, contra 3,6% registado em 2023, à medida que os impactos adversos dos anteriores choques climáticos se atenuam e que os constrangimentos da oferta melhoram gradualmente. No entanto, persistem desafios, com destaque para a Nigéria, onde se prevê um abrandamento do crescimento económico devido à expectativa de menor dinamismo da actividade produtiva. Adicionalmente, espera-se que a economia do Sudão do Sul observe uma contracção de aproximadamente 26%.

PIB das Maiores Economias da África Subsaariana %



Fonte: FMI - World Economic Outlook, October 2024

Commodities

Após três anos de volatilidade, os preços dos produtos demonstraram sinais de estabilização ao longo de 2024, não obstante as diversas condições geopolíticas que se verificaram ao longo do ano (invasão da Ucrânia pela Rússia, as relações da China com o Ocidente e o conflito no Médio Oriente). O Banco Mundial estima que o abrandamento dos preços atinja 3% em 2024, conduzindo a que os preços agregados das matérias-primas regressem ao seu nível mais baixo desde 2020, em resposta em parte a melhoria das condições de oferta.

Espera-se que o crescimento da procura de petróleo em 2024, tenha-se aproximado da média do século XXI, porém esta previsão está rodeada de incertezas influenciadas pelos cortes na produção que a OPEP+ efectuou, totalizando cerca de 5,86 milhões de barris por dia (mb/d). Aliado a este facto, os receios de uma escalada regional mais alargada das tensões no Médio Oriente acrescentaram um prémio de risco volátil aos preços do petróleo, embora não se tenham verificado até à data, grandes perturbações no abastecimento.

Até Dezembro de 2024, o índice dos metais registou um aumento anual/acumulado de aproximadamente 9,1%. O ouro - considerado um activo de refúgio - encerrou o ano de 2024 com uma ligeira desvalorização mensal de 0,12%, pressionado pela evolução positiva do dólar e por altos rendimentos do Tesouro dos EUA. Não obstante a ligeira queda, em termos acumulados, o ouro, registou uma apreciação de aproximadamente 30,60%, demonstrando a sua resiliência.

A nível dos alimentos, de acordo com os dados divulgados pela FAO no seu Índice de Preços dos Alimentos, os preços aumentaram em cerca de 6,7% ao longo de 2024, influenciados pelo aumento nos preços de óleos vegetais, de carnes e de produtos lácteos. Esta tendência pode ser justificada por apertados e prolongados suprimentos de óleo de palma, assim como, por uma forte procura global, associada as restrições de produção devido a manutenção de rotina no final do ano no processamento de carne bovina nos principais países exportadores.

Evolução dos Preços das Commodities (2020 - 2024)

Commodities	Real					Anual (%)	
	Dez-20	Dez-21	Dez-22	Dez-23	Dez-24	Dez-23	Dez-24
Petróleo Bruto Brent (USD/Barril)	49,9	74,3	80,9	77,9	73,8	-4%	-5%
Petróleo Bruto WTI (USD/Barril)	47,1	71,5	76,5	72,1	69,8	-6%	-3%
Alumínio (USD/MT)	2 014,7	2 695,5	2 401,7	2 182,4	2 541,0	-9%	16%
Ouro (USD/Onça)	1 858,4	1 790,4	1 797,6	2 026,2	2 648,0	13%	31%
Gás (USD/Milhões de UTB)	2,5	3,7	5,5	2,5	3,0	-54%	20%
Carvão Térmico (USD/MT)	85,2	142,5	215,0	108,8	105,5	-49%	-3%
Milho (USD/MT)	198,8	264,5	302,3	206,5	202,6	-32%	-2%
Trigo (USD/MT)	251,2	327,8	386,3	291,1	252,2	-25%	-13%
Arroz (USD/MT)	520,0	400,0	467,0	644,0	527,0	38%	-18%
Açúcar (USD/Kg)	0,6	0,8	0,8	0,9	0,8	10%	-8%
Algodão (USD/Kg)	1,8	2,6	2,2	2,0	1,8	-10%	-12%
Tabaco (USD/MT)	4 446,8	4 213,3	4 399,3	5 461,8	5 091,5	24%	-7%

Nota: Preços baseado em médias anuais
Fonte: Banco Mundial - Commodity Price Data, January 2024

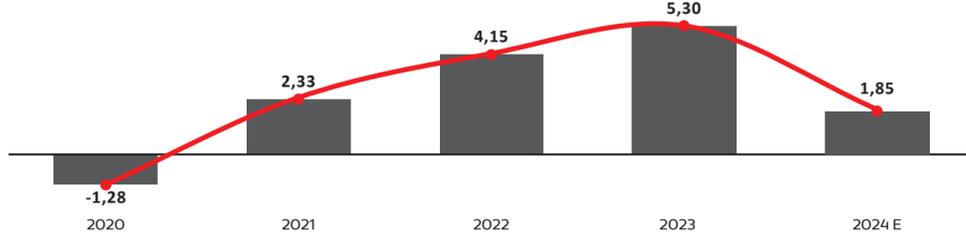
6.3 Economia Nacional

Evolução do PIB

No último trimestre de 2024, a economia nacional registou um crescimento negativo na ordem de 4,87%, como resultado das paralisações da actividade económica, decorrente das manifestações pós-eleitorais, que condicionaram a circulação de pessoas e bens. Este crescimento reflecte o fraco desempenho do sector secundário que foi influenciado pelo ramo da indústria manufacturera que registou uma variação negativa de 11,14%. Reflecte também o fraco desempenho do ramo da Indústria de Extração Mineira com variação negativa 10,06% (sector primário com -4,78%).

Em termos acumulados, a economia cresceu em cerca 1,85%, em 2024, uma redução face ao crescimento verificado em 2023 (5,30%).

Evolução do PIB - Moçambique %



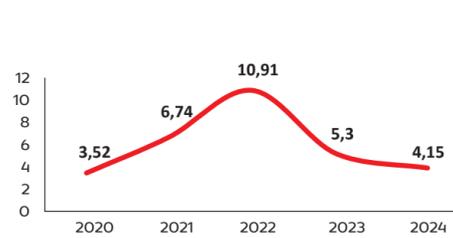
Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística, Contas Nacionais de Moçambique (IV Trimestre 2024)

Inflação

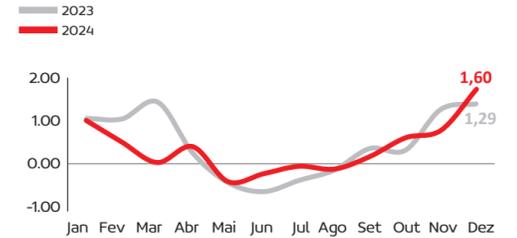
A inflação desacelerou ao longo dos primeiros nove meses de 2024, tendo atingido em Setembro 2,45%, o nível mais baixo desde Novembro de 2019. Este movimento da inflação reflecte o impacto das medidas da política monetária, que se traduziu em parte na estabilidade cambial, assim como a baixa inflação global. Contudo, nos últimos 3 meses do ano, observou-se um comportamento contrário, tendo a inflação acelerado e atingido em Dezembro de 2024, 4,15%, em resposta em parte ao comportamento sazonal de alguns produtos alimentares, assim como, o impacto da tensão-pós-eleitoral.

O nível de preços alcançado em Dezembro de 2024, encontram-se em linha com o objectivo do Banco de Moçambique (níveis de inflação abaixo de 10%). A inflação média anual fixou-se em 3,20%, posicionando-se abaixo da meta definida pelo Governo para 2024 (7,0%) no seu Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE) 2024.

Evolução Inflação Anual (%)



Evolução Inflação Mensal (%)



Fonte: INE - Índice de Preços ao Consumidor, Dezembro 2024

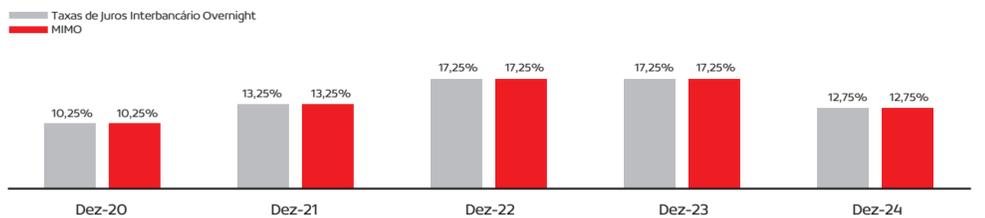
Mercado Monetário

Observou-se ao longo de 2024 uma política monetária expansionista, tendo o Banco de Moçambique reduzido a taxa MIMO em 75pb em cada Comité de Política Monetária, totalizando uma redução global de 450pb. A taxa de juro de política monetária (MIMO) fixou-se em 12,75%. Justifica este posicionamento a continua consolidação das perspectivas de inflação em um dígito, no médio prazo, num contexto em que a avaliação dos riscos e incertezas associados às projecções se mantêm favorável.

Por outro lado, a Autoridade Monetária manteve ao longo do ano os coeficientes de reservas obrigatórias para passivos em moeda nacional e estrangeira em 39% e 39,5%, respectivamente.

A Prime Rate do Sistema Financeiro (PRSF) também reduziu em 440pp no período de análise, fixando-se em 19,70%, acompanhando o movimento da MIMO, assim como a redução do Prémio de Custo no início do ano, em resposta a redução do crédito malparado na economia.

Taxas - MIMO & Mercado Monetário Interbancário

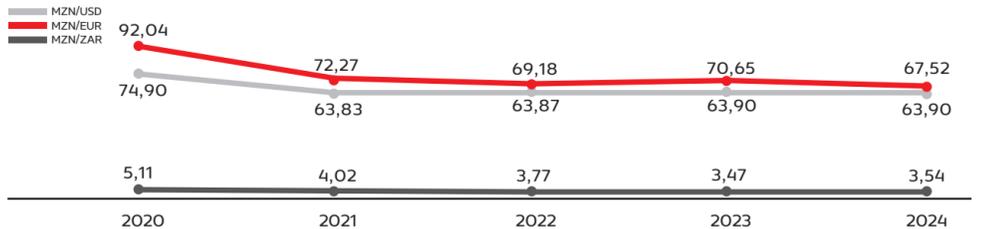


Mercado Cambial

Observou-se ao longo do ano o comportamento de estabilidade do par USD/MZN, contudo, com uma ténue depreciação no final do ano de aproximadamente 0,02% tendo o par se fixado em 63,91 USD/MZN. Esta estabilidade pode ser justificada pela actual orientação monetária, pelo aumento do volume de exportações, assim como pelos fluxos de financiamento em condições favoráveis.

Por outro lado, observou-se uma apreciação para o par ZAR/MZN (tendo passado de 3,47 ZAR/MZN em 2023 para 3,54 ZAR/MZN em 2024).

Taxa de Câmbio do Metical



6.4 Perspectivas Económicas para 2024

a) Economia Global

Segundo o Fundo Monetário Internacional, estima-se que o crescimento económico global se mantenha em torno dos 3,2% em 2025, em linha com a trajectória registada em 2024. Esta evolução reflecte um ciclo de crescimento moderado e sustentado, com importantes mudanças sectoriais e regionais a contribuir para a estabilidade das perspectivas económicas.

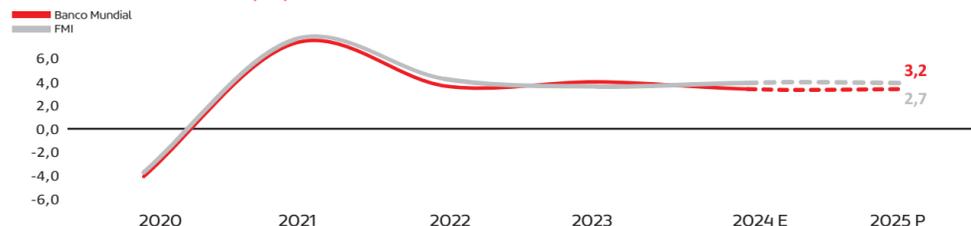
Espera-se uma transição gradual do consumo de bens para o consumo de serviços, tendência que poderá impulsionar a actividade no sector dos serviços nos mercados avançados e emergentes, mas, em contrapartida, poderá gerar uma desaceleração na indústria transformadora. Adicionalmente, verifica-se uma crescente deslocação da produção industrial para economias de mercado emergentes, nomeadamente a China e a Índia, enquanto as economias avançadas enfrentam desafios de competitividade.

Com a desaceleração da inflação registada desde 2024, a trajectória das taxas directoras de política monetária tem vindo a ajustar-se progressivamente, acompanhando o novo enquadramento macroeconómico. Este movimento reflecte o esforço dos bancos centrais para evitar um aperto excessivo das condições financeiras, mitigando riscos à actividade económica. Prevê-se a continuidade deste processo de redução gradual das taxas de juro para níveis considerados mais equilibrados, compatíveis com um crescimento económico sustentável e com a manutenção da inflação dentro das metas definidas.

Destacam-se como principais pressupostos ao desempenho da actividade económica:

- Commodities:** prevê-se que os preços do petróleo aumentem 0,9% em 2025, influenciados em parte pelos cortes na produção por parte da OPEP+, pelo crescimento sustentado da procura mundial de petróleo e pelas tensões geopolíticas no Médio Oriente que compensam o forte crescimento da oferta não pertencente à OPEP+. Contudo, de um modo geral, prevê-se que os preços dos combustíveis básicos reduzam, em média, 3,8%, devido às reduções dos preços do gás natural e do carvão. Por outra, estima-se que os preços dos produtos alimentares diminuam 4,5% em 2025, impulsionados pela produção mundial de cereais que deverá atingir máximos históricos entre 2024 e 2025.
- Política Monetária:** na zona do euro, esperam-se cortes de 50pb em 2025, conduzindo a taxa de juro directora para 2,5% até Junho de 2025. Por outro lado, espera-se que a taxa dos fundos federais nos EUA, atinja o seu equilíbrio de longo prazo de 2,9% no terceiro trimestre de 2026, o que representará uma redução acumulada de cerca de 135 pontos base.
- Política Orçamental:** espera-se que os governos das economias avançadas reduzam os défices primários para metade até 2029, impulsionados por reformas orçamentais a iniciar em 2025. Nos EUA, a dívida pública deverá continuar a aumentar, atingindo 131,7% do PIB até 2029, enquanto na Zona Euro, prevê-se a estabilização do rácio dívida/PIB em torno dos 88%. Nos mercados emergentes, prevê-se um maior equilíbrio orçamental, enquanto nas economias em desenvolvimento estão em curso esforços de consolidação fiscal.

PIB da Economia Global (%)



Nota: E - Estimativa, P - Projecção
Fonte: Banco Mundial - *Global Economic Prospects, October 2024*
 FMI - *World Economic Outlook, October 2024*

b) Economia Nacional

O ano de 2025 iniciou-se num contexto de desaceleração económica, fortemente condicionado pelas paralisações de actividades económicas e vandalização de bens públicos e privados, na sequência de manifestações resultantes do processo eleitoral. Estes eventos tiveram um impacto considerável sobre a actividade económica, com particular incidência no sector do comércio. De acordo com a Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA), no seu relatório Impacto das *Manifestações no Sector Empresarial e Medidas para Mitigação*, estima-se que as perdas registadas pelos empresários tenham ascendido a 8,4 mil milhões de meticais.

Com este cenário, acredita-se que a economia irá crescer ligeiramente no primeiro trimestre de 2025. Contudo, espera-se que o crescimento real do PIB no final do ano acelere, em resultado de uma dinâmica de alavancagem económica e social promovida pelo Governo, que tenderá a potenciar a actividade económica em meio a reformas com o objectivo de assegurar maior confiança e estabilidade social.

Adicionalmente, espera-se que o trabalho no projecto da Área 1, o aumento dos serviços e da actividade mineira (carvão e alumínio), influenciem no desempenho da actividade económica ao longo do ano. A política económica tenderá a ser dominada pela implementação de reformas ao abrigo da facilidade de crédito alargada de três anos do FMI, que visa restaurar a estabilidade macroeconómica e a sustentabilidade da dívida. O crescimento do investimento fixo poderá ser potenciado à medida que o sector do gás seja desenvolvido.

Perspectiva-se a manutenção da tendência de níveis de preços controlados e em 1 dígito para 2025, reflectindo a política monetária menos restritiva, a estabilidade do metical, a redução dos preços das mercadorias no mercado internacional, não obstante as incertezas quanto à duração da tensão pós-eleitoral e o seu impacto sobre os preços de bens e serviços. Estima-se que o nível de preços acelere para 5,03% em 2025.

Em resposta à evolução dos níveis de preços na economia nacional e a perspectiva de sua manutenção abaixo dos 5%, espera-se que a Autoridade Monetária mantenha a postura observada ao longo de 2024, com mais cortes nas taxas directoras em 2025. Mantém-se favorável a estimativa dos riscos e incertezas associados às projecções da inflação a longo prazo.

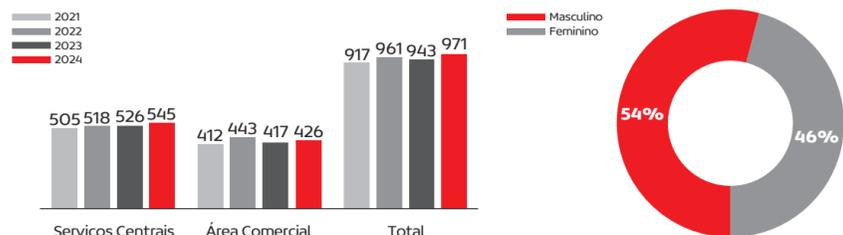
O alívio monetário esperado irá conduzir à redução da Prime Rate do Sistema Financeiro (PRSF), que já se posiciona abaixo dos 20%, e estima-se que se aproxime dos 16% nos finais de 2025, mantendo todos os outros factores, determinantes para o apuramento deste indicador, constantes.

Contudo, recentemente, a Fitch Ratings reduziu o rating “*Long-Term Foreign-Currency Issuer Default Rating (IDR)*” - “Rating de Incumprimento do Emitente”, influenciada pela elevada pressão sobre o financiamento externo, resultante da débil capacidade do país para assegurar o serviço da dívida comercial e do acesso insuficiente a financiamento externo. Adicionalmente, a incapacidade de consolidar as finanças públicas tem agravado as necessidades de financiamento, aumentando as tensões de liquidez em moeda estrangeira.

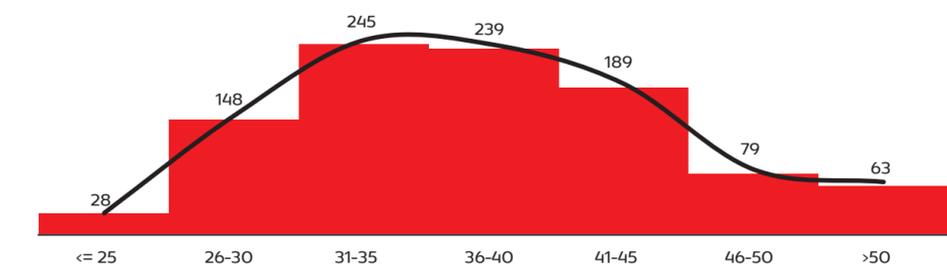
7. Actividades de Suporte ao Negócio

7.1 Gestão de Pessoas

Em 2024, o Moza Banco registou um crescimento moderado no seu quadro de pessoal, com o número de colaboradores a aumentar de 943 para 971, representando um incremento de 3%, reflectindo a aposta contínua na atracção e retenção de talento.



A composição do género manteve-se inalterada comparativamente ao período homólogo, respeitando o princípio do equilíbrio e igualdade de oportunidades de género na política de captação e retenção de pessoas.



O Banco mantém um quadro de colaboradores predominantemente jovem, com uma média de idade de 37 anos. As faixas etárias compreendidas entre 31-35 e 36-40 anos representam, cumulativamente, 44% do total de colaboradores, evidenciando uma estrutura etária equilibrada.

Formação

No âmbito do compromisso com a valorização e capacitação contínua dos seus colaboradores, o Moza Banco reforçou a inclusão de novas temáticas no seu programa de formação, privilegiando uma abordagem digital e integrada. Através da sua plataforma interna de *e-learning* e do acesso a plataformas externas, o Banco assegurou uma maior abrangência e eficácia nas acções formativas, promovendo a actualização contínua dos seus quadros e a adequação das competências às exigências do sector financeiro.

A instituição mantém a aposta nos seus formadores internos, que assumem um papel cada vez mais relevante na dinamização das acções de formação, garantindo a partilha de conhecimento especializado e ajustado às necessidades do Banco. Em linha com esta estratégia, foi igualmente reforçada a capacitação dos formadores internos, garantindo que estes dispõem das ferramentas e metodologias mais eficazes para a transmissão do conhecimento e desenvolvimento das competências técnicas e comportamentais dos colaboradores.

Em 2024, foram realizadas 251 acções de formação, totalizando 22 121 horas de capacitação e abrangendo 4 001 participações. Destacam-se formações nas áreas de conformidade regulamentar, gestão de risco operacional, prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, ética e conduta, conflitos de interesse, gestão de denúncias, bem como formações técnicas especializadas e de actualização para diversas funções críticas.

Adicionalmente, o Moza Banco, através do Clube Moza, seu braço social, reforçou o compromisso com a valorização das pessoas, estabelecendo parcerias com universidades nacionais e internacionais para a promoção da formação académica nas áreas de Gestão Empresarial e Finanças. Este programa pretende potenciar o desenvolvimento profissional dos colaboradores e contribuir para a qualificação do talento interno, fortalecendo a competitividade do sector financeiro.

Estas iniciativas reforçam a aposta do Banco na qualificação dos seus colaboradores, assegurando um desempenho sustentado, alinhado com as melhores práticas do sector e contribuindo para a excelência do serviço prestado aos clientes.

Revisão de Normativos

Em 2024, o Moza Banco procedeu à revisão de diversas políticas e normativos internos, com o objectivo de garantir o alinhamento com as melhores práticas de gestão de pessoas e as exigências regulamentares aplicáveis. No âmbito deste processo, foram actualizadas as políticas de compensação e benefícios, gestão de férias e ausências, processamento salarial e assistência médica. Estas actualizações visam reforçar a valorização dos colaboradores, assegurando um ambiente de trabalho mais atractivo e alinhado com as necessidades organizacionais.

Acções de Natureza Social

Reconhecendo a importância da promoção do bem-estar e do desenvolvimento social dos seus colaboradores, o Moza Banco tem vindo a adoptar uma abordagem integrada que transcende a dimensão técnica da gestão de pessoas, abrangendo áreas como saúde, bem-estar e cidadania.

No decurso de 2024, foram implementadas diversas iniciativas orientadas para a promoção da saúde e qualidade de vida dos colaboradores, com destaque para:

- > Reforço de parcerias estratégicas com prestadores de serviços de saúde, proporcionando condições preferenciais em consultas e tratamentos médicos;
- > Acções de sensibilização em diversas temáticas de saúde e bem-estar, promovendo a consciencialização sobre a importância da prevenção e adopção de estilos de vida saudáveis;
- > Apoio remoto a colaboradores que enfrentam desafios de saúde ou sociais, assegurando o acompanhamento e orientação adequados;
- > Organização de campanhas educativas e palestras sobre literacia financeira, gestão de carreira e outros temas relevantes para o desenvolvimento pessoal e profissional;
- > Estabelecimento de parcerias para facilitar a emissão e renovação de documentos de identificação, garantindo maior comodidade e eficiência para os colaboradores e seus familiares no acesso a serviços essenciais.

No âmbito da sua política de benefícios, o Banco mantém um conjunto de incentivos destinados a proporcionar maior equilíbrio e flexibilidade aos colaboradores, destacando-se:

- > A atribuição de dias adicionais para a gestão de assuntos pessoais;
- > Políticas de licenças ajustadas às necessidades dos colaboradores, promovendo uma cultura de apoio à parentalidade e à conciliação entre a vida profissional e familiar

7.2 Rede de Distribuição

No final do ano de 2024, a rede de distribuição do Moza Banco era composta por um total de 63 Unidades de Negócio, distribuídas da seguinte forma:

- > 60 Agências,
- > 1 Centro Private,
- > 1 Centro Corporate e
- > 1 Centro Institucional.

Neste sentido, a cobertura geográfica do parque de Unidades Negócio Moza apresentava-se distribuído conforme detalhado a seguir.



7.3 Actividade Comercial

Em 2024, a actividade comercial do Moza foi desenvolvida dentro de um contexto macroeconómico desafiador, influenciado grandemente pela redução das taxas de referência das operações de crédito (Prime rate) e a redução da taxa MIMO e a manutenção de medidas restritivas da política monetária, com o coeficiente de Reservas Obrigatórias em moeda nacional e estrangeira a manter-se em níveis de 39%, e 39,5%, respectivamente.

Adicionalmente, a conjuntura social complexa vivida pós-eleições eleitorais a partir de Outubro, impôs desafios adicionais à estratégia do Moza Banco.

Apesar das adversidades impostas pela conjuntura macroeconómica e social, o Banco demonstrou, mais uma vez, a sua capacidade de superação e resiliência, mantendo o foco nos seus clientes e suas necessidades. Mais do que um ano de desenvolvimento de novos produtos e soluções, foi um ano dedicado a aprofundar e fortalecer as relações, tanto com os clientes empresariais bem como os clientes particulares de todos os segmentos: Retalho (PMEs e Particulares), Private Banking, Corporate & Investment Banking, e Institucional. Este acompanhamento próximo com reforço adicional no final do ano traduziu-se num aumento de relação e num conhecimento aprofundado sobre os diferentes tipos de clientes e sectores de negócio.

- > a) Premiação de clientes: Durante o ano, para os clientes particulares, o Banco desenvolveu campanhas promocionais e programas de incentivo, oferecendo benefícios e prémios para clientes com salários domiciliados e para a reactivação de contas. Todas as campanhas foram suportadas por uma abordagem estratégica, alicerçada em dados, com base na análise de comportamentos e tendências dos clientes.
- > b) Intensificação da relação com os clientes: No segmento empresarial foi implementado um serviço mais personalizado, com a realização de conversas e visitas a clientes de todo o país, visando um conhecimento aprofundado das empresas e dos seus negócios. Mantivemos o foco no sector do agro-negócio, revitalizando e reforçando as relações com soluções financeiras adaptadas a cada fase do ciclo produtivo, contribuindo assim para o seu crescimento e desenvolvimento sustentável. Adicionalmente, reforçando o compromisso com este sector de elevada relevância, foi realizado um diagnóstico global do mercado, com o objectivo de identificar oportunidades e desafios, promovendo uma resposta mais ajustada às suas necessidades.

Desta forma, o Banco reafirmou o seu compromisso com os clientes, fortalecendo as relações existentes e garantindo um acompanhamento próximo e personalizado. Mesmo num cenário desafiante, o Moza Banco manteve o foco no apoio às famílias e empresas, contribuindo de forma activa para o desenvolvimento económico e social de Moçambique.

7.3.1 Resultados obtidos pelos Meios de Pagamento e Canais

Meios e Canais de Pagamento

Em 2024, num cenário marcado por incertezas políticas e económicas, como os protestos eleitorais que se estenderam para além de Outubro, os serviços de canais e meios de pagamento do Moza se destacaram pela sua resiliência e inovação.

Apesar das adversidades externas, como desafios operacionais que afectaram temporariamente o ecossistema de pagamentos, o Banco alcançou marcos importantes, consolidando a sua posição no mercado e fortalecendo a relação com os clientes.

Iniciativas como a funcionalidade de “**identificação do beneficiário**” nas transferências para carteiras digitais, as **transferências em tempo real** para contas de outras instituições de crédito (OIC) através dos canais digitais, campanha de **incentivo ao uso de cartões com prémios atractivos e estabilização dos sistemas**, contribuíram significativamente para alcance desses marcos e reforçaram a confiança e a satisfação dos clientes.

Os resultados alcançados em 2024 evidenciam um crescimento sólido e consistente, reflectindo o compromisso do Moza em adaptar-se aos desafios e continuar a oferecer soluções que promovam uma experiência superior para os seus clientes.

Cartões - Em 2024, a actividade de cartões registou um desempenho sólido, evidenciado pelo crescimento de 62,0% no volume transaccionado e de 49,5% no número de transacções. Este crescimento reflecte a crescente adesão e utilização dos meios de pagamento electrónicos por parte dos clientes, impulsionado pela estabilização das infra-estruturas e sistemas de pagamento, bem como pela campanha de incentivo ao uso de cartões. Estas iniciativas reforçam o compromisso do Moza Banco em promover a digitalização dos pagamentos, proporcionando aos clientes soluções seguras, inovadoras e adaptadas às suas necessidades.

POS - Em 2024, os POS registaram um crescimento, com um aumento de 20,6% no volume de transacções e de 21,8% no número de transacções, impulsionado pela estratégia de optimização do parque de equipamentos, que incluiu a realocação dos dispositivos para comerciantes com maior potencial, garantindo uma utilização mais eficiente e alinhada com a dinâmica do mercado.

ATM - As ATMs registaram um desempenho positivo em 2024, com um crescimento de 36,3% no volume de transacções e de 20,7% no número de transacções, impulsionado pela modernização e optimização do parque de equipamentos, através da substituição de ATMs mais antigas por modelos tecnologicamente mais avançados, reforçando a fiabilidade e a eficiência do serviço e proporcionando uma melhor experiência aos clientes.

Canais Digitais - Os canais digitais do Moza Banco mantiveram uma trajectória de crescimento em 2024, evidenciando uma recuperação significativa e um crescimento contínuo na adesão e utilização por parte dos clientes. O número de utilizadores com acesso às plataformas digitais alcançou cerca de 182.000, representando um crescimento global de 7,6%. Adicionalmente, verificou-se um aumento de 8,2% no número de transacções e de 33,3% no volume transaccionado, impulsionado por um conjunto de iniciativas estratégicas e tecnológicas, consolidando a importância dos canais digitais na experiência bancária dos clientes.

7.4 Estratégias de Inovação e Transformação Digital

Em 2024, o Moza Banco deu continuidade à sua estratégia de inovação e transformação digital, reforçando a modernização da sua infra-estrutura tecnológica e garantindo a evolução dos seus serviços financeiros. As iniciativas desenvolvidas ao longo do ano foram orientadas para a optimização da resiliência operacional, o reforço da segurança cibernética e a melhoria da experiência dos clientes, consolidando a posição do Banco enquanto instituição de referência na digitalização dos serviços financeiros em Moçambique.

A penetração da internet no país atingiu 23,2% da população até Janeiro de 2024, evidenciando um crescimento de 11,8% face ao ano anterior, apesar de desafios persistentes como os custos elevados de acesso e as limitações infra-estruturais. Paralelamente, a inclusão financeira registou um marco histórico de 94,5% até Junho de 2024, impulsionada pelo crescimento das Instituições de Moeda Electrónica (IME) e pela digitalização dos pagamentos, permitindo que quase 95 em cada 100 adultos possuam uma conta digital, contrastando com os 30% que detêm contas bancárias tradicionais. Esta tendência reforça a necessidade de inovação contínua e adaptação do sector financeiro às novas realidades de consumo e acesso digital.

Neste contexto, o Moza Banco tem intensificado os seus investimentos em novas soluções tecnológicas, assegurando maior disponibilidade dos serviços e maior eficiência na gestão de operações. Em 2024, foram implementadas diversas iniciativas estratégicas que consolidaram a modernização do ecossistema digital, incluindo:

- > **Reforço da Infra-estrutura Tecnológica:** Implementação de boas práticas internacionais na gestão e segurança dos sistemas, assegurando maior resiliência operacional e protecção da informação.
- > **Optimização da Estabilidade e Desempenho dos Sistemas:** Melhoria da disponibilidade dos serviços e redução dos tempos de processamento das operações, proporcionando uma experiência mais eficiente aos clientes.
- > **Automação e Gestão de Dados:** Aposta em soluções avançadas para optimização da análise de dados, permitindo maior suporte à tomada de decisão e maior eficiência operacional.
- > **Reestruturação e Mapeamento de Processos:** Desenvolvimento de iniciativas para aumentar a agilidade na resposta ao cliente, garantindo maior eficiência na operação e adaptação às novas dinâmicas do sector.

7.4.1 Abordagem do Banco no Âmbito da Digitalização e Modernização dos Serviços

A transformação digital do Moza Banco não se limita à adopção de novas tecnologias, representando, antes, uma mudança estrutural e cultural abrangente, assente numa abordagem de gestão da mudança e na adopção de um *mindset* ágil. Este processo visa garantir a sustentabilidade e competitividade do Banco num ecossistema financeiro cada vez mais dinâmico e digitalizado.

Para assegurar uma transição eficiente e sustentável, foram desenvolvidas iniciativas estratégicas destinadas a preparar os colaboradores para este novo paradigma digital, promovendo novas formas de trabalhar, baseadas na colaboração, flexibilidade e inovação contínua.

Neste contexto, foram realizadas acções de sensibilização e capacitação, impulsionando uma cultura de inovação e reforçando a adaptabilidade às novas tecnologias, garantindo o alinhamento entre processos, tecnologia e modelo de negócio. A implementação de metodologias ágeis tem permitido otimizar a eficiência operacional, acelerar o desenvolvimento de soluções e reforçar a cooperação interdepartamental.

Estas iniciativas consolidam os avanços registados na modernização da infra-estrutura tecnológica, no reforço da segurança, na optimização da experiência do cliente e no desenvolvimento organizacional, assegurando a continuidade da estratégia de transformação digital do Banco e promovendo uma cultura de inovação, resiliência e excelência operacional.

7.4.2 Estratégias de dados

Em 2024, o Moza Banco consolidou a sua estratégia de gestão baseada em dados, reforçando a cultura analítica e aprimorando a capacidade de tomada de decisão estratégica. No âmbito deste compromisso, a implementação do Modelo de Rentabilidade das Unidades de Negócio (RUN) constituiu um marco significativo na optimização da eficiência operacional e avaliação da rentabilidade das agências bancárias.

O Modelo RUN foi concebido como uma ferramenta estratégica de gestão, permitindo ao Banco monitorizar de forma integrada o desempenho financeiro e operacional das suas Unidades de Negócio. Com uma abordagem baseada na centralização da informação e na automação de processos, este modelo assegura uma avaliação criteriosa da rentabilidade das operações, promovendo uma gestão eficiente dos recursos e maior agilidade na tomada de decisão.

Paralelamente, a integração de tecnologias de *business intelligence* aumentou a capacidade do Banco para analisar informação crítica com maior rapidez e precisão. Complementarmente, a actualização das políticas de governança de dados, alinhada com as melhores práticas internacionais do sector, assegurou maior transparência, rigor e conformidade na gestão da informação.

A implementação do Modelo RUN e a aposta contínua na gestão estratégica de dados fortaleceram a resiliência e competitividade do Moza Banco. Ao disponibilizar uma única fonte de informação fiável e centralizada, o Banco reforça a eficiência operacional, a tomada de decisão baseada em dados e o crescimento sustentável, consolidando o seu compromisso com a inovação e a sustentabilidade no sector financeiro.

7.5 Compliance, Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa

Em 2024, a função de Compliance do Banco baseou-se na continuidade ao cumprimento da sua missão principal de promover e assegurar que o Moza cumpra com as exigências legais, regulamentares, estatutárias, normativas, éticas, de boa conduta e das boas práticas bancárias nacionais e internacionais aplicáveis, no quadro do ambiente de controlo e supervisão institucional definido pelas entidades reguladoras competentes e o normativo legal a que se encontram sujeitos.

Ainda no âmbito do processo de suporte e apoio ao País, com vista a retirada de Moçambique da denominada lista cinzenta *grey list* do GAFI, face a nova legislação, o Banco procedeu com a revisão de normativos internos e a divulgação das novas directrizes das leis em questão, com o objectivo de fortalecer as medidas internas no processo de prevenção e combate ao branqueamento de capitais, financiamento ao terrorismo e financiamento da proliferação de armas de destruição em massa.

> **Reforço dos Processos de Controlo e Conformidade:** O Banco reforçou os seus processos de conformidade, assegurando a transparência e integridade das suas operações. Foram implementadas medidas rigorosas na abertura de contas, incluindo a identificação e monitorização de Beneficiários Efectivos e Pessoas Politicamente Expostas (PEP's), em conformidade com a Lei nº 14/2023. Paralelamente, decorreram acções de fiabilização e actualização de dados, garantindo a regularização documental de clientes e a inactivação de contas sem informação actualizada.

No relacionamento com Bancos Correspondentes e Instituições Financeiras, foi fortalecido o processo de *Know Your Customer* (KYC), assegurando a actualização da informação do Banco na plataforma Bankers Almanac. Adicionalmente, foram aprimorados os mecanismos de filtragem de fornecedores e entidades transaccionais, reforçando a prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento ao Terrorismo (BCFT) e consolidando a confiança dos *stakeholders* na instituição.

> **Colaboração com Entidades Externas:** Decorrente do compromisso de colaboração, durante o ano de 2024, o Banco manteve a contínua colaboração com a Procuradoria Geral da República - PGR, Gabinete de Combate ao Crime Organizado e Transnacional (GCCOT), na prestação de informação processual e transaccional dos clientes.

> **Formação sobre Temáticas de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e de Compliance:** Em 2024, o Moza Banco reforçou o seu investimento na capacitação dos colaboradores, alinhado com a estratégia de excelência no serviço ao cliente e com os mais elevados padrões de ética e conformidade. Neste contexto, foram promovidas acções de formação direccionadas para a prevenção e combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e Proliferação de Armas de Destruição em Massa, assegurando que os colaboradores actuam em conformidade com os requisitos legais e regulamentares.

Estas iniciativas reforçaram a cultura organizacional de Compliance, abrangendo temas como o Código de Ética e Conduta, a gestão de Conflitos de Interesses, os mecanismos de Denúncia e a importância do cumprimento rigoroso das normas e regulamentos aplicáveis. O reforço contínuo destas competências contribui para a mitigação de riscos, a integridade institucional e a confiança dos clientes e *stakeholders* no Banco.

Monitoria e Colaboração com Entidades

No âmbito da consolidação da cultura de *Compliance* e do reforço da abordagem baseada no risco, foram implementadas melhorias nos processos e procedimentos internos, com enfoque na componente de *Customer Due Diligence*. Estas iniciativas visam otimizar a gestão do risco, reforçar a eficácia dos mecanismos de controlo e, simultaneamente, melhorar a experiência do cliente, assegurando um equilíbrio entre rigor regulatório e eficiência operacional.

Monitoria de transacções

O Banco reforçou os seus procedimentos de monitorização de transacções, permitindo a identificação atempada de operações potencialmente suspeitas de branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e proliferação de armas de destruição em massa. Foram aplicadas medidas correctivas para garantir a conformidade com os normativos aplicáveis e mitigar os riscos operacionais e reputacionais associados.

Reporte e Comunicações de transacções suspeitas

O Banco manteve uma colaboração estreita com as entidades reguladoras, garantindo o reporte regular e rigoroso ao Gabinete de Informação Financeira de Moçambique (GIFIM) e à Procuradoria Geral da República (PGR), cumprindo integralmente as obrigações de comunicação de operações e actividades suspeitas, de acordo com a legislação em vigor.

Operações com estrangeiro

Por outro lado, a Direcção de *Compliance*, garantiu a contínua análise de operações com o estrangeiro (OPÉ's- enviadas e OPR's- recebidas), através da avaliação da filtragem automática contra listas internacionais (com registo de incidentes de crimes financeiros e/ou países sancionados, no âmbito das operações com estrangeiro (via *SWIFT*), bem como a análise de documentos de suporte das operações.

Colaboração com Autoridades Competentes e com outras entidades

O Moza Banco manteve o seu compromisso com a transparência e cooperação junto do Banco de Moçambique e demais entidades de supervisão, assegurando a prestação de informações de forma célere e rigorosa, conforme as exigências regulamentares aplicáveis.

Conformidade Regulamentar

Análise Legal

Com vista a assegurar o cumprimento das exigências legais e regulamentares, o Banco acompanhou de forma contínua as actualizações dos dispositivos legais, implementando ajustamentos necessários nos seus processos e políticas. Destacam-se, nomeadamente, as actualizações nos domínios do risco cibernético, operações cambiais, prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo e operações com o exterior, contribuindo para uma actuação proactiva e alinhada com as melhores práticas do sector.

Pareceres Comerciais e sobre Produtos do Banco

No âmbito da emissão de pareceres e da participação no processo de criação e revisão de produtos e serviços, o Compliance assegurou que todas as soluções disponibilizadas pelo Banco estão em conformidade com a legislação em vigor e alinhadas com as melhores práticas do sector.

Neste contexto, o Compliance interveio activamente na optimização de produtos e serviços, colaborando estreitamente com as áreas comerciais na análise e revisão de novas ofertas, garantindo o equilíbrio entre inovação, conformidade regulatória e mitigação de riscos. Este suporte contribuiu para a adequação dos produtos às necessidades do mercado, assegurando simultaneamente a conformidade com os normativos do Banco Central.

Elaboração Revisão e Validação de Políticas/Normativos e Documentos

Neste contexto, no âmbito do fortalecimento da cultura de Compliance foram revistos e actualizados documentos essenciais, com destaque para a Política de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, bem como a Política de Protecção ao Consumidor, garantindo a conformidade com as exigências regulamentares e as melhores práticas do sector.

Adicionalmente, foram analisados e validados normativos internos, garantindo a sua harmonização com os dispositivos legais aplicáveis. O Banco reforçou ainda a comunicação interna sobre matérias estratégicas, promovendo a transparência e o rigor na sua actuação institucional.

O Banco reforçou os mecanismos de gestão de conflitos de interesse, assegurando a execução de procedimentos eficazes para a sua identificação, prevenção e mitigação. Estas acções visam promover uma cultura organizacional pautada pela integridade, pelo rigor e pelo cumprimento das normas éticas e regulamentares aplicáveis, consolidando a confiança dos *stakeholders* e a solidez institucional.

8. Gestão do Risco

8.1 Introdução

A Gestão de Risco no Moza Banco, é considerada um pilar fundamental para apoiar na resposta às incertezas do contexto de mercado em que o Banco actua nos mais variados domínios e que possam pôr em risco as suas actividades e afectar o seu perfil de risco. Deste modo, o Moza Banco encontra-se permanentemente atento às vulnerabilidades que caracterizam a sua actividade, o contexto económico em que se insere e potenciais perdas no Capital, Rentabilidade e Liquidez que podem ocorrer, em resultado do impacto de eventos não esperados nas suas actividades ou no seu negócio. Nessa perspectiva a Gestão de Riscos assume uma importância acrescida, onde se privilegiam os princípios de boa Governança Corporativa, através da implementação de políticas, processos e procedimentos que respeitem as boas práticas de Gestão de Risco.

A definição, acompanhamento e implementação da política de Gestão de Riscos no Moza Banco, conta com o envolvimento de todas as áreas na Gestão dos Riscos materialmente relevantes, no sentido de apoiar os Órgãos de Administração do Banco.

O Moza Banco identifica, mensura, controla e gere os principais riscos de forma que, a sua mitigação seja efectiva e em linha com o seu apetite ao risco, criando parâmetros que permitam um equilíbrio entre o risco assumido e o retorno esperado.

Visando uma melhor combinação entre o risco e os resultados, o Moza Banco actua de forma prudente na gestão dos riscos financeiros e não financeiros, em linha com os regulamentos impostos pela Entidade Reguladora e em harmonia com as melhores práticas internacionais, de onde resultam a concepção de políticas, princípios, procedimentos, metodologias e definição de limites de risco, que conduzem a actividade do Banco nos vários segmentos de negócio.

Para assegurar o cumprimento dos objectivos estratégicos definidos e o perfil de risco a que o Banco se encontra exposto, a condução da gestão é efectuada de acordo com o modelo de Gestão de Risco aprovado na Instituição, a partir do qual são identificados os riscos inerentes e potenciais. Este processo de Gestão de Risco inclui a identificação, a medição, o controlo e o acompanhamento dos riscos, bem como a determinação do impacto (positivo ou negativo) desses riscos nos resultados e/ou no capital.

A taxonomia de riscos do Moza Banco engloba 14 tipologias de risco, nomeadamente: Risco de Crédito; Risco de Liquidez e Financiamento; Risco de Mercado, Risco Imobiliário, Risco de Capital, Risco Operacional; Risco Estratégico e Modelo de Negócio; Risco Reputacional; Risco de Compliance; Risco de Conduta, Risco de Modelo, Risco de Governo Interno; Risco de Sustentabilidade Ambiental, Social e Governo e Risco de Tecnologias de Informação e Comunicação.

Nesta taxonomia de riscos, inclui-se o Risco de Concentração, regulado especificamente pelo Banco de Moçambique, através da Circular nº.3/SCO/2013 de 31 de Dezembro.

De um modo geral, a gestão de risco é efectuada de forma contínua através de:

- > Adopção de um modelo de Governança, que permite o acompanhamento dos Órgãos de Administração e Gestão de Topo, através da Comissão de Avaliação de Risco e do Comité de Controlo de Risco;
- > Monitoria contínua do cumprimento do apetite ao Risco aprovado pelo Conselho de Administração;
- > Definição e divulgação de políticas, procedimentos e limites que resultam das boas práticas bancárias e em conformidade com a Regulamentação emanada pelo Banco de Moçambique;
- > Implementação de Sistemas de monitoria e acompanhamento regular da informação de gestão;
- > Actualização da taxonomia de riscos e metodologias de avaliação de processos críticos.

Estrutura de funcionamento da Gestão de Risco

Cabe à Direcção de Gestão de Risco (DGR), a responsabilidade de coordenar os processos de Identificação, Mensuração, Controlo e Acompanhamento dos principais riscos inerentes à actividade do Banco, assim como apoiar na definição e implementação dos controlos que permitam reforçar o ambiente de controlo interno das áreas de negócio ou áreas de suporte.

Em termos de linhas de reporte e comunicação, a DGR presta suporte e reporte à Comissão de Avaliação de Risco, ao Comité de Controlo de Risco e à Comissão Executiva, em linha com as orientações estratégicas definidas pelo Conselho de Administração.

A Comissão de Avaliação de Risco, que emana do Conselho de Administração, é presidida por um Administrador não Executivo, que dedica especial atenção à gestão de riscos do Banco, com especial enfoque no acompanhamento da evolução dos diferentes riscos e no cumprimento das políticas, regulamentos e limites de apetite de risco aprovados pelo Conselho de Administração.

O Comité de Controlo de Risco, que emana da Comissão Executiva, reúne mensalmente para monitorar os principais indicadores de risco e avaliar os planos de acção propostos ou desenvolvidos para garantir a melhoria dos indicadores de risco.

8.2 Perfil de Risco do Banco

No âmbito do acompanhamento dos diversos riscos, o Moza Banco tem presente os riscos considerados materialmente relevantes que constituem o seu perfil de risco, cuja gestão é considerada essencial para garantir o desenvolvimento, rentabilidade e sustentabilidade do negócio assim como da actividade do Banco e simultaneamente assegurar a conformidade com os requisitos regulatórios e legais.

O Moza Banco controla de forma contínua e prudente o seu perfil de risco, assegurando o cumprimento dos limites definidos pelo Conselho de Administração em relação aos riscos materiais associados à sua actividade.

A evolução do sistema financeiro e as constantes transformações tecnológicas obrigam à adopção de técnicas mais sofisticadas de mitigação de risco, consubstanciadas nas boas práticas internacionais e na observância dos princípios emanados pelo Órgão Regulador do Sistema Bancário. Para o efeito, o Moza Banco procura, de forma constante, dotar-se de ferramentas e procedimentos ajustados aos riscos a que a actividade do Banco se encontra potencialmente exposta.

Não obstante a responsabilidade pela gestão global dos riscos e do cumprimento dos limites de apetite ao Risco ser da DGR, cabe ao Conselho de Administração a responsabilidade global pela gestão do risco no Banco, exercida através do seu papel de supervisão. Este, por sua vez, delega determinadas responsabilidades de gestão de risco na Comissão de Avaliação de Risco, conforme definido nas políticas internas do Banco.

Principais actividades desenvolvidas e intervenções mais relevantes da Gestão de Risco

Para dar resposta ao ambiente macroeconómico e regulatório cada vez mais desafiador e visando estar em linha com as melhores práticas, em 2024 o Banco desenvolveu uma série de acções relevantes no âmbito da gestão de risco, das quais se destacam:

- > Implementação de um processo de Risk Control Self-Assessment para os processos críticos do Banco;
- > Elaboração do Relatório do Sistema de Controlo Interno do Banco, reforçando a transparência e solidez do sistema de gestão de risco, em conformidade com os requisitos regulatórios e boas práticas internacionais;
- > Aperfeiçoamento dos modelos de credit scoring PME e clientes particulares, assegurando uma avaliação mais eficiente e estruturada do perfil de risco e permitindo uma tomada de decisão mais ágil das propostas de crédito;
- > Automatização de processos de recolha e tratamento de dados, visando a melhoria da qualidade da informação, a optimização das análises e a eficiência na tomada de decisão;
- > Actualização dos factores de Risco (PDS, LGDs e BMs) aplicados ao Modelo de Imparidade do Banco, em linha com as melhores práticas internacionais sobre a matéria;
- > Implementação de Programas de formação abrangentes em matérias relacionadas com riscos, onde foram abordados tópicos essenciais, como gestão de riscos de crédito e risco operacional;
- > Revisão de normas internas relativas à gestão de riscos, bem como a participação em projectos estratégicos, que fortalecem a estrutura organizacional e a capacidade de resposta aos riscos;

Governo da Gestão de Risco e Linhas de Defesa

O Moza Banco adopta o modelo de 3 (três) linhas de defesa, para a gestão dos diferentes riscos, o que garante segregação e transparência sobre as responsabilidades atribuídas a cada uma das partes envolvidas na gestão de risco, desta forma assegura-se que:

1. Na primeira linha de defesa encontram-se as Unidades de Negócio e as Unidades que geram as exposições aos Riscos (tomadores de risco), que têm como principais responsabilidades: identificar, acompanhar e mitigar os riscos dos negócios, mantendo os controlos eficientes.
2. Na segunda linha de defesa consideram-se as seguintes Direcções:
 - Direcção de Gestão de Risco (DGR), que tem como principais funções: assegurar a protecção do capital do Banco, no que se refere à exposição aos riscos de crédito, mercado (taxa de juro e cambial), liquidez e operacional, entre outros, verificando a todo o momento se o nível de risco do Banco, se mantém dentro do apetite e limites definidos pelo Conselho de Administração. Colabora com as diferentes Unidades de Negócio a fim de garantir que a primeira linha de defesa (áreas tomadoras de risco) identifica, avalia e reporta os riscos das suas actividades de forma atempada e correcta.
 - Direcção de Compliance, que tem como missão principal assegurar que o Moza Banco cumpra com as suas

exigências legais, regulamentares, estatutárias, éticas, de boa conduta e boas práticas bancárias nacionais e internacionais aplicáveis, através do controlo e supervisão institucional definido pela entidade reguladora e normativos internos (incluindo questões relacionadas com a Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento ao Terrorismo e Financiamento da Proliferação de Armas de Destrução em Massa).

3. Na terceira linha de defesa encontra-se a Direcção de Auditoria, responsável por rever, de forma independente, os controlos internos em vigor, através de auditorias aos processos de negócio, de suporte e/ou de controlo, identificando as áreas de maior risco através da avaliação da eficácia, eficiência e regularidade dos procedimentos implementados nos vários processos do Banco.

9. Análise Financeira

9.1 Nota Introdutória

A actividade económica em 2024 foi marcada por um crescimento moderado, num contexto de desafios macroeconómicos e tensões geopolíticas que impactaram a economia global e nacional. Apesar da inflação controlada e da flexibilização da política monetária, o ambiente manteve-se exigente. Ainda assim, o Banco continuou a consolidar a sua posição, alinhando a sua actuação com os objectivos estratégicos definidos.

Apesar do contexto desafiante, o Banco alcançou, em 2024, o nível mais alto da sua história em Recursos de Clientes, que registaram um crescimento de 15,8%, fixando-se em MZN 50 196,2 milhões, face aos MZN 43 347,6 milhões registados no ano anterior. Este desempenho robusto reflecte a confiança sustentada dos clientes e a capacidade do Banco em captar aproximadamente MZN 21 209,7 milhões em novos depósitos, reforçando o compromisso de disponibilizar produtos e serviços adaptados às necessidades do mercado e fortalecendo a sua posição competitiva no sector financeiro.

Relativamente à Carteira de Crédito a Clientes, o Banco adoptou uma abordagem mais prudente na actividade creditícia, ajustando-se às dinâmicas do actual contexto económico e político-social. Este posicionamento traduziu-se no reforço da cobertura do risco de crédito e numa gestão criteriosa dos activos, resultando numa redução de 4,8% da carteira líquida, que se fixou em MZN 20 871,1 milhões, face aos MZN 21 934,2 milhões registados no exercício anterior, essencialmente influenciada por liquidações e pagamentos, reflectindo uma estratégia de optimização da exposição ao risco e preservação da solidez do balanço.

Paralelamente, o Banco manteve o seu compromisso de dinamizar a economia, assegurando uma concessão de MZN 3 827,2 milhões novos créditos, em linha com a sua missão de apoiar empresas e particulares, impulsionando o crescimento e o fortalecimento da economia nacional.

O rácio de transformação global, medido pela relação entre a Carteira de Crédito Bruto e o total de Recursos de Clientes, este fixou-se em 45,4% no final de 2024, registando uma melhoria de 9,5 pp face ao período homólogo, explicado pelo incremento dos Recursos de Clientes, que atingiram o nível mais elevado da história do Banco, bem como de uma postura mais prudente na concessão de crédito, em linha com a estratégia de optimização da exposição ao risco e reforço da solidez do balanço.

Actividade e Resultados

Em 2024, o Banco manteve um desempenho positivo ao nível do resultado bruto de exploração, reflectindo a consolidação da sua trajetória de crescimento. Este resultado foi impulsionado pelo aumento das operações realizadas com clientes, pelo fortalecimento das relações comerciais no mercado interno e externo e pelos proveitos gerados pelo investimento em instrumentos alternativos do mercado financeiro. Paralelamente, o Moza Banco prosseguiu com uma abordagem rigorosa de controlo e racionalização de custos operacionais, reforçando a eficiência e optimização do Balanço.

Não obstante os desafios no contexto macroeconómico, o Moza continuou a registar uma melhoria na geração de receitas, tendo o Produto Bancário atingido MZN 4 196,0 Milhões, um crescimento de 8% face ao ano anterior (2023: MZN 3 883,9 Milhões).

Contudo, o Resultado Bruto de Exploração registou uma redução de 48% face ao exercício anterior, fixando-se em MZN 1 178,4 milhões, resultante do impacto de um proveito extraordinário registado em 2023, relacionado com a recuperação de uma operação de crédito no valor de MZN 1 315,6 milhões. Excluindo este efeito, o Resultado Bruto de Exploração teria apresentado um crescimento de 27%, reflectindo a melhoria na geração de receitas e um controlo adequado dos custos operacionais.

Adicionalmente, o Moza Banco alcançou marcos positivos que reforçam a resiliência do Banco. As receitas provenientes de operações cambiais cresceram significativamente, um aumento expressivo de 69,9%, impulsionado pela optimização das estratégias de suporte ao comércio internacional e pelo reforço das parcerias estratégicas que potenciaram a dinamização das operações.

No âmbito da qualidade dos activos e gestão do risco de crédito, as imparidades e provisões totalizaram MZN 478,6 milhões, representando uma redução de 66,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, explicado pelo forte reforço de imparidades efectuado em 2023, bem como à optimização das estratégias de recuperação de crédito e à gestão mais eficiente da exposição ao risco, reflectindo uma abordagem prudente e alinhada com as melhores práticas de gestão de risco.

Ainda no âmbito da gestão do risco de crédito, o rácio de cobertura de NPL registou uma redução de 93,17% para 78,79%, em resultado da resolução de operações de crédito vencido com elevados níveis de cobertura, que permaneciam em carteira até 2023, evidenciando a eficácia das acções de recuperação de crédito implementadas.

O Activo do Banco totalizou MZN 64 767,4 milhões, reflectindo um aumento homólogo de 10%, derivado principalmente do aumento de disponibilidades no Banco Central em resultado do aumento expressivo nos Recursos de Clientes.

O Passivo do Banco apresentou igualmente um incremento, comparativamente a igual período de 2023, passando de MZN 49 161 milhões para MZN 54 912 milhões, em resultado do incremento significativo da carteira de depósitos, evidenciando a contínua confiança depositada pelos clientes no Banco.

Em termos de indicadores prudenciais, o Moza Banco destacou-se pela sua prudência e solidez, com o Rácio de Solvabilidade a situar-se em 15,8% e o Rácio de Liquidez em 37,1%, ambos acima dos mínimos regulamentares. Estes indicadores reflectem a robustez e a estabilidade do Banco, reafirmando o seu compromisso com uma gestão prudente e com a sustentabilidade a longo prazo.

9.2 Análise de Rendibilidade

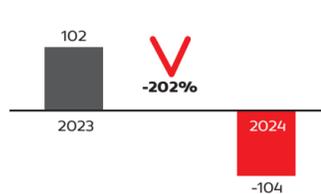
Resultado Líquido do Exercício

Em 2024, o Moza Banco registou um resultado líquido negativo de MZN 103,8 milhões, reflectindo uma queda de 201,9% em relação aos MZN 101,9 milhões alcançados no ano anterior. Este desempenho negativo foi influenciado, sobretudo, pela redução de outros ganhos operacionais.

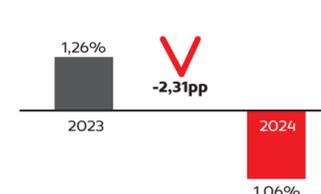
Não obstante o resultado negativo, destaque para o desempenho positivo do produto bancário com um crescimento de 8,0%, decorrente dos proveitos resultantes de operações financeiras (+69,9%) e pelo incremento da margem financeira (+3,2%) influenciada pelo incremento dos outros proveitos financeiros (+31,3%) em resultado do aumento de juros recebidos de instituições financeiras.

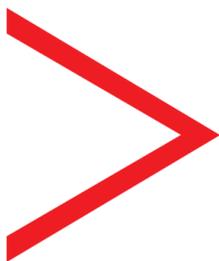
A rendibilidade dos capitais próprios (ROE) fixou-se em -1,06%, uma redução de 2,31pp comparativamente aos 1,11% registados no período homólogo, impactado pelo resultado negativo do exercício.

Resultado Líquido do Exercício (Milhares de MZN)



Rendibilidade de Capitais Próprios (em %)





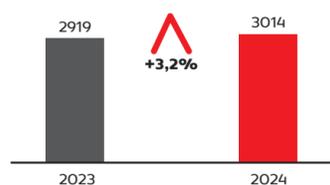
	(milhares de Meticais)		
	2023	2024	Var.
Demonstração de Resultados			
Juros e rendimentos similares	6 017 169	6 308 488	5%
Juros e gastos similares	-3 097 879	-3 294 561	6%
Margem Financeira	2 919 290	3 013 927	3%
Serviços e comissões líquidas	575 017	519 962	-10%
Operações financeiras líquidas	389 633	662 098	70%
Produto Bancário	3 883 940	4 195 987	8,0%
Gastos com pessoal	-2 084 834	-2 029 393	-3%
Outros gastos operacionais	-1 184 185	-1 276 092	8%
Outros ganhos operacionais	1 632 289	287 889	-82%
Resultado Bruto de Exploração	2 247 210	1 178 391	-48%
Depreciações e Amortizações	-414 434	-409 830	-1,1%
Imparidade e Provisões do exercício	-1 406 091	-478 606	-66,0%
Resultado Antes do Imposto	426 685	289 955	-32%
Imposto	-324 830	-393 776	21%
Resultado Líquido	101 855	-103 821	-202%

Margem Financeira

A margem financeira ascendeu a MZN 3 013,9 milhões em Dezembro de 2024, registando um crescimento de MZN 94 milhões (+3,2%) face ao período homólogo, impulsionado pelo incremento dos proveitos resultantes do investimento em instrumentos alternativos do mercado financeiro.

Este crescimento é particularmente notório num contexto de redução das taxas directoras e da Prime Rate do Sistema Financeiro (PRSF), que passou de 24,1% em Dezembro de 2023 para 19,7% em Dezembro de 2024, demonstrando a resiliência do Banco na optimização dos seus activos financeiros e na manutenção da rentabilidade operacional.

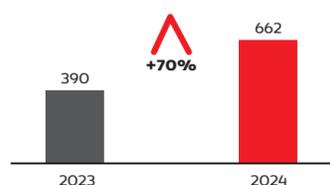
Margem Financeira (Milhões de MZN)



Operações Financeiras Líquidas

Os resultados de operações financeiras líquidas ascenderam a MZN 662,1 milhões, registando um incremento de MZN 272,5 milhões (+70%) face ao período homólogo, impulsionado pelo aumento das operações realizadas com clientes e pelo fortalecimento das relações comerciais no mercado interno e externo, reforçando a posição do Banco no apoio ao comércio internacional.

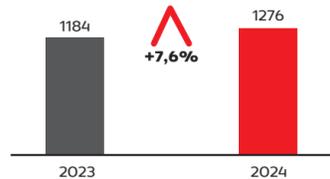
Operações Financeiras Líquidas (Milhões de MZN)



Outros Gastos Operacionais

Os outros gastos operacionais totalizaram MZN 1.276,1 milhões, reflectindo o reforço do investimento em manutenção e serviços relacionados, com destaque para a modernização da infra-estrutura tecnológica, garantindo maior eficiência e segurança operacional. Adicionalmente, a despesa com formação foi intensificada, alinhada ao compromisso do Banco com o desenvolvimento contínuo dos seus colaboradores, através de programas estratégicos de capacitação para o fortalecimento de competências.

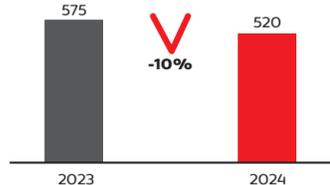
Outros Gastos Operacionais (Milhões de MZN)



Comissões Líquidas

As comissões líquidas fixaram-se em MZN 520,0 milhões, registando uma redução de 9,6% face ao período homólogo, impactado pelo aumento nos encargos com serviços e comissões, reflexo do crescimento nos custos de intermediação e dos encargos associados às redes Visa e MasterCard.

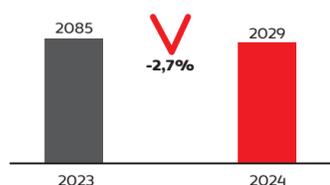
Comissões Líquidas (Milhões de MZN)



Gastos com Pessoal

Os custos com pessoal fixaram-se em MZN 2 029,4 milhões, uma redução de 2,7% face aos MZN 2 084,8 milhões verificados no ano anterior, reflectindo a optimização da estrutura organizacional e a implementação de medidas de eficiência operacional, assegurando uma gestão equilibrada dos recursos humanos e a sustentabilidade da actividade.

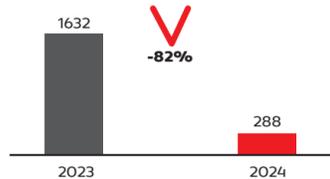
Gastos com Pessoal (Milhões de MZN)



Outros Ganhos Operacionais

Os outros ganhos operacionais fixaram-se em MZN 287,9 milhões evidenciando uma redução de 82,4% quando comparado a período homólogo. Esta redução resulta da recuperação de uma operação de crédito verificado em 2023 no valor 1 315,6 Mio. Retirando o efeito dessa recuperação a rubrica reduziu em 9,1%.

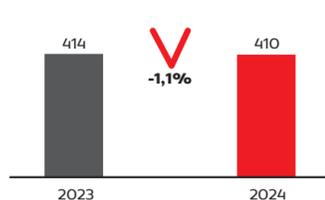
Outros Ganhos Operacionais (Milhões de MZN)



Depreciações e Amortizações

As depreciações e amortizações registadas ao longo do exercício evidenciaram uma redução de 1,1% em relação ao ano anterior, alcançando os MZN 409,8 milhões, comparativamente aos MZN 414,4 milhões registados em 2023. Esta redução é resultante, da conclusão do ciclo de vida útil de determinados activos em 2023 com destaques activos fixos como imóveis em obras e na rubrica de equipamentos, adquiridas.

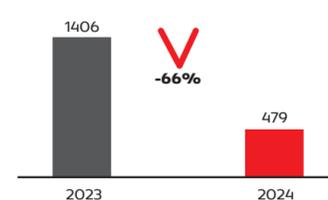
Depreciações e Amortizações (Milhões de MZN)



Imparidades e Provisões do exercício

As imparidades e provisões totalizaram MZN 478,6 milhões, representando uma redução de 66,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa diminuição deve-se, principalmente, ao reforço significativo de imparidades realizado em 2023, bem como à optimização das estratégias de recuperação de crédito e à gestão mais eficiente da exposição ao risco, reflectindo uma abordagem prudente e alinhada com as melhores práticas de gestão de risco.

Imparidades e Provisões do exercício (Milhões de MZN)



9.3 Análise do Balanço

Activo Total

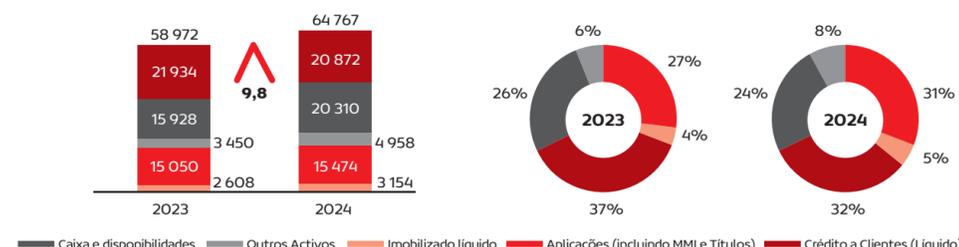
O activo total do Banco atingiu MZN 64 767,4 milhões em Dezembro de 2024, registando um crescimento de 9,8% face ao período homólogo. Este desempenho foi impulsionado pelo aumento de caixa e disponibilidades no Banco Central, influenciado pelo incremento da carteira de depósitos e necessidade de constituição de reservas obrigatórias.

Adicionalmente, os activos intangíveis registaram um crescimento de 168,5%, em consequência das iniciativas de modernização do ecossistema tecnológico, reforçando a eficiência e a resiliência das infra-estruturas tecnológicas do Banco.

A manutenção das reservas obrigatórias quer em moeda nacional quer em moeda estrangeira mantiveram-se em 39% e 39,5% respectivamente, conduziu o Banco a direccionar o excesso de liquidez para activos de menor risco e maior rentabilidade. Como resultado, os investimentos em títulos registaram um crescimento de 5%, atingindo MZN 13.202,1 milhões.

No que concerne à composição do activo em 2024, observou-se uma alteração na sua estrutura, com a parcela correspondente ao crédito a diminuir a sua proporção, passando a constituir 32% do total do activo, face aos 37% registados em 2023. Esta evolução reflecte o impacto da manutenção do coeficiente das Reservas Obrigatórias, que resultou no incremento do peso da rubrica de Caixa e Disponibilidades, bem como a implementação de uma estratégia de diversificação do portefólio de activos, alinhando-se com os objectivos de Gestão de Risco do Banco.

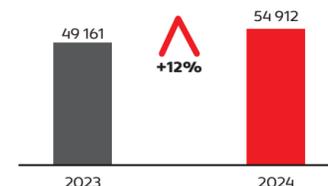
Estrutura do Activo (Milhões de MZN)



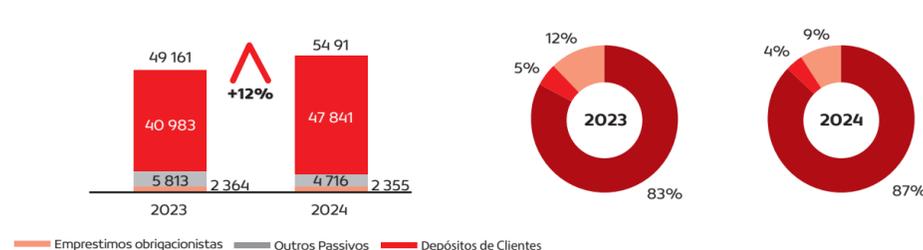
Passivo total

Em 2024, o Passivo total do Banco atingiu MZN 54 912,0 milhões, representando um acréscimo de 11,7% em comparação com o ano de 2023, reflectindo, em grande medida, o incremento significativo da carteira de depósitos a clientes (+16,7%), reflectindo a confiança contínua dos clientes no Banco.

Passivo Total (Milhões de MZN)



Estrutura do Passivo (Milhões de MZN)



No período em análise, os recursos de clientes mantiveram-se como a principal fonte de financiamento da actividade do Banco, representando 91,4% do total do passivo e atingindo MZN 50 196,2 Mio, o que se traduz num aumento de 15,8% em comparação com 2023. Este resultado reflecte a confiança depositada pelos clientes no Banco.

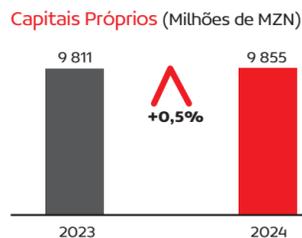
Os restantes passivos ascenderam a MZN 4 715,8 milhões, uma redução de 18,9% em comparação com os MZN 5 813,4,5 milhões registados no período transacto, sendo que estes incluem os recursos consignados, passivos de locação, impostos correntes e diferidos, bem como outras responsabilidades.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de Meticals)

Capitais Próprios

Não obstante, o resultado negativo do Banco, os capitais próprios registaram um incremento de 0,5% para um total de MZN 9 855,4 milhões em resultado do incremento reserva de justo valor ocorrida durante o ano de 2024.



Adequação do Capital

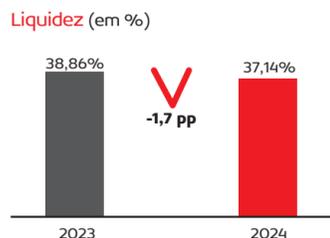
Durante o ano de 2024, os fundos próprios regulamentares do Moza Banco registaram uma redução de 12,9% em relação a 2023, fixando-se em MZN 4 833,8 milhões. Esse decréscimo deve-se, principalmente, ao aumento dos activos intangíveis em MZN 534,5 milhões, reflectindo o investimento na modernização da capacidade tecnológica, bem como ao aumento da diferença entre imparidades e provisões regulamentares, no âmbito do Aviso n.º 16/GBM/2013 de 31 de Dezembro do Banco de Moçambique, no montante de MZN 285,0 milhões.

Não obstante, o Banco manteve uma posição de solvência sólida, com um rácio de solvabilidade de 15,8%, acima do requisito regulamentar de 13,0%, o que permite o desenvolvimento sustentado do negócio.

	2023	2024	Var.
Total de Fundos Próprios Regulamentares	5 549	4 834	-13%
Fundos Próprios de Base	6 306	5 634	-11%
Fundos Próprios Complementares	3	4	8%
Outras deduções	-775	-804	4%
Activos Ponderados pelo Risco	27 851	30 574	10%
Rácio Core Capital (Tier I)	22,64%	18,43%	-4,2 pp
Rácio de solvabilidade	19,92%	15,81%	-4,1 pp

Liquidez

Em 2024, o Moza Banco continuou a promover medidas de gestão tendo em vista a manutenção de uma posição de liquidez robusta, tendo o rácio de liquidez se fixado nos 37,14% (mínimo: 25%). Evidenciando que o Banco mantém uma posição adequada de liquidez, num contexto de manutenção dos coeficientes de reservas obrigatórias, quer em moeda nacional quer em moeda estrangeira em 39% e 39,5% respectivamente



10. Proposta de Aplicação de Resultados

Proposta de Aplicação de Resultados

O exercício financeiro findo em 31 de Dezembro de 2024, originou resultados negativos, após impostos, no valor de 103.820.634 (Cento e três milhões, oitocentos e vinte mil, seiscentos e trinta e quatro meticals), considerando tal facto assim como as disposições legais e estatutárias em vigor, vem desta forma o Conselho de Administração do Moza Banco, SA propor, para aprovação da Assembleia Geral, a seguinte aplicação do resultado do exercício:

> 100% do Resultado negativo do exercício económico de 2024, no valor de **103.820.634** (Cento e três milhões, oitocentos e vinte mil, seiscentos e trinta e quatro meticals), seja aplicado em resultados transitados.

Assim, e após aplicação de resultados acima propostos, a estrutura do capital próprio será a seguinte:

Descrição	Saldo a 31.12.2024		Proposta		Saldo a 31.12.2024	
	Antes da aplicação do resultado	Reserva Legal	Utilização do Prémio de Emissão	Resultados acumulados	Após aplicação do resultado	
Capital	7 020 750 000	-	-	-	7 020 750 000	
Reserva legal	4 719 441 040	-	-	-	4 719 441 040	
Prémio de emissão	1 993 740 399	-	-	-	1 993 740 399	
Reserva de justo valor	144 910 778,37	-	-	-	144 910 778	
Resultados Acumulados dos exercicios anteriores	(3 919 617 717)	-	-	(103 820 634)	(4 023 438 351)	
Resultados do exercício	(103 820 634)	-	-	103 820 634	-	
	9 855 403 866				9 855 403 866	

Declaração de responsabilidade dos Administradores

Os Administradores são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das Demonstrações Financeiras do Moza Banco, S.A, que compreendem a demonstração da posição financeira a 31 de Dezembro de 2024, a demonstração de resultados, a demonstração do resultado integral, a demonstração de alterações no capital próprio e demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, assim como as notas às Demonstrações Financeiras, as quais incluem um sumário das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Os Administradores são igualmente responsáveis pelo sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada destas Demonstrações Financeiras que estão livres de distorções materiais devidas, quer a fraude, quer a erros, e por manter registos contabilísticos adequados e um sistema eficaz de gestão de risco.

Os Administradores procederam a uma avaliação da capacidade do Banco continuar a operar com a devida observância do pressuposto de continuidade, não tendo encontrado motivos para não acreditar que o Banco continuará a operar segundo esse pressuposto no futuro próximo.

O auditor é responsável por reportar se as Demonstrações Financeiras estão adequadamente apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras, conforme mencionado no primeiro parágrafo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 14 de Março de 2025 e vão assinadas em seu nome, por:

João Figueiredo
Presidente do Conselho de Administração

Manuel Soares
Administrador do Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DEZEMBRO DE 2024

(em milhares de Meticals)

	Notas	2024	2023
Juros e rendimentos similares	5	6 308 488	6 017 169
Juros e gastos similares	5	(3 294 561)	(3 097 879)
Margem financeira	5	3 013 927	2 919 290
Rendimentos de serviços e comissões	6	891 181	878 198
Encargos com serviços e comissões	6	(371 219)	(303 181)
Serviços e comissões líquidas	6	519 962	575 017
Operações financeiras líquidas	7	662 098	389 633
Rendimentos operacionais		4 195 987	3 883 940
Imparidade líquida do exercício	8	(521 573)	(1 172 405)
Rendimentos operacionais líquidos		3 674 414	2 711 535
Gastos com pessoal	9	(2 029 393)	(2 084 834)
Depreciações e amortizações	22,23,24	(409 830)	(414 434)
Outros gastos operacionais	10	(1 276 092)	(1 184 185)
Outros ganhos operacionais	11	287 889	1 632 289
Provisões	12	42 967	(233 686)
Resultado antes de imposto		289 955	426 685
Imposto sobre rendimento			
IRPC- Taxa liberatória	13	(393 776)	(324 830)
Lucro/prejuízo do exercício		(103 821)	101 855
Resultados por acção			
Básicos	14	0,07	0,07
Diluídos	14	0,07	0,07

Contabilista Certificado
David Zavalte
OCAM n.º 888/CC/OCAM/2013

A Administração
Manuel Soares

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO INTEGRAL PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(em milhares de Meticals)

	2024	2023
Lucro do exercício	(103 821)	101 855
Itens que podem ser posteriormente reclassificados para resultados	(103 821)	101 855
Reserva de justo valor dos activos financeiros	210 700	(5 111)
Impostos diferidos (32%)	(65 788)	1 636
	41 091	98 380

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (em milhares de Meticals)

Activo	Notas	2024	2023
Caixa e disponibilidades em Banco Central	15	19 789 350	15 550 870
Disponibilidades sobre instituições de crédito	16	521 055	377 410
Aplicações em instituições de crédito	17	2 271 529	2 457 392
Activos financeiros	18	13 202 142	12 593 053
Empréstimos e adiantamentos a clientes	19	20 871 681	21 934 189
Outros activos	20	3 157 204	1 782 696
Activos não correntes detidos para venda	21	835 634	731 847
Propriedades de Investimento	22	227 096	232 279
Activos tangíveis	23	2 301 509	2 291 031
Activos intangíveis	24	852 469	317 468
Impostos correntes	25	642 744	606 941
Impostos diferidos	26	95 000	96 635
Total do activo		64 767 413	58 971 811
PASSIVO			
Recursos de instituições de crédito	27	736 368	1 568 698
Depósitos e contas correntes	28	47 841 485	40 983 484
Recursos consignados	29	641 169	745 008
Provisões	30	396 887	441 155
Outros passivos	31	2 778 480	2 985 949
Empréstimos obrigacionistas	32	2 354 732	2 364 083
Impostos correntes	33	97 100	63 759
Impostos diferidos	26	65 788	8 839
Total do passivo		54 912 009	49 160 975
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital social	34	7 020 750	7 020 750
Reserva legal e outras reservas	35	4 864 353	4 685 408
Prémio de emissão	35	1 993 740	1 993 740
Resultados transitados	35	(3 919 618)	(3 990 917)
Resultado do exercício		(103 821)	101 855
Total do capital próprio		9 855 404	9 810 836
Total do capital próprio e passivo		64 767 413	58 971 811

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

(Valores expressos em milhares de Meticais)

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

	Capital social (nota 34)	Reserva legal (nota 35)	Outras Reservas (nota 35)	Prémio de emissão (nota 35)	Resultados transitados (nota 35)	Lucro/prejuízo do exercício	Total do Capital Próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2023	5 896 250	4 661 843	(119 568)	1 993 740	(4 054 014)	90 138	8 468 389
Resultados líquido de 2022	-	-	-	-	-	(90 138)	(90 138)
Aplicação de resultado de 2022	-	27 041	-	-	63 097	-	90 138
Reserva de justo valor	-	-	114 457	-	-	-	114 457
Imposto diferido	-	-	1 635	-	-	-	1 635
Aumento do Capital Social	1 124 500	-	-	-	-	-	1 124 500
Lucro do período	-	-	-	-	-	101 855	101 855
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	7 020 750	4 688 884	(3 476)	1 993 740	(3 990 917)	101 855	9 810 836
Resultados líquido de 2023	-	-	-	-	-	(101 855)	(101 855)
Aplicação de resultado de 2023	-	30 557	-	-	71 299	-	101 855
Reserva de justo valor	-	-	215 811	-	-	-	215 811
Imposto diferido	-	-	(67 423)	-	-	-	(67 423)
Lucro do período	-	-	-	-	-	(103 821)	(103 821)
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	7 020 750	4 719 441	144 912	1 993 740	(3 919 618)	(103 821)	9 855 404

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

	Notas	2024	2023
Fluxo de caixa das actividades operacionais			
Lucro antes de imposto		(103 821)	101 855
Ajustamentos de:			
Depreciações e amortizações	22,23,24	409 830	414 434
Perdas por imparidade de crédito		521 573	1 172 405
Provisões		(42 967)	233 686
Acréscimos e diferimento de juros		(132 323)	(222 937)
Reserva de justo valor através de outro rendimento integral		148 389	143 133
		800 682	1 842 576
Movimentos em:			
Empréstimos e adiantamentos		162 880	(945 171)
Activos financeiros		(720 010)	(2 325 223)
Outros activos		(1 374 508)	(597 691)
Activos não correntes disponíveis para venda		(103 787)	37 362
Recursos de instituições de crédito		(832 330)	1 451 066
Depósitos e contas correntes		7 180 057	5 215 877
Outros passivos		(238 510)	257 581
Pagamento de impostos		33 341	(32 940)
Fluxo líquido de caixa das actividades operacionais		4 907 814	4 903 437
Fluxo de caixa das actividades de investimento			
Aquisição de activos tangíveis	23	(372 034)	(205 403)
Aquisição de activos intangíveis	24	(578 092)	(125 342)
Fluxo líquido de caixa das actividades de investimento		(950 126)	(330 745)
Fluxo de caixa das actividades de financiamento			
Recursos consignados	29	(49 616)	128 357
Passivo de locação	31	254 989	(293 611)
Empréstimos obrigacionistas	32	33 201	2 312 180
Aumento do capital social	34	-	1 124 510
Fluxo líquido de caixa das actividades de financiamento		238 574	3 271 436
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		4 196 262	7 844 128
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		18 385 672	10 541 544
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	15,16,17	22 581 934	18 385 672
Caixa e Equivalentes de Caixa apresentam-se como se segue:			
		2024	2023
Caixa e disponibilidades em Banco Central	15	19 789 350	15 550 870
Disponibilidades sobre Instituições de crédito	16	521 055	377 410
Aplicações em instituições de crédito	17	2 271 529	2 457 392
		22 581 934	18 385 672

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

1. Introdução

O Moza Banco, S.A. (doravante designado Moza Banco) é um Banco Comercial Universal de Retalho, criado em 2007, com sede social em Maputo, tendo como accionistas a KUHANHA-Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Moçambique, ARISE B.V e Moçambique Capitais, S.A.

O Banco presta serviços financeiros orientados para clientes empresas e individuais, com especial incidência para os segmentos Retalho, Corporate e Institucionais.

O exercício findo em 31 de Dezembro de 2024, foi caracterizado por desafios significativos e medidas de política monetária focadas na estabilização da economia, num contexto de pressões inflacionárias globais e condições domésticas específicas. As reservas obrigatórias mantiveram-se inalteradas em 39,5% para moeda nacional e 39% para moeda estrangeira o que impactou directamente na capacidade do Banco de expandir o crédito.

Actualmente o Banco possui 63 Unidades de Negócios e 103 ATM's distribuídas ao longo de todas as províncias de Moçambique (2023: 63 Unidades de Negócios), sendo ainda de salientar que 17 dessas agências localizam-se em zonas rurais e as remanescentes em zonas urbanas.

1.1. Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), adoptando o princípio da contabilidade na base do acréscimo. Conforme este princípio, o reconhecimento dos efeitos de transacções e outros eventos ocorre quando estes acontecem, independentemente do recebimento ou pagamento de caixa ou seus equivalentes.

As Demonstrações Financeiras do Moza Banco, SA para o ano findo a 31 de Dezembro de 2024, foram aprovadas em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 15 de Abril de 2025.

1.2. Moeda funcional e de apresentação

O Metical é a moeda funcional do Banco e as Demonstrações Financeiras são preparadas e apresentadas nesta moeda, arredondada a milhares de Meticais, excepto quando mencionado em contrário.

1.3. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das Demonstrações Financeiras, a Administração usou julgamentos, estimativas e premissas que afectam a aplicação das políticas contabilísticas do Banco e os valores reportados dos activos, passivos, réditos e despesas. Os resultados apurados podem diferir dos reais.

As estimativas e premissas subjacentes são revistas continuamente e as revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As principais estimativas e julgamentos contabilísticos são analisados como se seguem:

i) Julgamentos

O Banco usa o julgamento no estabelecimento dos critérios para determinar se o risco de crédito sobre um activo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, para determinar a metodologia a incorporar na informação prospectiva para mensuração da perda de crédito esperada (ECL), e na selecção e aprovação dos modelos utilizados para mensurar a ECL.

> **Nota 2 (b) (ii)** - classificação dos activos financeiros: avaliação do modelo de negócio dentro do qual os activos são mantidos e avaliação se os termos contratuais do activo financeiro são SPPI (*Solely Payments of Principal and Interest*) sobre o valor principal em aberto.

> **Nota 4.1** - estabelece os critérios para determinar se o risco de crédito de um activo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, determinando a metodologia.

ii) Pressupostos

Imparidade dos instrumentos financeiros - determinada através dos inputs no modelo de mensuração da perda de crédito esperada (ECL), incluindo a incorporação de informações prospectivas;

Activos por impostos diferidos - reconhecimento dos activos por impostos diferidos através da disponibilidade dos rendimentos tributáveis futuros contra os quais podem ser utilizados prejuízos fiscais reportáveis. Durante o exercício económico de 2024, o Banco reconheceu activo por impostos diferidos sobre o reserva de justo valor dos activos financeiros.

As informações sobre premissas e incertezas de estimativas na data das demonstrações financeiras que tenham um risco significativo de resultar em um ajustamento material nos valores dos activos/passivos estão incluídos nas seguintes notas:

- > **Nota 2 (g)** - Imparidade de instrumentos financeiros;
- > **Nota 2 (f)** - Mensuração do justo valor;
- > **Nota 2(s) (ii)** - Reconhecimento de imposto diferido;

2. Sumário das principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das Demonstrações Financeiras têm sido consistentes ao longo dos exercícios, sendo descritas como se segue:

a) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são reconhecidas com base na taxa de câmbio à data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio à data do relato.

As taxas de câmbio utilizadas para a conversão de saldos denominados em moeda estrangeira foram as seguintes:

	2024	2023
Dólar Norte-Americano	63,91	63,90
Euro	69,79	70,65
Rand Sul Africano	3,41	3,47

O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no início do ano, ajustado por juros, imparidades e pagamentos efectivos durante o ano e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio à vista no final do ano. Os activos e passivos não monetários que são mensurados pelo justo valor em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio da data em que o justo valor é determinado. Os itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio à vista na data da transacção. As diferenças em moeda estrangeira resultantes da conversão são reconhecidas em lucros ou prejuízos.

b) Activos e Passivos financeiros

i) Reconhecimento e mensuração inicial

O Banco reconhece inicialmente empréstimos e adiantamentos, depósitos, títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros instrumentos financeiros (incluindo compras regulares e vendas de activos financeiros) são reconhecidos na data de negociação, que é a data em que o Banco toma uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um activo financeiro ou passivo financeiro é mensurado inicialmente pelo justo valor acrescido, para um item não registado ao Justo Valor através de Lucros ou Prejuízos, dos custos de transacção que são directamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

O justo valor de um instrumento financeiro é geralmente o preço da transacção.

ii) Classificação

Activos financeiros

No reconhecimento inicial, um activo financeiro é classificado como: custo amortizado, justo valor através de outro rendimento integral ou justo valor através de lucros ou prejuízos.

Um activo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer simultaneamente as condições seguintes e não for designado pelo justo valor através de lucros ou prejuízos:

- > o activo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objectivo é manter activos para recolher fluxos de caixa contratuais; e
- > os termos contratuais do activo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são SPPI.

Um instrumento de dívida é mensurado pelo justo valor através de outro rendimento integral somente se satisfizer ambas as condições a seguir e não for designado pelo justo valor através de lucros ou prejuízos:

- > o activo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objectivo é alcançado tanto pela recolha de fluxos de caixa contratuais como pela venda de activos financeiros; e
- > os termos contratuais do activo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são SPPI.

No reconhecimento inicial de um investimento de capital que não seja detido para negociação, o Banco pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no justo valor em Outro Rendimento Integral. Esta decisão é feita numa base de investimento por investimento.

Todos os outros activos financeiros que não se enquadrem nas classificações anteriores são mensurados ao justo valor através de lucros ou prejuízos.

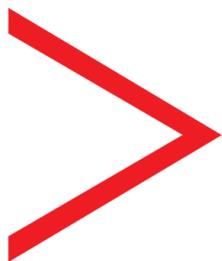
Além disso, no reconhecimento inicial, o Banco pode designar irrevogavelmente um activo financeiro que, de outra forma, satisfaça os requisitos a serem mensurados ao custo amortizado ou ao justo valor através de lucros ou prejuízos se isso elimina ou reduz significativamente uma incompatibilidade contabilística que de outra forma surgiria.

iii) Modelo de avaliação empresarial

O Banco faz uma avaliação do objectivo de um modelo de negócios no qual um activo é mantido na carteira, considerando que reflecte melhor a forma como o negócio é gerido e as informações que são fornecidas à gestão.

A informação considerada inclui:

- > as políticas e objectivos declarados para a carteira e o funcionamento dessas políticas na prática. Em particular, se a estratégia da gestão se concentra em ganhar receita de juros contratuais, mantendo um perfil específico de taxa de juro, combinando a duração dos activos financeiros com a duração dos passivos que estão a financiar esses activos ou a realizar fluxos de caixa através da venda dos activos;
- > como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à gestão do Banco;
- > os riscos que afectam o desempenho do modelo de negócios (e os activos financeiros mantidos dentro desse modelo



- de negócios) e a sua estratégia de como esses riscos são geridos;
- > como os gestores dos negócios são compensados (por exemplo, se a remuneração é baseada no justo valor dos activos administrados ou nos fluxos de caixa contratuais recolhidos); e
- > a frequência, o volume e a época das vendas em períodos anteriores, as razões para tais vendas e suas expectativas sobre a actividade de vendas futuras. No entanto, as informações sobre a actividade de vendas não são consideradas isoladamente, mas como parte de uma avaliação geral de como o

As actividades da banca de Retalho e de Corporate do Banco incluem principalmente empréstimos a clientes que são detidos para cobrança de cash-flows contratuais. Na banca de Retalho os empréstimos compreendem os destinados à habitação, descobertos, ao consumo sem hipoteca e facilidades de cartão de crédito. As vendas de empréstimos destas carteiras são inexistentes.

Os títulos de dívida são mantidos pelo Banco numa carteira separada para rendimentos de cash-flow ao longo da maturidade dos mesmos. O Banco considera que esses títulos são mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objectivo é:

- colectar os fluxos de caixa contratuais até à maturidade - enquadram-se nesta classificação os Bilhetes de Tesouro;
- colectar os fluxos de caixa contratuais e de vender - enquadram-se nesta classificação as Obrigações de Tesouro;
- colectar os fluxos de caixa contratuais através de venda - enquadram-se nesta classificação as acções detidas pelo Banco junto a terceiro;

Activos financeiros que são mantidos ou geridos para negociação e cujo desempenho é avaliado com base no justo valor são mensurados pelo justo valor através de lucros ou prejuízos, considerando que não são mantidos para recolher fluxos de caixa contratuais.

iv) Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de capital e juros

Para fins desta avaliação, "capital" é definido como o justo valor do activo financeiro no reconhecimento inicial. "Juros" são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do capital em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como a margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são SPPI (Solely payments of principal and interest), o Banco considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o activo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não satisfaça a essa condição. Ao fazer a avaliação, o Banco considera:

- > eventos contingentes que mudariam o valor e a época dos fluxos de caixa;
- > outros recursos;
- > pré-pagamento e condições de extensão;
- > termos que limitam a reivindicação do Banco a fluxos de caixa de activos específicos (por exemplo, empréstimos sem recurso); e
- > recursos que modificam a consideração do valor do dinheiro no tempo (por exemplo, redefinição periódica das taxas de juros).

O Banco detém uma carteira de empréstimos a taxa variável para os quais tem a opção de propor a revisão da taxa de juro em datas de redefinição periódicas. Estes direitos de reposição estão limitados à taxa de mercado no momento da revisão.

O Banco determinou que os fluxos de caixa contratuais destes empréstimos são SPPI (Solely payments of principal and interest), porque a opção pode fazer variar a taxa de juro considerando que a mesma é uma forma de remuneração do valor do dinheiro no tempo, risco de crédito, outros riscos básicos de empréstimos e custos associados ao montante do capital pendente.

c) Reclasseificações

Após o reconhecimento inicial os activos financeiros não são reclasificados, excepto no período após o Banco ter alterado o modelo de negócios para gestão de activos financeiros.

d) Desreconhecimento

i) Activos financeiros

O Banco desreconhece um activo financeiro quando os direitos contratuais associados aos fluxos de caixa do activo financeiro expiram, ou transfere os direitos para receber os fluxos de caixa contratuais numa transacção na qual substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do activo financeiro são transferidos ou em que o Banco não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não detém o controlo do activo financeiro.

No desreconhecimento de um activo financeiro, a diferença entre a quantia escriturada do activo (ou a quantia escriturada alocada para a parte do activo desreconhecido) e a soma (i) da contraprestação recebida (incluindo qualquer novo activo obtido menos qualquer novo passivo assumido) e (ii) qualquer ganho ou perda cumulativo que tenha sido reconhecido em Outro Rendimento Integral é reconhecido nos Lucros ou Prejuízos.

Qualquer ganho/perda cumulativo reconhecido em Outro Rendimento Integral em relação a títulos de investimento de capital designados pelo justo valor através de Outro Rendimento Integral não é reconhecido nos lucros ou prejuízos no desreconhecimento desses títulos. Qualquer participação em activos financeiros transferidos que se qualifiquem para desreconhecimento criado ou retido pelo Banco é reconhecida como um activo ou passivo separado.

O Banco realiza transacções pelas quais transfere activos reconhecidos na sua demonstração da posição financeira, mas retém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos transferidos ou de uma parte deles. Nesses casos, os activos transferidos não são desreconhecidos. Exemplos de tais transacções são empréstimo de títulos e transacções de venda e recompra.

Quando os activos são vendidos a um terceiro com uma taxa de retorno total concorrente nos activos transferidos, a transacção é contabilizada como uma transacção de financiamento garantido semelhante a transacções de venda e recompra, considerando que o Banco retém todos ou substancialmente todos os riscos e recompensas da propriedade de tais activos.

Em transacções em que o Banco não retém nem transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade de um activo financeiro e retém o controlo sobre o activo, o Banco continua a reconhecer o activo na medida do seu envolvimento continuado, determinado pela extensão ao qual está exposto a alterações no valor do activo transferido.

Um activo ou passivo é reconhecido para o contrato de serviço se a taxa de serviço for mais do que adequada (activo) ou for menos que adequada (passivo) para a execução do serviço.

ii) Passivos financeiros

O Banco desreconhece um passivo financeiro quando as suas obrigações contratuais são liquidadas ou canceladas, ou quando expiram.

e) Modificações de activos e passivos financeiros

i) Activos financeiros

Se os termos de um activo financeiro forem modificados, o Banco avalia se os fluxos de caixa do activo modificado são substancialmente diferentes.

Se os fluxos de caixa forem substancialmente diferentes, os direitos contratuais aos fluxos de caixa do activo financeiro original são considerados vencidos. Nesse caso, o activo financeiro original é desreconhecido e um novo activo financeiro é reconhecido pelo justo valor acrescido de quaisquer custos de transacção elegíveis.

Quaisquer honorários pagos como parte da modificação são contabilizados como se segue:

- > custos que são considerados na determinação do justo valor do novo activo e os custos que representam o reembolso de custos de transacção elegíveis são incluídos na mensuração inicial do activo; e
- > outros custos são incluídos nos lucros ou prejuízos como parte do ganho ou perda no desreconhecimento.

Se os fluxos de caixa forem modificados quando o mutuário estiver com dificuldades financeiras, o objectivo da modificação é geralmente maximizar a recuperação dos termos contratuais originais em vez de originar um novo activo com termos substancialmente diferentes. Se o Banco pretender modificar um activo financeiro de uma maneira que resultaria em perdão dos fluxos de caixa, o Banco considera inicialmente se uma parte do activo deve ser abatido antes que a modificação ocorra (vide abaixo a política de abates). Esta abordagem afecta o resultado da avaliação quantitativa e significa que os critérios de desreconhecimento não são geralmente satisfeitos nesses casos.

Se a modificação de um activo financeiro mensurado ao custo amortizado ou Justo Valor através de Outro Rendimento Integral não resultar no desreconhecimento do activo financeiro, então o Banco recalcula inicialmente a quantia escriturada bruta do activo financeiro utilizando a taxa de juro efectiva original do activo e reconhece o ajustamento resultante como ganho ou perda de modificação nos lucros ou prejuízos. Para activos financeiros de taxa flutuante, a taxa de juro efectiva original usada para calcular o ganho ou a perda de modificação é ajustada para reflectir os termos actuais de mercado no momento da modificação. Quaisquer custos ou taxas incorridas e taxas recebidas como parte da modificação ajustam a quantia escriturada bruta do activo financeiro modificado e são amortizados pelo prazo remanescente do activo financeiro modificado.

Se tal modificação é efectuada devido a dificuldades financeiras do mutuário, o ganho ou custo é apresentado em conjunto com os custos de imparidade. Noutros casos, é apresentado como proveitos dos juros calculados através do uso do método da taxa de juro efectiva.

ii) Passivos financeiros

O Banco desreconhece um passivo financeiro quando os seus termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes. Nesse caso, um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo justo valor. A diferença entre a quantia escriturada do passivo financeiro desreconhecido e a retribuição paga é reconhecida nos lucros ou prejuízos. A retribuição paga inclui activos não financeiros transferidos, se houver, e assunção de passivos, incluindo o novo passivo financeiro modificado.

Se a modificação de um passivo financeiro não for contabilizada como desreconhecimento, então o custo amortizado do passivo é recalculado pelo desconto dos fluxos de caixa modificados à taxa de juro efectiva original e o ganho ou a perda resultante é reconhecido nos lucros ou prejuízos. Para os passivos financeiros com taxa flutuante, a taxa de juro efectiva original usada para calcular o ganho ou a perda da modificação é ajustada para reflectir as condições actuais de mercado no momento da modificação. Quaisquer custos e taxas incorridas são reconhecidas como um ajustamento na quantia escriturada do passivo e amortizado durante o prazo remanescente do passivo financeiro modificado pelo novo cálculo da taxa de juro efectiva sobre o instrumento.

iii) Compensação

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado na demonstração da posição financeira quando, e somente quando, o Banco tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los numa base líquida ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os rendimentos e custos são apresentados líquidos apenas quando as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IRFS) o permitirem, ou para rendimentos e custos provenientes de transacções similares do Banco na sua actividade operacional.

f) Mensuração do justo valor

"Justo Valor" é o preço que seria recebido para vender um activo ou pago para liquidar um passivo numa transacção ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração do principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Banco tem acesso nessa data. O justo valor de um passivo reflecte o seu risco de não desempenho.

Quando um activo está disponível, o Banco mensura o justo valor de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado activo para aquele instrumento. Um mercado é considerado "activo" se as transacções para o activo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações sobre preços de forma contínua.

Se não houver preço cotado num mercado activo, o Banco usa técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os factores que os participantes do mercado levariam em consideração ao estabelecer o preço de uma transacção.

A melhor evidência do justo valor de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço de transacção, ou seja, o justo valor da contrapartida dada ou recebida. Se o Banco determinar que o justo valor no reconhecimento inicial difere do preço da transacção e o valor justo não é evidenciado por um preço cotado num mercado activo para um activo ou passivo idêntico, nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer "inputs" não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, o instrumento financeiro é inicialmente mensurado pelo justo valor, ajustado para diferir a diferença entre o justo valor no reconhecimento inicial e o preço da transacção. Subsequentemente, essa diferença é reconhecida nos lucros ou prejuízos numa base adequada ao longo da vida do instrumento, mas não depois de a avaliação ser totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transacção ser encerrada.

Se um activo ou um passivo mensurado pelo justo valor tiver um preço de oferta e um preço de venda, então o Banco mensura os activos e posições longas a um preço de oferta e passivos e posições curtas a um preço de venda.

As carteiras de activos financeiros e passivos financeiros que estão expostas ao risco de mercado e ao risco de crédito que são geridos pelo Banco com base na exposição líquida ao risco de mercado ou de crédito, são medidas com base num preço que seria recebido para vender uma posição comprada líquida (ou paga para transferir uma posição líquida vendida) para a exposição de risco particular. Ajustamentos no portfólio - por exemplo ajustamento de ofertas ou ajustamentos de risco de crédito que reflectem a mensuração com base na exposição líquida - são alocados aos activos e passivos individuais com base no ajustamento de risco relativo de cada um dos instrumentos individuais na carteira.

O justo valor de um passivo financeiro com um recurso de demanda (por exemplo, um depósito à ordem) não é menor do que o valor pagável à ordem, descontado da primeira data em que o valor poderia ser exigido.

O Banco reconhece as transferências entre os níveis da hierarquia do justo valor no final do período de relato durante o qual a mudança ocorreu.

g) Imparidade de instrumentos financeiros

O Banco reconhece as provisões respeitantes à Perda de Crédito Esperada nos seguintes instrumentos financeiros que não são mensurados pelo Justo Valor através de Lucros ou Prejuízos:

- > Activos financeiros que são instrumentos de dívida;
- > Locações a receber;
- > Contratos de garantia financeira emitidos; e
- > Compromissos de empréstimos emitidos.

O Banco mensura as provisões para perdas num montante igual à perda esperada de crédito ao longo da vida, para o qual elas são mensuradas como perda esperada de crédito de 12 meses, da seguinte forma:

- > garantias de investimento da dívida que são determinadas como tendo um risco de crédito baixo à data de relato; e
- > outros instrumentos financeiros (excepto locações a receber) sobre os quais o risco de crédito não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial.

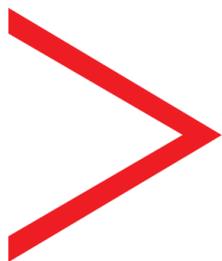
As provisões para perdas em locações a receber são sempre mensuradas num valor igual à perda de crédito esperada ao longo da vida da locação.

O Banco considera que um título de investimento de dívida apresenta um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente compreendida de "grau de investimento". O Banco não aplica a isenção de risco de crédito baixo a quaisquer outros instrumentos financeiros.

A Perda de Crédito Esperada em 12 meses é a parte da Perda de Crédito Esperada que resulta de eventos de incumprimento num instrumento financeiro que são possíveis dentro dos 12 meses após a data de relato. Os instrumentos financeiros para os quais é reconhecida uma Perda de Crédito Esperada de 12 meses são designados por "Instrumentos financeiros da Fase 1". Os instrumentos financeiros alocados à Fase 1 não sofreram aumento significativo de risco de crédito desde o reconhecimento inicial e não estão em imparidade.

A Perda de Crédito Esperada de tempo de vida útil é a Perda de Crédito Esperada que resulta de todos os possíveis eventos de incumprimento ao longo da vida útil esperada do instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros para os quais é reconhecida uma perda de crédito esperada ao longo da vida útil, mas que não tenham imparidade de crédito, são designados por "Instrumentos financeiros da Fase 2". Os instrumentos financeiros alocados na Fase 2 são aqueles que sofreram um aumento significativo de risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas estão em imparidade.





Os instrumentos financeiros para os quais a Perda de Crédito Esperado de tempo de vida útil é reconhecida e que estão em imparidade são designados "Instrumentos financeiros de Fase 3".

i) Mensuração da Perda de Crédito Esperada

A Perda de Crédito Esperada é uma estimativa ponderada pela probabilidade das perdas de crédito as quais são mensuradas da seguinte forma:

- > Activos financeiros que não apresentem imparidade de crédito na data de relato: como o valor actual de todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Banco espera receber);
- > Activos financeiros com imparidade de crédito na data de relato: como a diferença entre a quantia escriturada bruta e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados;
- > Compromissos de empréstimo não realizados: como o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais que são devidos ao Banco se o compromisso for levantado e os fluxos de caixa que o Banco espera receber; e
- > Contratos de garantia financeira: os pagamentos esperados para reembolsar ao detentor menos os valores que o Banco espera recuperar.

Para o desconto de fluxos de caixa futuros, são utilizadas as seguintes taxas:

- > Outros activos financeiros que não resultem ou que não tenham origem na imparidade de crédito, activos financeiros e recebíveis de arrendamento mercantil: a taxa de juro efectiva original ou uma taxa aproximada;
- > Compromissos de empréstimo não utilizados: a taxa de juro efectiva, ou uma aproximação dela, que seria aplicada ao activo financeiro resultante do compromisso de empréstimo;
- > Contratos de garantia financeira emitidos: a taxa que reflecte a avaliação actual do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos aos fluxos de caixa; e
- > Activos (Imparidades de Crédito): taxa de juro efectiva ajustada para o crédito.

ii) Activos financeiros reestruturados

Se os termos de um activo financeiro forem renegociados ou modificados ou um activo financeiro existente for substituído por um novo devido a dificuldades financeiras do mutuário, então é feita uma avaliação se o activo financeiro deve ser desreconhecido e a Perda de Crédito Esperada é mensurada da seguinte forma:

- > Se a reestruturação esperada não resultar no desreconhecimento do activo existente, então os fluxos de caixa esperados decorrentes do activo financeiro modificado são incluídos no cálculo das deficiências de caixa do activo existente.
- > Se a reestruturação esperada resultar no desreconhecimento do activo existente, então o justo valor esperado do novo activo é reconhecido como o fluxo de caixa final do activo financeiro existente no momento do seu desreconhecimento. Este valor é incluído no cálculo das insuficiências de caixa do activo financeiro existente que são descontadas desde a data prevista de desreconhecimento até à data de relato, usando a taxa de juro efectiva original do activo financeiro existente.

iii) Activos financeiros em imparidade

Em cada data de relato, o Banco avalia se os activos financeiros registados ao custo amortizado, os activos financeiros de dívida escriturados pelo justo valor através de outro rendimento integral, e os créditos de locação financeira estão em imparidade de crédito (referidos como "Activos financeiros de Fase 3").

Um activo financeiro está "em imparidade de crédito" quando um ou mais eventos que têm um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ocorrem.

A evidência de que um activo financeiro está em imparidade de crédito inclui os seguintes dados observáveis:

- > dificuldade financeira significativa do mutuário ou emissor;
- > uma violação de contrato, como um evento de incumprimento ou vencido;
- > a reestruturação de um empréstimo ou adiamento em termos que o Banco não consideraria de outra forma;
- > é provável que o mutuário declare falência ou solicite uma reorganização financeira; ou
- > o desaparecimento de um mercado activo de um valor mobiliário devido a dificuldades financeiras.

Um empréstimo renegociado resultante da deterioração da condição do mutuário é normalmente considerado em imparidade, a menos que haja evidências de que o risco de não receber fluxos de caixa contratuais tenha reduzido significativamente e não existam outros indicadores de imparidade. Além disso, um empréstimo vencido há 90 dias ou mais é considerado em imparidade de crédito, mesmo quando a definição regulamentar de incumprimento é diferente.

Ao avaliar se um investimento em dívida soberana está em imparidade, o Banco considera os seguintes factores:

- > A avaliação do risco de mercado, conforme reflectido no rendimento dos títulos.
- > As avaliações das classificações das agências respeitantes à idoneidade creditícia.
- > A capacidade do país em aceder aos mercados de capitais para novas emissões de dívida.
- > A probabilidade da dívida ser reestruturada, resultando em prejuízos aos detentores por meio do perdão voluntário ou obrigatório da dívida.
- > Os mecanismos de apoio internacional em vigor para fornecer o apoio necessário como "credor de última instância" a esse país, bem como a intenção, reflectida em declarações públicas, de governos e agências de usar esses mecanismos. Isso incluiu uma avaliação da profundidade desses mecanismos e, independentemente da intenção política, se havia capacidade para cumprir os critérios exigidos.

iv) Apresentação da provisão para Perda de Crédito Esperada na Demonstração da Posição Financeira

As provisões respeitantes à Perda de Crédito Esperado são apresentadas na demonstração da posição financeira como se segue:

- > Activos financeiros mensurados pelo custo amortizado: como uma dedução da quantia escriturada bruta dos activos;
- > Compromissos de empréstimos e contratos de garantia financeira: em geral, como provisão;
- > Quando um instrumento financeiro inclui uma fracção desembolsada e não desembolsada de capital, o Banco não pode identificar a Perda de Crédito Esperada no componente de compromisso de empréstimo separadamente daqueles da fracção desembolsada: o Banco apresenta uma provisão de perda combinada para ambos os componentes. O valor combinado é apresentado como uma dedução da quantia escriturada da fracção desembolsada. Qualquer excesso da provisão para perdas sobre o valor bruto da fracção desembolsada é apresentado como provisão; e
- > Instrumentos de dívida mensurados ao Justo Valor através de Outro Rendimento Integral: nenhuma provisão para perdas é reconhecida na demonstração da posição financeira considerando que a quantia escriturada desses activos é o seu justo valor. A provisão para perdas é divulgada e reconhecida na reserva de justo valor.

v) Desreconhecimento

Empréstimos e títulos de dívida são desreconhecidos (parcial ou integralmente) quando não há expectativa razoável de recuperação de um activo financeiro na sua totalidade ou parte do mesmo. Esse é geralmente o caso quando o Banco determina que o mutuário não possui activos ou fontes de rendimento que poderiam gerar fluxos de caixa suficientes para pagar os valores sujeitos ao abate. Essa avaliação é realizada ao nível do activo individual.

As recuperações de valores anteriormente abatidos são incluídas em "perdas por redução ao valor recuperável em instrumentos financeiros" na demonstração de resultados e outro rendimento integral.

Os activos financeiros que são abatidos estão sujeitos a actividades de fiscalização para cumprir os procedimentos do Banco para fins de recuperação de valores devidos.

vi) Contratos de garantia financeira

O Banco avalia se um contrato de garantia financeira detido é um elemento integrante de um activo financeiro que é contabilizado como um componente desse instrumento ou é um contrato contabilizado separadamente. Os factores que o Banco considera ao fazer essa avaliação incluem:

- > a garantia é implicitamente parte dos termos contratuais do instrumento de dívida;
- > a garantia é exigida pelas leis e regulamentos que regem o contrato do instrumento de dívida;
- > a garantia é celebrada ao mesmo tempo e na contemplação do instrumento de dívida; e
- > a garantia é concedida pela empresa-mãe do mutuário ou outra empresa ao nível do grupo do mutuário.

Se a garantia é um elemento integrante do activo financeiro, então qualquer prémio a pagar relacionado com o reconhecimento inicial do activo financeiro é reconhecido como um custo de transacção para adquiri-lo. O Banco considera o efeito da garantia ao mensurar o justo valor do instrumento de dívida e ao mensurar a Perda de Crédito Esperada.

Se o Banco determinar que a garantia não é um elemento integrante do instrumento de dívida, então reconhece um activo representando qualquer pré-pagamento de prémio de garantia e um direito a compensação por perdas de crédito. Um activo de prémio pré-pago é reconhecido somente se a exposição garantida não estiver com perda de crédito nem tiver sofrido um aumento significativo no risco de crédito quando a garantia foi adquirida. Esses activos são reconhecidos em "outros activos". O Banco apresenta ganhos ou perdas sobre um direito de compensação nos lucros ou prejuízos no item "perdas por imparidade em instrumentos financeiros".

h) Reconhecimento de rédito e gastos

O rédito é reconhecido quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para o Banco e esses benefícios possam ser fiavelmente mensuráveis. O reconhecimento do rédito obedece aos seguintes critérios por rubrica.

i) Juros

Taxa de juro efectiva

As receitas e despesas de juros são reconhecidas nos lucros ou prejuízos através do método da taxa de juro efectiva. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro para:

- > a quantia escriturada bruta do activo financeiro; ou
- > o custo amortizado do passivo financeiro.

Ao calcular a taxa de juro efectiva para instrumentos financeiros que não sejam activos adquiridos ou originários com perda de crédito, o Banco estima fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não a Perda de Crédito Esperada. Para activos financeiros com perda de crédito adquirida ou originada, uma taxa de juro efectiva ajustada ao crédito é calculada usando fluxos de caixa futuros estimados incluindo a Perda de Crédito Esperada.

O cálculo da taxa de juro efectiva inclui custos de transacção e taxas e pontos pagos ou recebidos que são parte integrante da taxa de juro efectiva. Os custos de transacção incluem custos incrementais que são directamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um activo financeiro ou passivo financeiro.

j) Custo amortizado e quantia escriturada bruta

O 'custo amortizado' de um activo financeiro ou passivo financeiro é o montante pelo qual o activo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos do capital, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa de juro efectiva de qualquer diferença entre aquele valor inicial e o valor à maturidade e, para os activos financeiros, ajustados de qualquer provisão para Perda de Crédito Esperada.

A quantia escriturada bruta de um activo financeiro é o custo amortizado de um activo financeiro antes do ajustamento de qualquer provisão de Perda de Crédito Esperada.

k) Cálculo da receita e despesa de juros

A taxa de juro efectiva de um activo ou passivo financeiro é calculada no reconhecimento inicial de um activo financeiro ou passivo financeiro. No cálculo da receita e despesa de juros, a taxa de juro efectiva é aplicada à quantia escriturada bruta do activo (quando o activo não se encontra em imparidade) ou ao custo amortizado do passivo. A taxa de juro efectiva é revista como resultado da nova estimativa periódica dos fluxos de caixa dos instrumentos de taxa flutuante para reflectir os movimentos nas taxas de juro do mercado.

No entanto, para activos financeiros em imparidade após o reconhecimento inicial, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juro efectiva ao custo amortizado do activo financeiro. Se o activo deixar de estar em imparidade de crédito, o cálculo do rendimento de juros reverte para a base bruta.

Para activos financeiros em imparidade no reconhecimento inicial, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juro efectiva ajustada pelo crédito ao custo amortizado do activo. O cálculo da receita de juros não reverte para a base bruta mesmo que o risco de crédito do activo melhore.

l) Apresentação

A receita de juros calculada usando o método da taxa de juro efectiva apresentado na demonstração de resultados e outro rendimento integral inclui:

- > juros sobre activos financeiros e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado;
- > juros sobre instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral.

Outras receitas de juros apresentadas na demonstração de resultados e outro rendimento integral incluem receitas de juros sobre locações financeiras.

A despesa de juros apresentada na demonstração de resultados e outro rendimento integral inclui passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado e juros em passivos de locação.

As receitas e despesas de juros em outros activos e passivos financeiros ao justo valor através de proveitos e prejuízos são apresentados na rubrica de receitas líquidas de outros instrumentos financeiros ao justo valor através de proveitos e prejuízos.

m) Comissões

> Rendimentos provenientes de serviços e comissões

O Banco obtém rendimentos de serviços e comissões através de uma diversificada rede de serviços que presta aos seus Clientes. As comissões podem ser classificadas em duas categorias:

- > Comissões que são cobradas por prestação de serviços durante um determinado período de tempo
São obtidas à medida que os serviços vão sendo prestados e o seu reconhecimento em resultados é efectuado em função do período em que os serviços são prestados. Estas comissões incluem valores cobrados nas prestações de serviços tais como a emissão de Garantias Bancárias e Cartas de Crédito.

- > Comissões cobradas pela prestação de serviços

A receita de honorários e comissões de contratos com Clientes é mensurada com base na remuneração especificada num contrato com um cliente. O Banco reconhece o rédito quando o serviço é prestado. Outras despesas com honorários e comissões referem-se principalmente a taxas de transacção e serviços, que são contabilizadas como despesas quando os serviços são recebidos.

- > Rendimento líquido em operações financeiras

O rendimento líquido em operações financeiras inclui ganhos e perdas das transacções em moeda estrangeira e operações de conversão dos itens monetários denominados em moeda estrangeira. Adicionalmente, o Banco procede ainda ao reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor.

n) IRFS 16 – Locações

No início de uma locação, o Banco avalia se o contrato é ou contém um arrendamento partindo da definição estabelecida na norma IRFS 16 que diz "um contrato constitui ou contém uma locação se comportar o direito de controlar a utilização de um activo identificado durante um certo período, em troca de uma retribuição". Esta política é aplicada aos contratos celebrados (ou actualizados) em ou após 1 de Janeiro de 2019.

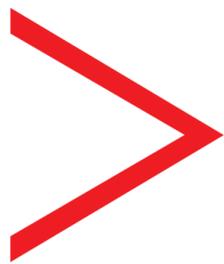
i) Banco na perspectiva de Locatário

No início ou na actualização de um contrato que contém a componente de locação, o Banco aloca a contraprestação do contrato a cada componente de locação com base no seu preço autónomo relativo. No entanto, para locações de agências e escritórios, o Banco optou por não separar as componentes não locativas e contabilizar as componentes locativas e não locativas como um único componente de locação.

O Banco reconhece um activo sob direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início da locação. O activo sob direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo, que compreende o valor inicial do passivo de arrendamento ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efectuados antes da data de início, mais quaisquer custos directos iniciais incorridos e uma estimativa dos custos para desmontar e remover quaisquer melhorias feitas nas filiais ou nas instalações do escritório.

O activo sob direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até ao final do prazo da locação. Adicionalmente, o activo sob direito de uso é periodicamente reduzido por perdas sobre o valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de locação.

O passivo de locação é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos de locação que ainda não foram efectuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita de locação ou, se essa taxa não puder ser prontamente determinada, pela taxa de empréstimo incremental do Banco. Geralmente, o Banco utiliza a taxa de empréstimo incremental como taxa de desconto.



O Banco determina a taxa incremental de empréstimos através da análise de empréstimos de várias fontes externas e faz alguns ajustes para reflectir os termos do arrendamento e o tipo de activo arrendado.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação compreendem os seguintes:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos in-substance;
- Pagamentos de locação variáveis que dependem de um índice ou taxa, medidos inicialmente usando o índice ou taxa na data de início;
- Montantes que se espera pagar sob uma garantia de valor residual; e
- Preço do exercício de uma opção de compra que o Banco preveja exercer, pagamentos de locação num período de renovação opcional se o Banco tem a certeza razoável de exercer uma opção de extensão, e penalizações por rescisão antecipada de uma locação, a menos que o Banco tenha certeza razoável de não rescindir antecipadamente.

O passivo de locação é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efectivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros da locação decorrentes de uma mudança no índice ou taxa, se houver uma alteração na estimativa do Banco sobre o montante que se espera que seja pago sob garantia do valor residual, se o Banco alterar a sua avaliação sobre se irá efectuar uma compra, extensão ou rescisão da compra, ou se houver uma revisão do pagamento de locação fixa in-substance.

Quando o passivo de locação é remensurado dessa forma, um ajuste correspondente é feito ao valor contabilístico do activo de direito de uso ou é registado nos lucros ou prejuízos se o valor contabilístico do activo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. O Banco apresenta na demonstração da posição financeira os activos sob direito de uso em 'activos tangíveis' e passivos de arrendamento em 'outros passivos' na demonstração da posição financeira.

Locações de curto prazo e locações de activos de baixo valor

O Banco optou por não reconhecer activos sob direito de uso e passivos de locação financeira para locações de activos de baixo valor e locações de curto prazo, incluindo locações de equipamentos de tecnologia de comunicação e informação. O Banco reconhece os pagamentos de locação associados a essas locações como uma despesa de forma linear durante o período da locação.

ii) Banco na perspectiva de Locador

No início ou na reavaliação de um contrato que contém uma componente de locação, o Banco aloca a contraprestação do contrato a cada componente de locação com base nos seus preços de venda autónomos relativos.

Quando o Banco actua como locador, determina, no início da locação, se é uma locação financeira ou operacional. Para classificar cada locação, o Banco avalia se todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do activo subjacente são ou não substancialmente transferidos para o Moza Banco. Se for esse o caso, então a locação é uma locação financeira; caso contrário, essa locação é tratada como locação operacional. Como parte dessa avaliação, o Banco considera determinados indicadores, como se a locação é destinada à maior parte da vida económica do activo.

o) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme apresentados na demonstração de fluxos de caixa, englobam os valores em caixa, contas correntes com o Banco Central e com outras instituições de crédito e investimentos altamente líquidos, com maturidades até três meses, a contar da data da aquisição, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração do justo valor e são utilizados pelo Banco na gestão dos seus compromissos de curto prazo, sendo que estes são mensurados ao custo amortizado na demonstração da posição financeira.

p) Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes (ou grupos para alienação) são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor na posição financeira seja essencialmente recuperado através da sua venda e que a mesma seja considerada altamente provável. Para que um activo (ou grupo de alienação) seja classificado nesta rubrica é necessário que cumpra os seguintes requisitos:

- 1) A probabilidade de venda seja elevada;
- 2) O activo esteja disponível para venda no seu estado actual; e
- 3) Existir expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do activo nessa rubrica. Contudo, os acontecimentos ou circunstâncias podem estender o período para concluir a venda para além de um ano.

Os activos registados nessa rubrica não são amortizados, sendo valorizados ao menor valor entre o custo de aquisição e o seu justo valor, deduzidos do custo a incorrer na venda. O justo valor destes activos é determinado com base em avaliações efectuadas por entidades especializadas.

A Administração compromete-se a desenvolver todos os esforços tendentes a que a sua alienação se verifique no período máximo de um ano após a sua classificação nesta categoria.

q) Activos tangíveis

> Propriedades e equipamentos

As propriedades e equipamentos são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, e perdas por imparidade.

Os custos de manutenção, reparação e outras despesas associadas ao seu uso, são reconhecidas em lucros ou prejuízos no período em que foram incorridos. O software adquirido que é parte integrante da funcionalidade do equipamento relacionado é capitalizado como parte desse equipamento.

Se as partes significativas de um item do immobilizado têm vida útil diferente, então elas são contabilizadas como itens separados (componentes principais) do activo. Qualquer ganho ou perda na alienação de um item de propriedade e equipamento é reconhecido em outros ganhos operacionais na Demonstração de Resultados.

Os gastos subsequentes são reconhecidos como activos tangíveis apenas se for provável que os benefícios económicos futuros associados aos gastos fluirão para o Banco.

As depreciações são calculadas utilizando o método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens, assim como do seu valor residual. Os valores residuais dos activos, assim como a vida útil dos activos e os critérios de amortização são ajustados, se necessário, à data de relato. As vidas úteis estimadas para os activos tangíveis são as seguintes:

	2024	2023
Imóveis	50	50
Obras em edificios arrendados	10	10
Equipamentos	10	10
Activo sobre direito de uso	10	10
Outros	4 - 5	4 - 5

O Banco efectua regularmente a análise da adequabilidade da vida útil estimada dos seus activos tangíveis. Alterações na vida útil estimada dos activos são reconhecidas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratados como alterações de estimativas contabilísticas.

Durante o exercício económico de 2023, o Banco procedeu com a revisão da vida útil dos imóveis próprios, passando dos anteriores 25 anos para 50 anos.

> Propriedades de investimentos

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo custo e depreciadas de forma linear e a vida útil estimada para os activos classificados como propriedades de investimento é de 50 anos. Qualquer ganho ou perda na alienação de propriedades de investimento (calculado como a diferença entre o produto líquido da alienação e a quantia escriturada do item) é reconhecido em lucro ou prejuízo.

Quando o uso de uma propriedade muda de modo que seja reclassificada como activo tangível, o valor líquido do activo na data de reclassificação torna-se o seu custo para contabilização subsequente.

r) Activos Intangíveis

Os activos intangíveis que incluem os valores de *software* (licenças) adquiridos pelo Banco são registados ao custo amortizado menos a amortização acumulada e menos eventuais perdas por imparidade.

Os custos com software desenvolvido internamente são reconhecidos como activo quando o Banco consegue demonstrar que o produto é técnico e comercialmente viável, a sua capacidade e intenção de gerar benefícios económicos futuros, e

podem fiavelmente mensurados os custos para completar o desenvolvimento. A capitalização dos custos de software desenvolvido internamente inclui todos os custos directamente imputáveis ao desenvolvimento do software, e são amortizados durante a sua vida útil. O software desenvolvido internamente é mensurado pelo custo capitalizado menos as amortizações acumuladas e menos as perdas por imparidade.

A amortização é reconhecida na demonstração de resultados segundo o método de quotas constantes ao longo da vida útil do software, a partir da data em que o mesmo esteja disponível para uso. A vida útil estimada do software é de 3 a 5 anos.

s) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos são reconhecidos em lucros ou prejuízos, excepto a parte relativa à combinação de negócio ou a itens reconhecidos directamente nos capitais próprios ou a outros resultados.

O Banco determina os juros e penalizações decorrentes do apuramento de imposto e quaisquer diferenças apuradas, incluindo tratamento fiscal incerto que não se enquadrem na definição de imposto sobre o rendimento, são contabilizados de acordo com a IAS 37.

i) Impostos correntes

O imposto corrente compreende o imposto a pagar ou a receber sobre o lucro ou prejuízo tributável do ano e quaisquer ajustamentos ao imposto a pagar ou a receber de anos anteriores.

Os impostos correntes, activos ou passivos, são estimados com base no valor esperado a pagar ou a recuperar das autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usado para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data de relato.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos na matéria colectável, resultante de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Os activos e passivos de impostos correntes podem ser compensados se determinadas condições forem satisfeitas.

ii) Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias, à data da posição financeira, entre a base fiscal dos activos e passivos e a sua correspondente base contabilística.

A quantia escriturada do activo por impostos diferidos é revista à data de encerramento de cada exercício e reduzida na medida em que já não é provável que os lucros tributáveis sejam suficientes para permitir que todo, ou parte do imposto diferido activo possa ser utilizado. Os activos por impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados à data de relato e são reconhecidos na medida em que se torne provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o activo por imposto diferido possa ser recuperável.

Os activos e passivos por impostos diferidos são mensurados pelas taxas fiscais que se espera que sejam aplicáveis no período em que já não é provável que os lucros tributáveis sejam suficientes para permitir que todo, ou parte do imposto diferido activo possa ser utilizado. Os activos por impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados à data de relato e são reconhecidos na medida em que se torne provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o activo por imposto diferido possa ser recuperável.

Os activos e passivos por impostos diferidos poderão ser compensados caso determinadas condições sejam satisfeitas.

t) Benefícios aos empregados

i) Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo comportam os salários, pagamentos de férias acumuladas, remunerações variáveis, gratificações e outros benefícios não monetários, tais como contribuições para a assistência médica.

As obrigações de pagamento dos benefícios de curto prazo dos empregados são mensuradas numa base não descontada, sendo contabilizadas como custo quando o respectivo serviço é prestado.

Um passivo é reconhecido pelo valor que deverá ser pago no curto prazo, ao abrigo de planos de bónus em dinheiro ou férias acumuladas, se o Banco tiver uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor, como resultado do serviço prestado no passado pelo empregado, e a obrigação puder ser estimada com fiabilidade.

ii) Benefícios pelo término do contrato

Os benefícios pelo término do contrato são reconhecidos como custo, quando o Banco se compromete, sem possibilidade realista de retirada, com um plano detalhado formal para rescindir o contrato do empregado, antes da sua data normal de reforma, ou proporcionar benefícios pelo término, como resultado de uma oferta feita para encorajar a demissão voluntária. Se não se espera que os benefícios sejam totalmente liquidados no prazo de 12 meses após a data de relato, então estes são descontados.

u) Provisões

Uma provisão é reconhecida quando o Banco tiver uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante de um acontecimento passado, sendo provável que uma saída de recursos venha a ser necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado de forma fiável. As provisões são mensuradas com base no valor presente dos custos que se espera que venham a incorrer para liquidar a obrigação usando uma taxa antes de impostos que reflecte a avaliação actual.

v) Depósitos, títulos de dívida emitidos e passivos subordinados

Os depósitos, títulos de dívida emitidos e passivos subordinados são as fontes de financiamento por dívida do Banco.

Quando o Banco vende um activo financeiro e simultaneamente celebra um acordo de recompra do mesmo (ou um activo semelhante) a um preço fixo numa data futura (acordo de venda e recompra) a contraprestação recebida é contabilizada como um depósito e o activo subjacente continua reconhecido nas demonstrações financeiras do Banco.

O Banco classifica os instrumentos de capital como passivos financeiros ou instrumentos de capital próprio, de acordo com a substância dos termos contratuais dos instrumentos. Os depósitos, títulos de dívida emitidos e passivos subordinados são mensurados inicialmente pelo justo valor menos os custos directos de transacção incremental. Posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efectiva de juros, excepto quando o Banco designa passivos ao justo valor através de lucros ou prejuízos (FVTPL).

Quando o Banco designa um passivo financeiro ao justo valor através de lucros ou prejuízos (FVTPL), o montante da variação no justo valor do passivo que é atribuível às alterações no seu risco de crédito é apresentado em outro rendimento integral (OCI) como uma reserva de crédito do passivo.

No reconhecimento inicial do passivo financeiro, o Banco avalia se a apresentação do montante da variação do justo valor do passivo que é atribuível ao risco de crédito em outro rendimento integral (OCI) criaria ou ampliaria um desajuste contabilístico nos lucros ou prejuízos. Essa avaliação é feita usando uma análise de regressão para comparar:

- > as mudanças esperadas no justo valor do passivo relacionadas com as mudanças no risco de crédito; com
- > o impacto no resultado das mudanças esperadas no justo valor de instrumentos cujas características estão relacionadas economicamente às características do passivo.

Os valores apresentados na reserva de crédito do passivo não são posteriormente transferidos para resultados. Quando esses instrumentos são desreconhecidos, o valor acumulado registado na reserva de crédito do passivo é transferido para lucros acumulados.

w) Garantias financeiras e compromissos de empréstimos

As "Garantias financeiras" são contratos que exigem que o Banco efectue pagamentos específicos para reembolsar o titular por perda em que incorra devido ao facto de um devedor específico não efectuar o pagamento quando este é exigido de acordo com os termos do instrumento de dívida. Os "compromissos de empréstimo" são compromissos firmes de concessão de crédito com termos e condições pré-estabelecidas.

As garantias financeiras emitidas ou os compromissos de concessão de empréstimo a uma taxa de juros abaixo do mercado são mensuradas inicialmente pelo justo valor. Posteriormente, são mensurados pela provisão da perda mais elevada determinada de acordo com a IRFS 9 e o valor inicialmente reconhecido menos, o valor acumulado do resultado reconhecido de acordo com os princípios da IRFS 15.

Os passivos decorrentes de garantias financeiras e compromissos de empréstimos são incluídos nas provisões.

x) Capital social e reservas

i. Outros instrumentos do capital próprio

O Banco classifica instrumentos emitidos como passivos financeiros ou instrumentos de capital próprio, de acordo com a natureza dos termos contratuais dos instrumentos.

ii. Custos de emissão de acções



**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

(Valores expressos em milhares de Meticais)

Os custos incrementais directamente atribuíveis à emissão de um instrumento de capital próprio são deduzidos da mensuração inicial dos instrumentos de capital próprio.

3. Normas contabilísticas emitidas

- i. Normas e interpretações com data de entrada em vigor em 2024
 - > Emendas a IAS 7 e ao IFRS 7 - Acordos de financiamento a fornecedores (emitidas em 25 de Maio de 2023);
 - > Emenda a IAS 1 - Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes - Adiamento da data de entrada em vigor (emitidas em 23 de Janeiro de 2020 e 15 de Julho de 2020);
 - > Emenda a IAS 1 - Passivos não circulantes com cláusulas restritivas (emitidas em 31 de Outubro de 2022);
 - > Emenda a IFRS 16 - Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento de volta (emitidas em 22 de Setembro de 2022).
- ii. Normas contabilísticas emitidas, mas não implementadas.
 - > IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações;
 - > IFRS 18 - Apresentação e divulgação nas Demonstrações Financeiras (emitida em 9 de Abril de 2024);
 - > Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Modificações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (emitidas em 30 de Maio de 2024);
 - > Alterações ao IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7 - Melhorias anuais volume 11 (emitidas em 18 de Julho de 2024);
 - > Alterações ao IAS 21- Falta de conversibilidade (emitidas em 15 de Agosto de 2023);
 - > IFRS 14 - Contas de diferimento regulatório (emitida em 30 de Janeiro de 2014);

4. Gestão do Risco, objectivos e políticas

A função de gestão de riscos no Moza Banco constitui uma actividade de extrema importância, suportada por um modelo de governação que pretende, simultaneamente, respeitar as melhores práticas na matéria, conforme estabelecido nas Directrizes de Gestão de Risco bem como garantir solidez e eficácia aos processos de Identificação, Medição, Controlo e Acompanhamento dos riscos financeiros e não financeiros a que o Moza Banco se encontra, ou possa vir a encontrar-se, exposto, nomeadamente:

- a. Risco de Crédito;
- b. Risco de Liquidez;
- c. Risco de Taxa de Juro;
- d. Risco de Taxa de Câmbio;
- e. Risco Operacional;
- f. Risco Estratégico;
- g. Risco Reputacional;
- h. Risco de Compliance;
- i. Risco de Tecnologias de Informação (TI);
- j. Risco de Concentração;
- k. Risco *Cyber Security*;
- l. Risco de Dados;
- m. Risco Imobiliário;
- n. Risco Legal.

A gestão dos riscos é efectuada de forma transversal e coordenada por uma estrutura dedicada, a Direcção de Gestão de Risco, que responde a um membro da Comissão Executiva do Moza Banco.

O Moza Banco considera, no âmbito da gestão de riscos, o quadro regulamentar aplicável emitido pelo Banco de Moçambique (Entidade Supervisora do Sistema Bancário Moçambicano), bem como as melhores práticas bancárias (*European Bank Authority* ou Banco de Portugal), assim como as normas de risco internacionalmente aceites, como sejam o Quadro Integrado de Gestão Corporativa de Risco COSO e os Princípios de Gestão de Risco ISO 31000, enquanto referências metodológicas para a Política de Gestão de Risco do Moza Banco.

Quadro Conceptual de Gestão de Riscos do Moza Banco

O quadro conceptual de gestão de riscos do Moza Banco compreende o âmbito dos riscos, os processos, os sistemas, políticas e procedimentos necessários à gestão dos riscos, bem como as atribuições e responsabilidades dos diferentes órgãos do Banco envolvidos na sua gestão. O Moza Banco considera que, o quadro conceptual de gestão de riscos implementado se ajusta à sua dimensão e complexidade e é suficientemente abrangente para identificar os principais riscos aos quais se encontra exposto, com a flexibilidade necessária para acomodar eventuais alterações no sentido de melhoria das actividades do Banco.

É neste contexto que o Conselho de Administração do Moza Banco detém a responsabilidade pelo nível de riscos assumidos pelo Banco, aprova as estratégias globais de negócio bem como as políticas de tomada e gestão de risco do Banco, fornecendo uma clara orientação relativamente aos níveis de exposição ao risco, através da Declaração de Apetite de Risco do Banco (RAS - *Risk Appetite Statement*). Adicionalmente, as políticas e procedimentos de gestão de riscos, bem como os limites de controlo de exposição do Banco aos riscos inerentes à sua actividade, são concebidos por forma a serem consistentes com a complexidade e a dimensão de negócio, objectivos, metas e a robustez financeira do Banco.

O Banco efectua, anualmente, a revisão e actualização das políticas de gestão de risco, por forma a reflectir as alterações ocorridas ao nível do mercado, produtos e as melhores práticas do sector bancário onde se encontra inserido.

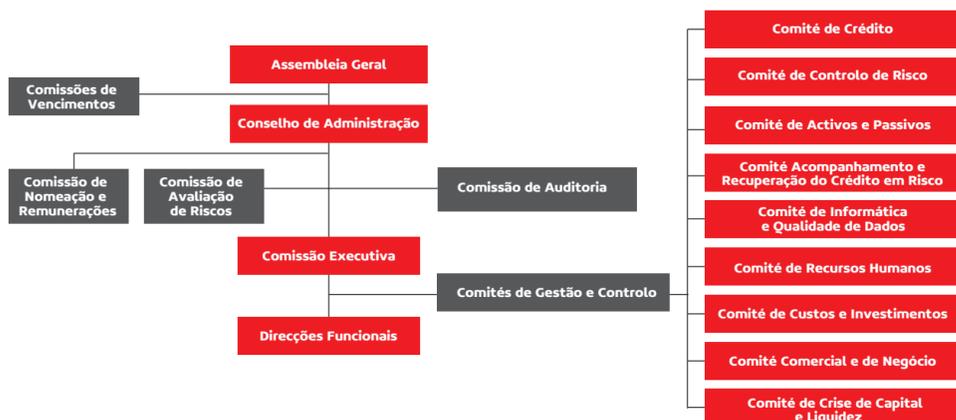
Modelo de Governo da Gestão de Risco do Moza Banco

O Moza Banco, no âmbito do controlo e gestão dos riscos, adoptou um modelo de *Governance* que estabelece os equilíbrios necessários para que o Conselho de Administração exerça a sua fiscalização de forma eficaz, através do acompanhamento regular dos níveis globais de risco. Complementarmente este modelo assegura a conformidade com a Lei das instituições de crédito e sociedades financeiras (Lei 20/20 de 31 de Dezembro), em matéria de governação, designadamente ao nível dos comités obrigatórios, tendo em conta a dimensão do Moza Banco.

O processo de acompanhamento e reporte assegura ao Conselho de Administração, que os níveis de risco do Banco encontram-se alinhados com os objectivos, os recursos financeiros disponíveis e Plano estratégico aprovado para o desenvolvimento e crescimento da actividade do Banco.

Neste sentido, o Banco tem definido um Modelo de Governance de Gestão de Risco, que incorpora dois conceitos: (i) o conceito de "Comissões" para os órgãos que emanam da Assembleia Geral e do Conselho de Administração e (ii) o conceito de "Comités" para os órgãos que emanam da Comissão Executiva, conforme organograma apresentado abaixo. Complementarmente este modelo incorpora o conceito das 3 linhas de defesa, sendo que a Primeira Linha de Defesa é preenchida pelas Unidades geradoras de Risco designadamente, Rede Comercial, Direcção de Operações, Direcção de Crédito, entre outras a Segunda Linha pelas Direcções de Gestão de Risco e Compliance e a Terceira Linha de Defesa pela Auditoria e Inspeção.

O organograma abaixo descreve o Modelo de Governo em vigor no Moza Banco, seguido das principais funções/competências dos órgãos relevantes do referido modelo encontra-se descritas no relatório de gestão.



Capital Económico

De acordo com a Regulamentação aplicável, o Moza Banco, assegura o processo de ICAAP (Internal Capital Adequacy Assessment Process) através da aplicação de metodologias internas para o apuramento de requisitos de capital, para a cobertura dos riscos de pilar I e II, do Acordo de Basileia II. O objectivo principal do exercício de ICAAP é comparar as necessidades de capital económico com os recursos financeiros disponíveis, aferindo a capacidade do Banco em absorver os riscos a que se encontra exposto, tornando-se igualmente possível identificar actividades e/ou linhas de negócio geradoras de maior valor.

O processo do ICAAP incorpora um conjunto de actividades preliminares, designadamente:

- i. A definição do Modelo de Governo do ICAAP, ajustado à dimensão e realidade do Moza Banco;
- ii. A definição da Taxonomia dos riscos inerentes à actividade do Banco;
- iii. Definição de cenário base e adverso, este último caracterizado por uma deterioração significativa de alguns indicadores macroeconómicos (Inflação, Taxas de Juro, Desvalorização do Metical, PIB, entre outros). Não obstante o cenário adverso, ser hipotético, o mesmo é criado com o intuito de avaliar a solidez do Banco e a sua resiliência num ambiente económico desfavorável;
- iv. A definição de metodologias específicas para apuramento da materialidade dos riscos.

Sem prejuízo de alterações futuras, abaixo apresentam-se os riscos considerados materialmente relevantes para efeitos do ICAAP (Pilar I - Basel II & Pilar II) e sobre os quais deverão ser quantificados os requisitos de capital para garantir a sua cobertura:



* Acomoda os outros riscos materiais considerados na taxonomia de riscos do Banco e não quantificados com recurso a uma metodologia específica para o cálculo dos respectivos requisitos de capital.

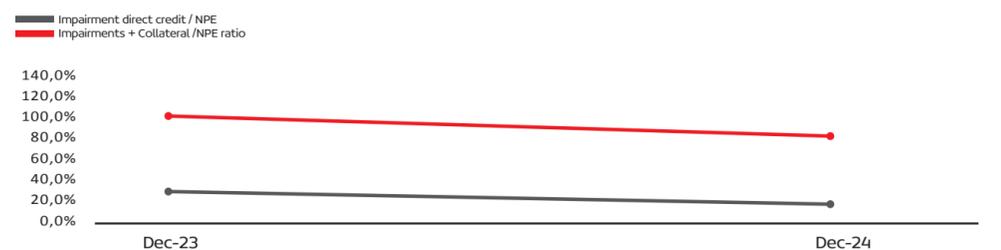
A análise qualitativa da gestão dos riscos do Moza Banco é apresentada como se segue:

4.1. Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de impactos negativos na estrutura económico-financeira do Banco, em resultado da incapacidade das contrapartes ou respectivos garantes honrarem com os compromissos de pagamento previamente acordados. O risco encontra-se associado a exposições com contrapartes em empréstimos, emitentes de títulos e outros compromissos efectivos ou potenciais que colocam a Instituição numa situação de dependência.

Principais Indicadores de Risco de Crédito

No quadro abaixo apresenta-se a evolução anual dos principais indicadores do risco de crédito e de cobertura da exposição do crédito entre Dezembro de 2023 e 2024:



Máxima exposição ao risco de crédito por classe de activos financeiros

Para activos financeiros reconhecidos na posição financeira, a exposição ao risco de crédito é igual à quantia escriturada. Para as garantias, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor máximo que o Banco teria de pagar caso a garantia fosse executada. Para os compromissos de crédito e outros compromissos relacionados e que sejam irrevogáveis durante o ciclo de vida das respectivas facilidades, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor da facilidade não utilizada.

A tabela abaixo mostra a exposição máxima à data de 31 de Dezembro de 2024, relativamente ao risco de crédito na posição financeira, e instrumentos financeiros extrapatrimoniais, sem ter em consideração o valor das garantias detidas. O Banco apenas detém colaterais para Crédito a Clientes (Empréstimos e adiantamentos a clientes, Garantias Prestadas e Cartas de Crédito) que são, fundamentalmente, hipotecas sobre imóveis, penhores financeiros, garantias prestadas pelo Estado (à ordem e a prazo) assim como penhores de equipamentos:

	2024	2023
Caixa e disponibilidades em Banco Central	19 789 350	15 550 870
Disponibilidades sobre instituições de crédito	521 055	377 410
Aplicações em instituições de crédito	2 271 529	2 457 392
Activos financeiros	13 202 142	12 593 053
Empréstimos e adiantamentos a clientes	20 871 681	21 934 189
Outros activos	3 157 204	1 782 696
	59 812 961	54 695 610

Exposição ao risco de crédito relativa a elementos extrapatrimoniais

	2024	2023
Garantias	8 947 132	7 516 527
Moeda nacional	6 220 665	5 493 216
Moeda estrangeira	2 726 467	2 023 311
Cartas de crédito	297 576	321 529
	9 244 708	7 838 056
	69 057 669	62 533 666

Qualidade do crédito

O quadro abaixo, mostra a qualidade da carteira de crédito do Banco sob ponto de vista dos estágios em que se encontram as operações/clientes, tendo em conta as regras adoptadas pelo Banco para a classificação dos mesmos, no âmbito da IFRS9.

	2024	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Caixa e disponibilidades em Banco Central	19 789 350	-	-	-	19 789 350
Disponibilidades sobre instituições de crédito	521 055	-	-	-	521 055
Aplicações em instituições de crédito	2 271 529	-	-	-	2 271 529
Activos financeiros	13 202 142	-	-	-	13 202 142
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9 612 835	2 284 454	8 974 392	-	20 871 681
Outros activos	3 157 204	-	-	-	3 157 204
	48 554 115	2 284 454	8 974 392	-	59 812 961

	2023	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Caixa e disponibilidades em Banco Central	15 550 870	-	-	-	15 550 870
Disponibilidades sobre instituições de crédito	377 410	-	-	-	377 410
Aplicações em instituições de crédito	2 457 392	-	-	-	2 457 392
Activos financeiros	12 593 053	-	-	-	12 593 053
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9 881 997	2 655 894	9 396 298	-	21 934 189
Outros activos	1 782 696	-	-	-	1 782 696
	42 643 418	2 655 894	9 396 298	-	54 695 610

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

(Valores expressos em milhares de Meticais)

Em relação aos empréstimos e adiantamentos a clientes, a qualidade do crédito do Banco é apresentada conforme se segue:

	2024	2023
Estágio 1	9 612 835	9 881 997
Estágio 2	2 284 454	2 655 894
Estágio 3	8 974 392	9 396 298
	20 871 681	21 934 189

O crédito vencido inclui a totalidade da exposição dos clientes com prestações vencidas assim como os valores das prestações vincendas.

Perda esperada de crédito

O quadro seguinte apresenta o movimento das imparidades de crédito ao longo do ano:

2024	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo a 01 Janeiro de 2024	120 369	106 844	1 620 712	1 847 925
Transferência para Stage 1	(18 819)	12 471	6 348	-
Transferência para Stage 2	4 212	(45 594)	41 382	-
Transferência para Stage 3	300	2 526	(2 826)	-
Reforços	9 374	34 355	455 074	498 803
Novas entradas	70 472	26 468	191 031	287 971
Reduções	(51 767)	(53 726)	(163 282)	(268 775)
Write-offs	-	-	(476 641)	(476 641)
Saldo a 31 de Dezembro de 2024	134 141	83 344	1 671 798	1 889 283

2023	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo a 01 Janeiro de 2023	121 069	105 033	2 762 720	2 988 822
Transferência para Stage 1	18 508	(9 525)	(8 983)	-
Transferência para Stage 2	(4 049)	33 537	(29 488)	-
Transferência para Stage 3	(165)	(4 975)	1 756 533	1 751 393
Reforços	16 480	51 773	547 433	615 686
Novas entradas	49 842	27 541	76 528	153 911
Reduções	(81 316)	(96 540)	(1 725 927)	(1 903 783)
Write-offs	-	-	(1 758 104)	(1 758 104)
Saldo a 31 de Dezembro de 2023	120 369	106 844	1 620 712	1 847 925

O quadro seguinte apresenta o movimento das imparidades dos compromissos de empréstimos e contractos de garantias financeiras ao longo do ano:

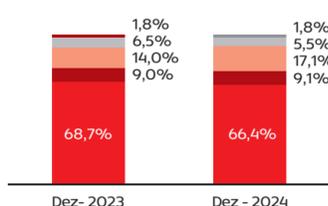
Compromisso de empréstimos e contractos de garantia financeira

	2024	2023
Sado inicial	205 659	112 176
Reforço	88 888	250 921
Reversão	(159 131)	(157 438)
Saldo final	135 416	205 659

Distribuição das Exposições Sujeitas a Imparidade

As exposições de crédito do Moza Banco sujeitas ao cálculo de perdas por imparidade, encontram-se distribuídas como mostra o gráfico abaixo, encontrando-se em conformidade com as estratégias internamente aprovadas para o tratamento de cada um dos itens que constituem a carteira de crédito do Banco:

■ Mozbonds
■ Linhas de Crédito não Utilizadas
■ Garantias Bancárias e Crédito Documentário
■ Títulos de Dívida Pública
■ Crédito no Balanço



Colaterais e outras garantias de crédito

As garantias ou colaterais visam assegurar que, em caso de não pagamento do crédito pelos mutuários, as instituições de crédito conseguem, ainda assim, obter reembolso (total ou parcial) do crédito concedido, através da execução ou apropriação do colateral ou garantia, com o intuito de seguidamente transformá-lo em liquidez, por alienação, venda ou quaisquer outras opções aplicáveis.

Na listagem abaixo, encontram-se descritos os tipos de colaterais aceites e elegíveis, para a cobertura do risco de crédito:

- > Penhor de Depósitos (DP Colateral e Caução em DO) no Moza Banco;
- > Penhor de acções;
- > Garantias prestadas pelo Estado a favor do Moza Banco;
- > Garantias prestadas por Outras Instituições de Crédito;
- > Hipotecas sobre Propriedades (habitações, imóveis industriais e/ou comerciais);
- > Hipoteca de Bens Móveis;
- > Penhor de Equipamentos;

A análise da exposição de crédito face aos colaterais e outras garantias de crédito a favor do Banco, consta do quadro seguinte:

2024	Máxima exposição ao risco de crédito	Depósitos	Cartas de crédito/garantias bancárias	Hipotecas	Aval de Estado	Garantias líquidas	Exposição líquida
Caixa e disponibilidade em Banco Central	19 789 350	-	-	-	-	-	19 789 350
Disponibilidade sobre instituições de crédito	521 055	-	-	-	-	-	521 055
Aplicações em instituições de crédito	2 271 529	-	-	-	-	-	2 271 529
Activos financeiros	13 202 142	-	-	-	-	-	13 202 142
Empréstimos e adiantamento a clientes	-	-	-	-	-	-	-
Grandes empresas	8 424 095	168 722	-	2 342 719	2 304 110	4 815 551	3 608 544
Pequenas empresas	6 663 181	419 166	-	4 083 484	-	4 502 650	2 160 531
Particulares	7 393 322	189 452	-	1 214 227	-	1 403 679	5 989 643
Outros	280 366	7 095	-	-	218 387,00	225 482	54 884
Outros activos	3 157 204	-	-	-	-	-	3 157 204
	61 702 244	784 435		7 640 430	2 522 497	10 947 362	50 754 882

2023	Máxima exposição ao risco de crédito	Depósitos	Cartas de crédito/garantias bancárias	Hipotecas	Aval de Estado	Garantias líquidas	Exposição líquida
Caixa e disponibilidade em Banco Central	15 550 870	-	-	-	-	-	15 550 870
Disponibilidade sobre instituições de crédito	377 410	-	-	-	-	-	377 410
Aplicações em instituições de crédito	2 457 392	-	-	-	-	-	2 457 392
Activos financeiros	12 593 053	-	-	-	-	-	12 593 053
Empréstimos e adiantamento a clientes	-	-	-	-	-	-	-
Grandes empresas	8 691 322	72 600	660	1 873 680	2 841 134	4 788 074	3 903 248
Pequenas empresas	7 700 415	260 419	-	5 574 368	-	5 834 788	1 865 627
Particulares	7 134 771	202 437	-	1 229 881	-	1 432 318	5 702 453
Outros	255 606	9 839	-	-	-	9 839,00	245 767
Outros activos	1 782 696	-	-	-	-	-	1 782 696
	56 543 535	545 295	660	8 677 929	2 841 134	12 065 019	44 478 516

O quadro abaixo apresenta as quantias escrituradas e o valor das garantias identificáveis (principalmente hipotecas de imóveis) a favor do Banco, para a cobertura do risco de crédito inerente à carteira de empréstimos e adiantamentos. Para cada empréstimo, o valor das propriedades objecto de hipoteca é limitado ao valor nominal contra o qual é detido:

	2024			2023		
	Quantia escriturada	Hipoteca de Imóveis	Caução de DP	Quantia escriturada	Hipoteca de Imóveis	Exposição líquida
Estágio 01 e 02	12 114 774	3 711 168	778 602	12 765 106	3 928 298	537 688
Estágio 03	10 646 190	3 929 262	5 833	11 017 008	4 791 191	7 607
	22 760 964	7 640 430	784 435	23 782 114	8 719 489	545 295

Activos obtidos mediante a tomada de posse de garantias

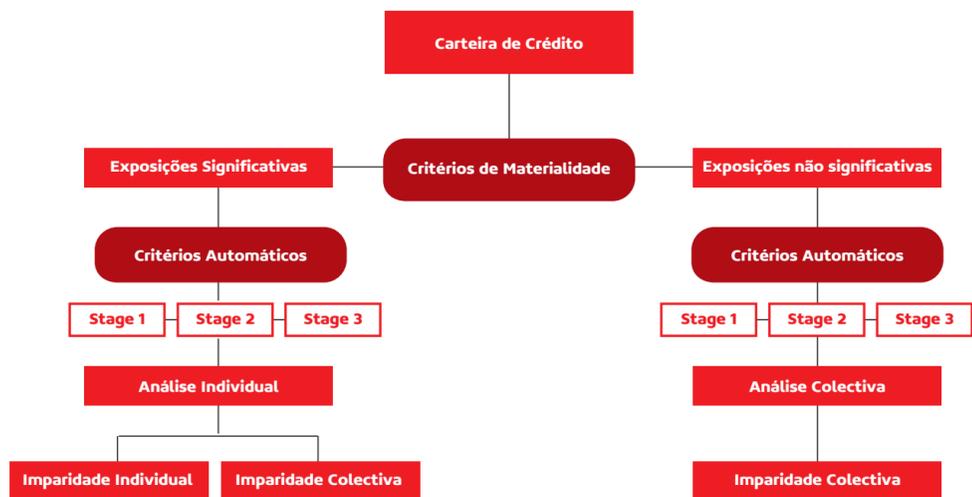
Os detalhes dos activos financeiros e não financeiros obtidos pelo Moza Banco, durante o ano 2024, através de tomada de posse de colaterais detidos como garantias sobre empréstimos e adiantamentos encontram-se apresentados abaixo:

	2024	2023
Imóveis	2 907 204	995 911
	2 907 204	995 911

Cálculo de Imparidade da Carteira de Crédito

O modelo de cálculo de perdas por imparidade, inclui um processo de análise individual, para os clientes significativos do Banco, e ainda uma componente de análise colectiva, alinhado com as boas práticas bancárias.

No diagrama abaixo encontra-se sintetizado o modelo de perdas esperadas implementado no Moza Banco, onde é possível verificar se o critério de materialidade para apuramento de perda objectiva de imparidade existe individualmente, para activos financeiros que sejam individualmente significativos, ou colectivamente, para activos financeiros que não sejam individualmente significativos.



Na Análise Individual de imparidade, a perda esperada é determinada com base numa avaliação individual do cliente, enquanto, na Análise colectiva de imparidade a perda esperada é determinada tendo em conta os grupos de clientes com características de risco de crédito semelhantes.

O modelo de perdas esperadas, implementado permite mensurar a ECL (Expected Credit Loss) não só em função da classificação dos activos por Estágio, mas também por segmento, cobertura de garantias e materialidade, conforme abaixo indicado:

- > **Estágio 1** - todos os activos financeiros em que não se verifica aumento significativo do risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial (a não ser que sejam adquiridos ou originados com evidência objectiva de perda);
- > **Estágio 2** - todos os activos financeiros que apresentam um aumento significativo de risco de crédito;
- > **Estágio 3** - todos os activos financeiros com evidência objectiva de imparidade (*default*).

Aumento significativo do risco de crédito (Estágio 2)

De acordo com a IFRS 9, o Moza Banco para determinar se o risco de incumprimento de um instrumento financeiro aumentou, significativamente desde o seu reconhecimento inicial, avalia a existência de informação adicional disponível quanto à sua relevância, nomeadamente elementos qualitativos e/ou análises quantitativas, baseadas na experiência histórica do Banco e/ou com recurso a avaliações específicas pontuais.

O objectivo de realizar avaliações regulares é precisamente identificar a ocorrência de eventos que possam representar um aumento significativo do risco de crédito para as exposições de crédito, através da comparação entre:

- > A probabilidade de incumprimento (PD - Probabilidade de Default) durante a vida útil remanescente do activo financeiro, na data do reporte; e
- > A probabilidade de incumprimento durante a vida útil restante do activo financeiro, para o mesmo período estimado no momento do reconhecimento inicial da exposição.

Evidências Objectivas de Imparidade (Estágio 3)

A cada data de relato, o Moza Banco avalia a existência de evidência objectiva de que os activos, não mantidos ao justo valor através de resultados, encontram-se em imparidade.

O conceito de Estágio 3 encontra-se alinhado com a definição de default, e nesta medida para o modelo de imparidade implementado considera-se que um cliente se encontra em default quando tem menos um *trigger* de default activo ou encontra-se ainda dentro do período de quarentena definido.

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

(Valores expressos em milhares de Meticais)

Para os *triggers* de incumprimento de crédito abatido e/ou de contencioso, os clientes entram em quarentena após deixarem de verificar o critério de entrada do *trigger* e tiverem menos de 30 dias de prestação vencida.

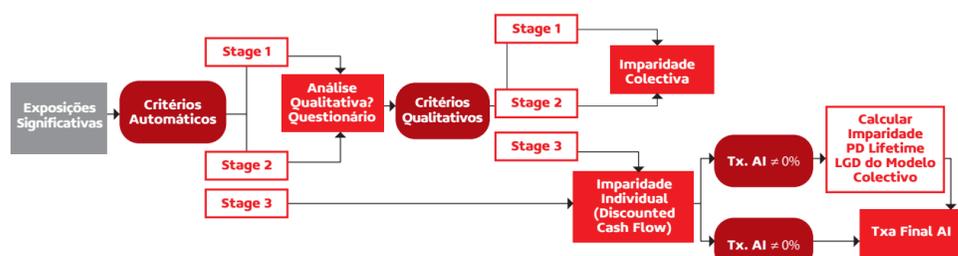
Para empréstimos e adiantamentos de activos detidos até à maturidade, o valor da perda por imparidade é mensurado como sendo a diferença entre a quantia escriturada e o valor actual dos fluxos de caixa futuros, descontados à taxa de juro efectiva original do activo.

O cálculo do valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro colateralizado, reflecte os fluxos de caixa que podem resultar da execução dos colaterais, deduzidos dos custos de manutenção e da venda do colateral.

Análise individual

Para a realização da avaliação individual de imparidade é necessário observar os critérios de materialidade. Entretanto, o Moza Banco considera neste processo, a combinação entre o estágio de selecção, a exposição do cliente e eventualmente contaminação dos restantes clientes do mesmo grupo económico, que reúnam o critério de materialidade mínimo.

A actividade da análise individual, pode ser resumida no diagrama abaixo:



Consoante a classificação por estágio, as exposições nos estágios 1 e 2 que cumpram com os critérios de materialidade para análise individual, são sujeitas a um questionário de análise qualitativa onde, com base nas respostas e respectivos pesos, irá resultar uma classificação de estágio que fará o *override* ao estágio inicial.

Os clientes classificados em estágio 1 e 2 após preenchimento dos questionários de análise qualitativa serão reencaminhados para Análise Colectiva.

Para os clientes inicialmente classificados em estágio 3, ou classificados em estágio 3 por via dos critérios do questionário de análise qualitativa, os analistas devem (i) preencher um "questionário situação do cliente" que permita suportar a selecção do cenário de recuperação classificando o cliente em *going concern* ou *gone concern* e (ii) calcular a taxa de imparidade individual, a qual deverá estar assente numa metodologia de fluxos de caixa descontados com base em cenários de recuperação (*going concern* ou *gone concern*) conforme descrito abaixo:

- > Abordagem *going concern* - considera a continuidade do negócio, onde se assume que o devedor tem capacidade de continuar a gerar fluxos financeiros suficientes para fazer face ao serviço de dívida
- > Abordagem *gone concern* - considera que a recuperação de crédito é possível exclusivamente através do recurso a execução/dação de colaterais associados, uma vez que o devedor revela dificuldades de gerar fluxos para fazer face ao serviço de dívida.

De referir ainda que as abordagens de recuperação, permitem considerar cenários prospectivos (cenários base, cenário optimista e cenário pessimista) e respectivos ponderadores, tendo em conta a probabilidade estimada de ocorrência de cada cenário.

Tendo por base os cenários de recuperação considerados, o montante de imparidade deve ser determinado como a média ponderada dos cash-flows actualizados de cada cenário.

Análise colectiva

Para as exposições não significativas, a perda esperada (ECL) para os activos financeiros resulta, da diferença entre os *cash-flows* contratualmente estipulados e os *cash-flows* que a entidade espera receber, descontados à data de referência, considerando os parâmetros de risco como: Probabilidade de *Default* (PD), *Loss Given Default* (LGD) e *Behavioral Maturity* - Maturidade Comportamental (BM).

As Probabilidades de *Default* (PDs) são agrupadas com base em populações homogéneas, que resultam da combinação entre o segmento do cliente e o Bucket de Risco, sendo que as curvas de PDs são estimadas com base no histórico comportamental e na projecção das variáveis macroeconómicas.

As LGDs são calculadas em função da combinação do tipo de cliente, tipologia de produtos de crédito e antiguidade de default, sendo as estimativas apuradas com base no histórico das taxas de recuperação efectivas, após a entrada dos clientes em default.

Para produtos sem maturidade definida, o Moza Banco efectua o apuramento de maturidades comportamentais por forma a identificar o período em que a instituição se encontra exposta ao risco de crédito e a percentagem de amortização esperada a cada período.

Complementarmente os factores de risco do Modelo de Imparidade, são actualizados anualmente com base na informação prospectiva, conforme recomendação das boas práticas bancárias.

Incorporação de informações prospectivas

A IFRS 9 exige a consideração de projecções razoáveis e documentadas de eventos futuros e condições económicas, à data de reporte das Demonstrações Financeiras, no cálculo das perdas por imparidade do crédito esperadas. Esta informação macroeconómica prospectiva permite que a imparidade do crédito do Banco se ajuste, de acordo com o momento económico que o Banco atravessa e as diferentes tendências possíveis, o que deve resultar em ponderadores aplicados aos cenários avaliados.

As ponderações de probabilidade de cenário aplicadas na mensuração da perda de crédito esperada (ECL) são as que abaixo se apresentam:

	2024			2023		
	Base	Pessimista	Otimista	Base	Pessimista	Otimista
Probabilidade dos cenários	70%	20%	10%	70%	20%	10%

Imparidade da Carteira de Títulos

A metodologia de cálculo da imparidade da carteira de títulos segue, de uma forma geral, a metodologia utilizada no processo de cálculo da imparidade da carteira de crédito, embora com algumas especificidades. Para a carteira de títulos deve ser utilizado como valor de exposição, o montante em balanço ou, para os títulos registados ao FVOCI, o valor que os mesmos teriam caso se encontrassem registados ao custo amortizado.

Deste modo, o cálculo da imparidade (i) dos bilhetes do tesouro é considerada uma taxa de 0%, (ii) para as obrigações corporativas são considerados os factores de risco do modelo colectivo aplicável às Grandes Empresas, (iii) para as obrigações do tesouro em moeda nacional é considerada a PD do rating da Moody's imediatamente superior/melhor ao rating país (Rating B), e a LGD igualmente da Moody's para o rating País (Caa2), e neste caso, apenas é calculada imparidade para os títulos com maturidade residual superior a um ano, (iv) para títulos em moeda estrangeira é considerada a PD e a LGD da Moody's para o rating do país.

Write-off

Os empréstimos e títulos de dívida são levados a *write-off* (parcial ou total) quando não exista uma expectativa de recuperação de um activo financeiro na sua totalidade. Este é geralmente o caso em que o Moza Banco considera que o mutuário não possui activos ou fontes de rendimento que poderiam gerar fluxos suficientes, para liquidar os valores em

dívida, submetendo-os a *write-off* ou abate.

Eventuais valores recuperados de operações anteriormente levadas a *write-off* são reconhecidos na demonstração de resultados, com um efeito positivo (reversão).

Os activos financeiros levados a *write-off* são recuperados via confissão de dívida e sujeitos a actividades de execução/recuperação específicas.

A análise dos empréstimos e adiantamento a Clientes em imparidade apresenta-se como se segue:

2024	Quantia escriturada	Imparidade de crédito	Valor líquido
Retalho	5 274 805	737 414	4 537 391
Construção civil	1 428 631	227 663	1 200 968
Energia	17 728	720	17 008
Turismo	514 874	32 513	482 361
Indústria transformadora	421 070	17 372	403 698
Particulares	7 393 183	434 649	6 958 534
Serviços	3 504 234	363 467	3 140 767
Transportes e Comunicações	3 023 211	34 916	2 988 295
Agricultura e Pescas	460 717	21 922	438 795
Outros	722 511	18 647	703 864
Total	22 760 964	1 889 283	20 871 681

2023	Quantia escriturada	Imparidade de crédito	Valor líquido
Retalho	5 167 392	781 434	4 385 958
Construção civil	1 092 032	170 125	921 907
Energia	183	175	8
Turismo	435 114	27 632	407 482
Indústria transformadora	1 737 078	35 565	1 701 513
Particulares	7 134 771	288 257	6 846 514
Serviços	3 994 626	483 773	3 510 853
Transportes e Comunicações	3 628 655	36 476	3 592 179
Agricultura e Pescas	207 188	14 204	192 984
Outros	385 075	10 284	374 791
Total	23 782 114	1 847 925	21 934 189

Concentração do Risco de Crédito

O risco de concentração de crédito corresponde à probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes da concentração de exposições sobre clientes individuais, grupos económicos, agregados de clientes que operem no mesmo sector económico na mesma região geográfica, ou ainda decorrente da concentração numa mesma actividade, ou nas garantias aceites pela Instituição.

A análise da concentração do risco de crédito do Banco por indústria líquida de perdas esperadas de crédito apresenta-se como se segue:

2024	Caixa e disponibilidade em Banco Central	Disponibilidade sobre instituições de crédito	Aplicações em instituições de crédito	Activos Financeiros	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Outros activos	Total
Governmental	-	-	-	12 993 671	218 387	-	13 212 058
Seguros	-	-	-	32 967	-	-	32 967
Financeiro	19 789 350	521 055	2 271 529	12 655	702 157	-	23 296 746
Retalho	-	-	-	-	4 537 390	-	4 537 390
Construção civil	-	-	-	-	1 200 969	-	1 200 969
Energia	-	-	-	-	17 008	-	17 008
Turismo	-	-	-	-	482 360	-	482 360
Industria transformadora	-	-	-	-	403 698	-	403 698
Particulares	-	-	-	-	6 958 534	-	6 958 534
Serviços	-	-	-	-	2 922 381	-	2 922 381
Transportes e comunicações	-	-	-	162 849	2 988 295	-	3 151 144
Agricultura e pesca	-	-	-	-	438 795	-	438 795
Outros	-	-	-	-	1 707	3 157 204	3 158 911
Total	19 789 350	521 055	2 271 529	13 202 142	20 871 681	3 157 204	59 812 961

2023	Caixa e disponibilidade em Banco Central	Disponibilidade sobre instituições de crédito	Aplicações em instituições de crédito	Activos Financeiros	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Outros activos	Total
Governmental	-	-	-	12 332 212	240 368	-	12 572 580
Seguros	-	-	-	32 783	19	-	32 802
Financeiro	15 550 870	377 410	2 457 392	115 282	370 557	-	18 871 511
Retalho	-	-	-	-	4 385 959	-	4 385 959
Construção civil	-	-	-	-	921 907	-	921 907
Energia	-	-	-	-	8	-	8
Turismo	-	-	-	-	407 483	-	407 483
Industria transformadora	-	-	-	-	1 701 513	-	1 701 513
Particulares	-	-	-	-	6 846 513	-	6 846 513
Serviços	-	-	-	-	3 270 486	-	3 270 486
Transportes e comunicações	-	-	-	112 776	3 592 179	-	3 704 955
Agricultura e pesca	-	-	-	-	192 984	-	192 984
Outros	-	-	-	-	4 213	1 782 696	1 786 909
Total	15 550 870	377 410	2 457 392	12 593 053	21 934 189	1 782 696	54 695 610

5.2. Risco de liquidez

O Risco de Liquidez é a probabilidade de uma instituição enfrentar dificuldades em honrar as suas obrigações à medida que se vencem, de transformar os seus activos em *cash*, ou ainda, em assegurar o refinanciamento dos activos detidos no seu balanço, sem incorrer em custos ou perdas significativas (*funding liquidity risk*). Quando as condições de mercado em que a instituição opera não permitem que esta se desfaça de certos activos a preços de mercado, mas somente abaixo destes, está-se perante o que se designa por risco de liquidez de mercado (*market liquidity risk*). O processo de gestão e controlo de liquidez é realizado internamente, em linha com as métricas e limites definidos pelo Banco, que pressupõem o acompanhamento de indicadores de alerta prévio, instrumentos de mensuração e avaliação com periodicidade diária e mensal. Este processo é complementado com a execução dos testes de *stress* de liquidez desencadeados pela Direcção de Gestão de Risco, com periodicidade anual. Durante o ano de 2023, o Sistema Financeiro Moçambicano (SFM) foi confrontado com o aumento dos coeficientes de reservas obrigatórias, para os passivos em moeda nacional e estrangeira (de 10% para 28% e posteriormente a 31 Maio para 39% e de 10,5% para 28,5% e posteriormente para 39,5%, respectivamente), com impactos directos e severos sobre os indicadores de liquidez e a rentabilidade do Banco. Entretanto este aumento das taxas de RO s foi o instrumento de controlo monetário adoptado pelo Banco de Moçambique, para absorver os excessos de liquidez no mercado, com vista a controlar os níveis de inflação.

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

(Valores expressos em milhares de Meticais)

Em 2024, com vista a cumprir com as exigências do Regulador e acompanhar a evolução dos indicadores, mantiveram-se as medidas adoptadas em 2023, com vista a reposicionar os rácios de liquidez do Moza Banco.

Maturidades contratuais não descontadas dos passivos

A tabela abaixo resume o perfil de maturidade dos passivos financeiros do Banco em 31 de Dezembro com base em fluxos de caixa contratuais não descontados:

2024	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Caixa e disponibilidade em Banco Central	19 789 350	-	-	-	-	-	19 789 350
Disponibilidade sobre instituições de crédito	521 055	-	-	-	-	-	521 055
Aplicações em instituições de crédito	2 015 323	34 840	-	229 046	-	-	2 279 209
Activos financeiros	1 405 464	2 245 746	3 396 135	3 643 065	1 921 905	3 170 831	15 783 146
Empréstimos e adiantamento a clientes	1 765 258	1 637 454	2 262 359	3 581 142	7 903 659	6 353 803	23 503 675
Outros activos	3 157 204	-	-	-	-	-	3 157 204
Total dos activos não descontados	28 653 654	3 918 040	5 658 494	7 453 253	9 825 564	9 524 634	65 033 639
Passivo financeiro							
Recursos de instituições de crédito	736 368	-	-	-	-	-	736 368
Depósitos e contas correntes	17 698 138	12 762 785	8 060 451	5 064 824	2 594 262	2 222 490	48 402 950
Recursos consignados	277 590	-	-	-	121 763	242 428	641 781
Empréstimos obrigacionistas	34 062,00	56 608,00	90 670,00	1 449 173	1 157 691	-	2 788 204
Outros passivos	2 778 480	-	-	-	-	-	2 778 480
Total dos passivos não descontados	21 524 638	12 819 393	8 151 121	6 513 997	3 873 716	2 464 918	55 347 783
Gap de liquidez	7129 016	(8 901 353)	(2 492 627)	939 256	5951 848	7 059 716	9 685 856
Gap Cumulativo de liquidez	7129 016	(1 772 337)	(4 264 964)	(3 325 708)	2626 140	9 685 856	

2023	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Caixa e disponibilidade em Banco Central	15 550 870	-	-	-	-	-	15 550 870
Disponibilidade sobre instituições de crédito	377 410	-	-	-	-	-	377 410
Aplicações em instituições de crédito	2 172 965	284 427	-	-	-	-	2 457 392
Activos financeiros	1 893 310	2 444 991	2 094 239	2 138 500	826 358	3 195 655	12 593 053
Empréstimos e adiantamento a clientes	4 377 403	616 049	917 053	1 849 397	2 718 836	11 455 451	21 934 189
Outros activos	1 782 696	-	-	-	-	-	1 782 696
Total dos activos não descontados	26 154 654	3 345 467	3 011 292	3 987 897	3 545 194	14 651 106	54 695 610
Passivo financeiro							
Recursos de instituições de crédito	1 568 698	-	-	-	-	-	1 568 698
Depósitos e contas correntes	24 660 681	5 626 841	6 703 146	3 992 560	174	82	40 983 484
Recursos consignados	-	-	-	340 753	404 255	-	745 008
Empréstimos obrigacionistas	-	-	-	-	2 364 083	-	2 364 083
Outros passivos	2 985 949	-	-	-	-	-	2 985 949
Total dos passivos não descontados	29 215 328	5 626 841	6 703 146	4 333 313	2 768 512	82	48 647 222
Gap de liquidez	(3 060 674)	(2 281 374)	(3 691 854)	(345 416)	776 682	14 651 024	6 048 388
Gap Cumulativo de liquidez	(3 060 674)	(5 342 048)	(9 033 902)	(9 379 318)	(8 602 636)	6 048 388	

Para os passivos com prazos iguais ou superiores a um ano, espera-se que sejam recuperados ou liquidados, passados mais de 12 meses após a data da Posição Financeira.

4.3. Risco de mercado

O Risco de mercado pode ser definido como a perda potencial resultante das alterações do justo valor dos fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros, devido a oscilações das variáveis do mercado do activo ou mesmo de factores exógenos que possam influenciar os preços de mercado. São exemplos desses factores de risco: os riscos relacionados com a variação das taxas de câmbio, taxas de juros, preços de obrigações e acções, de mercadorias (*commodities*), entre outros.

4.3.1 Risco de taxa de juro

O Risco de Taxa de Juro é a possibilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos nas taxas de juro, por via de desfasamentos de maturidades ou de prazos de refixação das taxas de juro, da ausência de correlação perfeita entre as taxas das operações activas e passivas nos diferentes instrumentos, ou da existência de opções embutidas em instrumentos financeiros do balanço ou elementos extrapatrimoniais.

O Banco controla a sua exposição, através do apuramento dos efeitos resultantes da flutuação das taxas de juro do mercado sobre o risco da sua posição financeira e dos fluxos de caixa. As margens financeiras podem aumentar ou reduzir em resultado de tais flutuações, podendo gerar perdas em caso de ocorrência de movimentos não previstos.

Os instrumentos financeiros com o risco de taxa de juro compreendem saldos de aplicações em outras instituições de crédito, activos financeiros, empréstimos e adiantamentos a clientes, depósitos e contas correntes de clientes e recursos de outras instituições de crédito e passivos em arrendamento.

O quadro seguinte apresenta os instrumentos financeiros do Banco sensíveis a taxa de juros por maturidade:

2024	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 meses e 1 ano	Acima de 1 ano	Sem risco de taxa de juro	Total
Activo financeiro							
Caixa e disponibilidade em Banco Central	-	-	-	-	-	19 789 350	19 789 350
Disponibilidade sobre instituições de crédito	-	-	-	-	-	521 055	521 055
Aplicações em instituições de crédito	2 012 675	34 764	-	229 046	-	-	2 276 485
Activos financeiros	1 405 464	2 245 746	3 396 135	3 643 065	5 092 736	45 621	15 828 767
Empréstimos e adiantamento a clientes	15 540 006	832 706	527 258	23 223	1 115 932	2 832 556	20 871 681
Outros activos	-	-	-	-	-	3 157 204	3 157 204
Total	18 958 145	3 113 216	3 923 393	3 895 334	6 208 668	26 345 786	62 444 542
Passivo financeiro							
Recursos de instituições de crédito	8 851	-	-	-	-	727 517	736 368
Depósitos e contas correntes	14 411 142	8 613 577	6 012 945	2 810 176	100	15 993 545	47 841 485
Recursos consignados	-	-	-	-	-	641 169	641 169
Empréstimos obrigacionistas	34 062	56 608	90 670	1 449 173	1 157 691	-	2 788 204
Outros passivos	-	-	-	-	-	2 952 893	2 952 893
Total	14 454 055	8 670 185	6 103 615	4 259 349	1 157 791	20 315 124	54 960 119
Sensibilidade da taxa de juro na posição financeira	4 504 090	(5 556 969)	(2 180 222)	(364 015)	5 050 877	6 030 662	7 484 423

2023	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 meses e 1 ano	Acima de 1 ano	Sem risco de taxa de juro	Total
Activo financeiro							
Caixa e disponibilidade em Banco Central	-	-	-	-	-	15 550 870	15 550 870
Disponibilidade sobre instituições de crédito	-	-	-	-	-	377 410	377 410
Aplicações em instituições de crédito	2 172 965	284 427	-	-	-	-	2 457 392
Activos financeiros	1 893 310	2 444 991	2 094 239	2 138 500	3 976 173	45 840	12 593 053
Empréstimos e adiantamento a clientes	17 311 681	941 619	149 012	800 146	-	2 731 731	21 934 189
Outros activos	-	-	-	-	-	1 782 696	1 782 696
Total	21 377 956	3 671 037	2 243 251	2 938 646	3 976 173	20 488 547	54 695 610
Passivo financeiro							
Recursos de instituições de crédito	-	-	-	-	-	1 568 698	1 568 698
Depósitos e contas correntes	10 944 174	5 299 344	6 481 096	2 985 875	172	15 272 823	40 983 484
Recursos consignados	-	-	-	-	-	745 008	745 008
Empréstimos obrigacionistas	-	-	-	-	2 364 083	-	2 364 083
Outros passivos	-	-	-	-	-	2 985 949	2 985 949
Total	10 944 174	5 299 344	6 481 096	2 985 875	2 364 255	20 572 478	48 647 222
Sensibilidade da taxa de juro na posição financeira	10 433 782	(1 628 307)	(4 237 845)	(47 229)	1 611 918	(83 931)	6 048 388

A análise de sensibilidade constante do quadro abaixo é parte integrante dos testes de esforço relativos ao Risco de Taxa de Juro, devendo o Banco, em cada momento da sua actuação e, dependendo das condições do mercado, alterar os factores de risco a serem considerados nos referidos testes de esforço, bem como definir a magnitude dos choques que devem ser considerados, à luz das instruções emanadas na Circular n.º 05/SCO/2013 do Banco de Moçambique de 31 de Dezembro:

	Aumento/diminuição de pontos base	Impacto na Margem de Juros	Impacto nos Fundos Próprios
2024	+200 pb	(161 979)	(325 418)
	-200 pb	161 979	325 418
2023	+200 pb	77 001	(2 573)
	-200 pb	(77 001)	2 573

4.3.2 Risco de taxa de câmbio

O risco da taxa de câmbio consiste na possibilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos nas taxas de câmbio, provocadas por alterações no preço de instrumentos que correspondam a posições abertas em moeda estrangeira ou pela alteração da posição competitiva da Instituição devido a variações significativas das taxas de câmbio. Este risco incorpora o risco de liquidação que surge quando uma contraparte se vê impossibilitada de cumprir com os termos do contracto no prazo acordado.

As posições cambiais são monitoradas diariamente de modo a garantir que as mesmas são mantidas dentro dos limites regulamentares e/ou definidos internamente.

Para a medição do Risco Cambial, o Banco recolhe os dados contabilísticos relativos às operações cambiais de modo a calcular o seu nível de exposição ao risco caso existam alterações nas taxas de câmbio no mercado, reportando essa informação, no ALCO, Comité de Controlo de Risco e à Comissão de Avaliação de Riscos.

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

(Valores expressos em milhares de Meticals)

A tabela seguinte sumariza a exposição ao risco cambial do Banco a 31 de Dezembro:

2024	MZN	USD	ZAR	EUR	Outros	Total
Activo financeiro						
Caixa e disponibilidade em Banco Central	17 317 989	2 452 944	2 235	16 182	-	19 789 350
Disponibilidade sobre instituições de crédito	7 174	414 685	1 460	92 578	5 158	521 055
Aplicações em instituições de crédito	600 774	1 548 214	2 729	98 882	20 930	2 271 529
Activos financeiros	12 684 367	517 775	-	-	-	13 202 142
Empréstimos e adiantamento a clientes	19 670 570	1 201 111	-	-	-	20 871 681
Outros activos	2 936 829	185 341	20 221	14 813	-	3 157 204
Total	53 217 703	6 320 070	26 645	222 455	26 088	59 812 961
Passivo financeiro						
Recursos de instituições de crédito	736 201	71	-	-	96	736 368
Depósitos e contas correntes	41 263 933	6 420 346	7 853	127 003	22 350	47 841 485
Recursos consignados	625 815	15 354	-	-	-	641 169
Empréstimos obrigacionistas	2 354 732	-	-	-	-	2 354 732
Outros passivos	2 629 907	35 273	18 870	94 430	-	2 778 480
Total	47 610 588	6 471 044	26 723	221 433	22 446	54 352 234
Exposição líquida	5 607 115	(150 974)	(78)	1 022	3 642	5 460 727

2023	MZN	USD	ZAR	EUR	Outros	Total
Activo financeiro						
Caixa e disponibilidade em Banco Central	13 634 726	1 889 984	3 249	22 908	3	15 550 870
Disponibilidade sobre instituições de crédito	591	349 675	5 534	16 370	5 240	377 410
Aplicações em instituições de crédito	-	2 363 881	8 745	62 788	21 978	2 457 392
Activos financeiros	12 039 112	553 941	-	-	-	12 593 053
Empréstimos e adiantamento a clientes	20 827 485	1 106 704	-	-	-	21 934 189
Outros activos	1 724 694	22 611	19 628	15 763	-	1 782 696
Total	48 226 608	6 286 796	37 156	117 829	27 221	54 695 610
Passivo financeiro						
Recursos de instituições de crédito	1 568 761	-63	-	-	-	1 568 698
Depósitos e contas correntes	35 324 897	5 503 205	14 727	100 174	40 481	40 983 484
Recursos consignados	407 624	337 384	-	-	-	745 008
Empréstimos obrigacionistas	2 364 083	-	-	-	-	2 364 083
Outros passivos	1 927 073	1 026 044	19 395	13 437	-	2 985 949
Total	41 592 438	6 866 570	34 122	113 611	40 481	48 647 222
Exposição líquida	6 634 170	(579 774)	3 034	4 218	(13 260)	6 048 388

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade para eventuais alterações ao câmbio em USD, mantendo as restantes variáveis constantes. O impacto na demonstração de resultados (antes de imposto) é o mesmo que em capital próprio:

	Aumento/ diminuição de pontos base	Impacto nos resultados antes de impostos	Impacto em capitais próprios
2024	+5%	(17 027)	(17 027)
	-5%	17 027	17 027
2023	+5%	(84 757)	(84 757)
	-5%	84 768	84 768

Os efeitos por moeda sobre os resultados, assim como sobre os capitais próprios, são determinados de forma independente, o que significa que não há nenhuma compensação económica entre eles.

4.4. Risco Operacional

O risco operacional é definido como sendo a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de erros e/ou falhas na análise, processamento ou liquidação de operações, de fraudes internas ou externas, da actividade ser afectada devido à utilização de recursos em regime de *outsourcing*, da existência de recursos humanos insuficientes ou inadequados bem como da eventual inoperacionalidade das infra-estruturas de suporte.

Importa referir que a mitigação do risco operacional é uma actividade encarada e exercida por todos os níveis do Banco, dada a sua transversalidade a todos os processos, produtos, actividades e sistemas e por inerência presente em todas as unidades de estrutura do Banco, pelo que, a sua gestão é suportada por um modelo de *Governance* específico, acompanhado através de indicadores chave de risco e níveis de apetite ao risco definidos.

Como medidas de mitigação, o Banco continua empenhado na implementação de actividades de controlos internos robustas e abrangentes, complementando com acções de sensibilização e formação que são desencadeadas, periodicamente com vista à disseminação de uma cultura de risco eticamente responsável onde os gestores de *risco focal points*, tenham capacidade de identificar e analisar melhorias a implementar, bem como o registo e gestão de eventos ocorridos com vista a definir acções correctivas para promover e reforçar o ambiente de controlo interno.

Para o acompanhamento da evolução deste risco, existem procedimentos definidos de registo e reporte de eventos operacionais independentemente da existência ou não de perdas financeiras associadas.

Entretanto a avaliação do ambiente de controlo interno implementado, é realizada através de um exercício anual de auto-avaliação de riscos e controlos (RCSA - *Risk Control Self Assessment*) ao nível dos processos críticos do Banco cujos resultados, *gaps* e acções de mitigação são apreciadas e aprovadas pela Gestão de Topo, que se compromete na melhoria e reforço do ambiente de controlo interno.

Este exercício baseia-se no mapeamento das macro- actividades, riscos e controlos associados aos processos críticos, sendo realizado através da resposta a Questionários de Avaliação de Riscos e Controlos (*Self Assessment*), com o objectivo de apurar o nível de exposição do Banco aos vários riscos, tendo em consideração os controlos implementados (Risco Residual). Com o referido exercício, é obtido o grau de severidade global do risco (probabilidade e impacto) para cada processo, que permite a elaboração da matriz global de Riscos do Banco.

No Moza Banco a mitigação de Risco Operacional e o reforço do Sistema de Controlo Interno, em linha com o Plano Estratégico, é realizado através do acompanhamento e da implementação de Planos de Acção identificados pelas eventuais deficiências de controlo interno ou decorrentes do Exercício de Auto-avaliação dos processos.

O Banco conduz os seus esforços no sentido de mitigar os riscos com maior nível de exposição e/ou que ultrapassem o nível de apetite ao risco definido, através de uma forte estrutura governativa bem como pela implementação de um conjunto de controlos internos, que incluem uma adequada segregação de funções, controlos de acessos, autorizações e processos de reconciliação e revisão hierárquica, formação do pessoal e processos de avaliação contínuos, para além dos controlos informáticos implementados. Complementarmente existe um plano de continuidade de negócio, que permite garantir a capacidade de continuar a operar, limitando as perdas e/ou impactos negativos, em caso de uma crise ou grave interrupção de negócio.

A gestão do risco operacional, é exercida a todos os níveis da Instituição, e todas as Unidades Orgânicas do Banco são chamadas a colaborar, activamente, com a Direcção de Gestão de Riscos, no desenvolvimento de actividades de identificação e análise, monitoria, e controlo dos riscos.

O Conselho de Administração é responsável pela aprovação e actualização das políticas internas contendo procedimentos a adoptar nos vários processos, assim como de garantir a existência das condições para um adequado ambiente de controlo interno, ajustado à dimensão, complexidade e apetite ao risco do Banco.

4.5. Gestão de capital e risco de solvência

O Banco mantém uma gestão activa do capital para cobrir os riscos inerentes ao seu negócio. A adequação do capital do Banco é monitorada usando, entre outras medidas, os rácios estabelecidos pelo Banco de Moçambique.

Neste sentido os principais objectivos da gestão de capital no Moza Banco são os seguintes:

- > Cumprir com os requisitos de capitais impostos pelo Banco de Moçambique;
- > Manter uma forte e saudável notação de rácios de capital, capaz de apoiar o crescimento do negócio assim como a execução do Plano Estratégico; e
- > Apresentar uma política de continuidade, capaz de proporcionar o máximo retorno aos accionistas.

A adequabilidade de capital e a utilização do capital regulamentar são monitorados regularmente pela Administração do Banco, que avalia as metodologias implementadas e a conformidade com a regulamentação emanada pelo Banco de Moçambique. A informação requerida é apresentada mensalmente ao Banco de Moçambique, que requer que cada Banco cumpra com um rácio mínimo de solvência de capital de 12%.

O capital regulamentar do Banco é controlado pela Direcção de Gestão de Risco e é dividido em duas *tiers*:

- > *Tier 1* capital: capital social (líquido de quaisquer valores contabilísticos de acções próprias), resultados transitados e reservas; e
- > *Tier 2* capital: dívida subordinada, provisões genéricas e ganhos não realizados de justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda.

A ponderação do risco dos activos é mensurada através de uma hierarquia de treze riscos, classificada de acordo com a natureza e reflectindo uma estimativa de crédito, mercado e outros riscos associados a cada activo ou contraparte, tomando em consideração os colaterais elegíveis ou garantias. Um tratamento similar é adoptado para as rubricas extrapatrimoniais, com alguns ajustamentos, a fim de reflectirem uma natureza mais contingente de uma perda potencial.

A tabela abaixo resume o cálculo do rácio de solvabilidade do Moza Banco para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, apurado com base no recomendado pelo Banco de Moçambique, superior ao mínimo exigido e que comprova a solidez financeira do Banco.

	2024	2023
Fundos próprios de Base (<i>Tier 1</i> Capital)		
Capital social	7 020 750	7 020 750
Reservas elegíveis e resultados transitados	2 689 742	2 691 707
Activos intangíveis	(850 546)	(317 468)
Imparidades do crédito de acordo com o aviso do BdM (*)	(3 370 920)	(3 085 138)
Reserva de justo valor	-	(3 475)
Fundos próprios de Base (<i>Tier 1</i> Capital)	5 489 026	6 306 376
Montante total da participação se a mesma for superior a 10% do capital social da entidade participada		
Fundos próprios de Base (<i>Tier 1</i> Capital) - ajustado	5 489 026	6 306 376
Fundos próprios complementares		
Outros	3 685	3 401
Outras reservas de reavaliação, pelos montantes que resultam do Artº 5 e das alíneas g) e h) do Artº 17	144 911	-
Fundos próprios complementares	148 595	3 401
Outros elementos a deduzir	(803 810)	(760 561)
Fundos próprios de base e complementares	4 833 812	5 549 216
Activos ponderados pelo Risco		
Na posição financeira	24 090 438	22 660 351
Fora da posição financeira	5 385 591	4 549 908
Risco operacional e de mercado	1 098 125	640 885
Total dos activos ponderados	30 574 154	27 851 144
R rácios prudenciais		
CORE TIER 1 CAPITAL	31,21%	34,38%
TIER 1 CAPITAL	17,95%	22,64%
RÁCIO GLOBAL	15,81%	19,92%
R rácio de solvência requerido	13,00%	12,00%

(*) significa a diferença entre o cálculo da imparidade do crédito com base no aviso do BdM e o modelo interno.

5. Margem financeira

A margem financeira apresenta-se como se segue:

	2024	2023
Juros e rendimentos similares		
Juros de empréstimos e adiantamentos a clientes	4 160 942	4 201 075
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	177 357	160 385
Juros de activos financeiros ao custo amortizado	1 321 562	1 207 387
Juros de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	648 627	448 322
	6 308 488	6 017 169
Juros e gastos similares		
Juros de recursos de clientes	2 603 794	2 391 556
Juros de passivos subordinados	423 667	113 670
Juros de recursos de Banco Central e instituições de crédito	64 728	404 574
Juros de locação	202 372	188 079
	3 294 561	3 097 879
	3 013 927	2 919 290

6. Serviços e comissões líquidas

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

	2024	2023
Rendimentos de serviços e comissões		
Por garantias prestadas	192 801	162 736
Por serviços bancários realizados	192 130	314 531
Outros rendimentos de serviços e comissões	506 250	400 931
	891 181	878 198
Encargos com serviços e comissões		
Por garantias recebidas	8 381	4 458
Por serviços bancários prestados por terceiros	42 192	25 832
VISA e Mastercard	162 145	148 777
Outros encargos com serviços e comissões	158 501	124 114
	371 219	303 181
	519 962	575 017

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

(Valores expressos em milhares de Meticals)

Tipo de serviço Natureza e momento de satisfação das obrigações de desempenho, incluindo prazos de pagamento significativos Reconhecimento do rédito em conformidade a IFRS 15

Serviços bancários de retalho e empresas
O Banco presta serviços bancários de retalho e empresas, incluindo a gestão de contas, concessão de créditos sob a forma de descobertos, transacções em moeda estrangeira, cartões de crédito e taxas de serviços. As taxas respeitantes à gestão contínua das contas são cobradas mensalmente na conta do cliente. O Banco define anualmente as taxas, separadamente, para Clientes bancários de retalho e empresas. As taxas aplicadas em transacções com base em comissões interbancárias, transacções em moeda estrangeira e saques a descoberto são cobradas na conta do cliente quando a transacção ocorre. As taxas de serviço são cobradas mensalmente e são baseadas em taxas fixas revistas anualmente pelo Banco.

Serviços de banca de investimento
O segmento de banca de investimento do Banco fornece vários serviços relativos a finanças, incluindo administração de empréstimos e serviços de agência, administração de empréstimos sindicados, execução de transacções com Clientes com trocas e subscrição de valores mobiliários. As taxas de serviços em curso são cobradas anualmente no final de cada exercício na conta do cliente. No entanto, se um cliente rescindir o contrato antes de 31 de Dezembro, na rescisão será cobrada uma taxa pelos serviços executados até aquele momento. As taxas baseadas em transacções para administração de um empréstimo sindicados, execução de transacções e subscrição de valores mobiliários são cobradas quando a transacção ocorre.

O rédito do serviço de conta e taxas de serviço é reconhecido ao longo do tempo à medida que os serviços são prestados. O rédito relacionado às transacções é reconhecido no momento em que a transacção ocorre.

O rédito de serviços de agência administrativa é reconhecido ao longo do tempo à medida que os serviços são prestados. Os valores a cobrar de Clientes em 31 de Dezembro são reconhecidos como contas a receber de Clientes. O rédito relacionado às transacções é reconhecido no momento em que a transacção ocorre.

O rédito de serviços de agência administrativa é reconhecido ao longo do tempo à medida que os serviços são prestados. Os valores a cobrar de Clientes em 31 de Dezembro são reconhecidos como contas a receber de Clientes. O rédito relacionado às transacções é reconhecido no momento em que a transacção ocorre.

O rédito de serviços de agência administrativa é reconhecido ao longo do tempo à medida que os serviços são prestados. Os valores a cobrar de Clientes em 31 de Dezembro são reconhecidos como contas a receber de Clientes. O rédito relacionado às transacções é reconhecido no momento em que a transacção ocorre.

O rédito de serviços de agência administrativa é reconhecido ao longo do tempo à medida que os serviços são prestados. Os valores a cobrar de Clientes em 31 de Dezembro são reconhecidos como contas a receber de Clientes. O rédito relacionado às transacções é reconhecido no momento em que a transacção ocorre.

O rédito de serviços de agência administrativa é reconhecido ao longo do tempo à medida que os serviços são prestados. Os valores a cobrar de Clientes em 31 de Dezembro são reconhecidos como contas a receber de Clientes. O rédito relacionado às transacções é reconhecido no momento em que a transacção ocorre.

7. Operações financeiras líquidas

As operações financeiras líquidas apresentam-se como se segue:

	2024	2023
Ganhos em operações financeiras		
Ganhos em operações cambiais	5 729 509	2 852 060
Outros ganhos em operações financeiras	5 621	167 094
	<u>5 735 130</u>	<u>3 019 154</u>
Perdas em operações financeiras		
Perdas em operações cambiais	5 072 021	2 628 560
Outras perdas em operações financeiras	1 011	961
	<u>5 073 032</u>	<u>2 629 521</u>
Operações financeiras líquidas	662 098	389 633

8. Imparidade do exercício

	Nota	2024	2023
Empréstimos e adiantamentos a clientes	20	518 000	1 133 148
Activos não correntes detidos para venda	22	-	19 083
Activos financeiros	21	3 573	20 174
		<u>521 573</u>	<u>1 172 405</u>

9. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal apresentam-se como se segue:

	2024	2023
Vencimentos e salários	1 955 539	2 018 109
Encargos sociais obrigatórios	73 854	66 725
	<u>2 029 393</u>	<u>2 084 834</u>

Colaboradores

Em 31 de Dezembro, o número de colaboradores efectivos apresenta-se como se segue:

	2024	2023
Serviços Centrais	546	526
Área Comercial	425	417
	<u>971</u>	<u>943</u>

10. Outros gastos operacionais

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

	2024	2023
Comunicações	117 343	117 789
Honorários profissionais	308 574	299 421
Consumíveis	42 144	43 322
Manutenção e serviços relacionados	319 026	295 732
Despesas de marketing	29 776	25 670
Rendas e alugueres	23 304	21 439
Água, energia e combustíveis	88 513	86 849
Despesas de deslocação e representação	20 333	22 341
Despesas de formação	21 700	8 201
Reversão de proveitos de exercícios anteriores	173 862	135 192
Donativos e quotizações	21 668	19 091
Seguros	15 728	17 338
Taxas	9 518	23 686
Outros	84 601	68 114
	<u>1 276 090</u>	<u>1 184 185</u>

11. Outros ganhos operacionais

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

	2024	2023
Serviços prestados	50 428	55 630
Outros ganhos	237 461	1 576 659
	<u>287 889</u>	<u>1 632 289</u>

Durante o exercício económico de 2024, os Outros ganhos operacionais apresentam uma redução significativa de 1.344 milhões de meticals, face ao ano transacto, explicado em grande parte, pela recuperação ocorrida no ano de 2023 de crédito de uma operação alvo de saneamento no exercício económico de 2021.

12. Provisões do exercício

A rubrica de Provisões apresenta-se como se segue:

	2024	2023
Provisões para Garantias e Compromissos Assumidos	(70 243)	93 622
Processos Compensação	(19 000)	130 621
Provisão de Imposto	34 949	-
Provisões Judiciais	(1 186)	(1 996)
Provisões de Transaccionalidade de POS	-	2 386
Provisões Diversas	12 513	9 053
	<u>(42 967)</u>	<u>233 686</u>

13. Imposto sobre rendimento

	2024	2023
IRPC - Juros de Bilhetes de Tesouro	246 112	235 803
IRPC - Juros de Obrigações de Tesouro	142 320	85 834
IRPC - Juros de Permutas de Líquidez	5 344	3 193
	<u>393 776</u>	<u>324 830</u>

O valor do IRPC refere-se ao imposto que é retido na fonte a título definitivo sobre os juros de aplicações em Bilhetes do Tesouro, Obrigações de Tesouros e outras aplicações no Mercado Monetário Interbancário.

A reconciliação da taxa efectiva de imposto para 31 de Dezembro 2024 apresenta-se como se segue:

	2024	2023
Resultado antes de impostos	289 955	426 685
Correcções fiscais		
Reintegrações e amortizações não aceites	20 423	27 921
Provisões ou perdas por imparidade não dedutíveis	51 542	37 228
Donativos não previstos	19 080	34 918
Outros acréscimos	419 966	305 661
Reposições de provisões tributárias	(51 754)	(63 328)
Juros sobre BT, OT e permutas de liquidez	(2 113 292)	(1 820 095)
Outras deduções	(46 079)	-
Prejuízo fiscais	(1 410 159)	(1 051 010)
Imposto corrente (32%)		
Prejuízo fiscal á reportar	(1 410 159)	(1 051 010)
Imposto retido sobre juros de BT, OT e permutas de liquidez	393 776	324 830

O Banco optou por não reconhecer um imposto diferido sobre os prejuízos reportados, no entanto, de acordo com a legislação fiscal, o prejuízo fiscal pode ser utilizado durante 5 exercícios económicos subsequente. Abaixo é apresentado a distribuição da utilização dos prejuízos fiscais ao longo dos anos.

Descrição	2020	2021	2022	2023	2024
Prejuízo fiscal do período	736 178	2 191 816	1 015 535	1 051 010	1 410 159
Datas de maturidade de prejuízos fiscais	2025	2026	2027	2028	2029

14. Resultados por acção

Resultados por acção básicos e diluídos

O cálculo dos resultados por acção básicos e diluídos, baseia-se no lucro atribuído aos accionistas ordinários do Banco no valor de 103.821 milhares de Meticals negativos (2023: Lucro: 101.855 milhares de Meticals), e o número médio ponderado de acções ordinárias emitidas até 31 de Dezembro de 2024 é de 1.385.408, calculado como se segue:

	2024	2023
Lucro atribuível aos accionistas detentores de acções ordinárias		
Resultado líquido	(103 821)	101 855
Número médio ponderado de acções ordinárias	1 385 408	1 385 408
Resultados por acção		
Básicos	(0,07)	0,07
Diluídos	(0,07)	0,07

15. Caixa e disponibilidades no Banco Central

Caixa e disponibilidades no Banco Central apresenta-se como se segue:

	2024	2023
Caixa	537 421	718 671
Disponibilidades no Banco Central	1 128 534	788 656
Reservas obrigatórias	18 123 395	14 043 543
	<u>19 789 350</u>	<u>15 550 870</u>

16. Disponibilidades sobre instituições de crédito

As disponibilidades sobre instituições de crédito apresentam-se como se segue:

	2024	2023
Disponibilidades em Bancos Nacionais	7 177	776
Disponibilidades em Bancos Estrangeiros	513 878	376 634
	<u>521 055</u>	<u>377 410</u>

17. Aplicações em instituições de crédito

As aplicações em instituições de crédito apresentam-se como se segue:

	2024	2023
Aplicações em Bancos Centrais	600 419	-
Aplicações em Outras instituições de crédito	1 671 110	2 457 392
	<u>2 271 529</u>	<u>2 457 392</u>

As aplicações em instituições de crédito por maturidade apresentam-se como se segue:

	2024	2023
Até 3 meses	2 047 844	2 457 392
3 meses a 1 ano	223 685	-
	<u>2 271 529</u>	<u>2 457 392</u>

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

(Valores expressos em milhares de Meticals)

18. Activos financeiros

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

	2024			2023		
	Custo amortizado	Através de outro rendimento integral	Através de lucros ou prejuízos	Custo amortizado	Através de outro rendimento integral	Através de lucros ou prejuízos
Bilhetes de Tesouro	9 002 311	-	-	8 571 040	-	-
Obrigações de Tesouro	-	3 473 577	-	-	3 207 231	-
Obrigações Corporativas						
BAYPORT 2020-2025	-	43 497	-	-	112 776	-
BAYPORT 2021-2025	-	56 099	-	-	43 574	-
Visabeira 2020-2026	-	63 253	-	-	59 053	-
MOZ BOND	-	517 783	-	-	553 941	-
Acções						
Emose 2013 e Outras participações	-	-	32 967	-	-	32 783
SIMO	-	-	12 655	-	-	12 655
Total	9 002 311	4 154 209	45 622	8 571 040	3 976 575	45 438

Em termos de maturidade residual a 31 de Dezembro de 2024, a carteira de Bilhetes de Tesouro, apresenta-se como se segue:

	2024	2023
Maturidade de 1 mês	1 391 423	1 893 310
Maturidade superior a 1 mês < 6 meses	4 854 459	4 539 230
Maturidade superior a 6 meses < 12 meses	2 756 429	2 138 500
Total	9 002 311	8 571 040

Em termos de maturidade residual a 31 de Dezembro de 2024, a carteira de Obrigações de Tesouro, apresenta-se como se segue:

	2024	2023
Maturidade superior a 1 mês < 6 meses	208 767	-
Maturidade superior a 12 meses	3 264 810	3 207 231
Total	3 473 577	3 207 231

A 31 de Dezembro de 2023, a carteira de Obrigações de Tesouro, apresenta-se como se segue:

	2024	2023
Obrigações de Tesouro		
Obrigações de Tesouro 2021-3a serie	93 945	94 620
Obrigações de Tesouro 2021-3a serie	114 822	115 647
Obrigações de Tesouro 2021-4a serie	103 412	104 122
Obrigações de Tesouro 2021-5a serie	131 937	132 949
Obrigações de Tesouro 2021-8a serie	164 294	163 617
Obrigações de Tesouro 2021-11a serie	109 672	109 672
Obrigações de Tesouro 2022-11a serie	848 605	784 541
Obrigações de Tesouro 2023- 2a serie	29 211	30 357
Obrigações de Tesouro 2023- 2a serie (*)	306 685	282 399
Obrigações de Tesouro 2023- 3a serie	1 004	1 004
Obrigações de Tesouro 2023- 4a serie	6 476	6 476
Obrigações de Tesouro 2023- 9a serie	1 549 248	1 381 827
Obrigações de Tesouro 2024- 4a serie	14 266	-
Total	3 473 577	3 207 231

(*) - Reabertura

Os movimentos de activos financeiros em 31 de Dezembro de 2024 apresenta-se como se segue:

	2024	2023
Saldo inicial	8 571 040	9 779 840
Aquisições	9 939 691	14 516 219
Acréscimo de juros	2 460 309	958 387
Alienações/reembolso	(11 968 729)	(16 683 406)
Saldo final	9 002 311	8 571 040

Os movimentos das imparidades dos activos financeiros em 31 de Dezembro de 2024 apresenta-se como se segue:

	2024	2023
Saldo inicial	63 605	43 440
Reforço	7 641	20 474
Reversão	(4 068)	(300)
Regularização	1	(9)
Saldo final	67 179	63 605

Em 31 de Dezembro de 2024, as imparidades do exercício apresentaram um reforço de 3.573 milhares de Meticals (2023: reforço de 20.174 milhares de Meticals), em resultado da depreciação do preço de títulos com destaque para as Obrigações da Mozbond.

18.1 Obrigações de Tesouro

Obrigações do Tesouro 2021 – 3ª série

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de quatro anos e foram emitidas a 23 de Março de 2021 com valor nominal de 100 Meticals cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 14,00% nos primeiros dois cupões e os restantes seis cupões à taxa média ponderada pela maturidade e pelos montantes das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro a prazos superiores a 63 dias, acrescido de uma margem percentual de 1,25%. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2024 era de 208.767 milhares de Meticals.

Obrigações do Tesouro 2021 – 4ª série

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de cinco anos e foram emitidas a 20 de Abril de 2021 com valor nominal de 100 Meticals cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 14,00% nos primeiros dois cupões e os restantes oito cupões à taxa média ponderada pela maturidade e pelos montantes das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro a prazos superiores a 63 dias, acrescido de uma margem percentual de 1,0%. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2024 era de 103.412 milhares de Meticals.

Obrigações do Tesouro 2021 – 5ª série

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de cinco anos e foram emitidas a 08 de Junho de 2021 com valor nominal de 100 Meticals cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 14,25% nos primeiros dois cupões e os restantes seis cupões à taxa média ponderada pela maturidade e pelos montantes das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro a prazos superiores a 63 dias, acrescido de uma margem percentual de 0,75%. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2024 era de 131.937 milhares de Meticals.

Obrigações do Tesouro 2021 – 8ª série

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de quatro anos e foram emitidas a 21 de Setembro de 2021 com valor nominal de 100 Meticals cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 14,00% nos primeiros dois cupões e os restantes seis cupões à taxa média ponderada pela maturidade e pelos montantes das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro a prazos superiores a 63 dias, acrescido de uma margem percentual de 0,75%. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2024 era de 164.294 milhares de Meticals.

Obrigações do Tesouro 2021 – 11ª série

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de dez anos e foram emitidas a 30 de Dezembro de 2021 com valor nominal de 100 Meticals cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 2,5625% apenas para o primeiro cupão e os restantes dezanove cupões à taxa de inflação média 12 meses de Maputo, acrescido de uma margem percentual de 0,50%. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2024 era de 109.672 milhares de Meticals.

Obrigações do Tesouro 2022 – 11ª série

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de cinco anos e foram emitidas a 28 de Dezembro de 2022 com valor nominal de 100 Meticals cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 17,50% nos primeiros quatro cupões e os restantes seis cupões à taxa média ponderada pela maturidade e pelos montantes das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro a prazos superiores a 63 dias, acrescido de uma margem percentual de 1,00%. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2024 era de 848.605 milhares de Meticals.

Obrigações do Tesouro 2023 – 2ª série

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de cinco anos e foram emitidas a 08 de Março de 2023 com valor nominal de 100 Meticals cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 19,00% nos primeiros quatro cupões e os restantes seis cupões à taxa média ponderada pela maturidade e pelos montantes das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro a prazos superiores a 63 dias, acrescido de uma margem percentual de 0,75%. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2024 era de 335.896 milhares de Meticals.

Obrigações do Tesouro 2023 – 3ª série

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de cinco anos e foram emitidas a 12 de Abril de 2023 com valor nominal de 100 Meticals cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 19,00% nos primeiros quatro cupões e os restantes seis cupões à taxa média ponderada pela maturidade e pelos montantes das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro a prazos superiores a 63 dias, acrescido de uma margem percentual de 0,75%. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2024 era de 1.004 milhares de Meticals.

Obrigações do Tesouro 2023 – 4ª série

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de cinco anos e foram emitidas a 10 de Maio de 2023 com valor nominal de 100 Meticals cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 19,00% nos primeiros quatro cupões e os restantes seis cupões à taxa média ponderada pela maturidade e pelos montantes das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro a prazos superiores a 63 dias, acrescido de uma margem percentual de 0,75%. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2024 era de 6.476 milhares de Meticals.

Obrigações do Tesouro 2023 – 9ª série

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de seis anos e foram emitidas a 10 de Outubro de 2023 com valor nominal de 100 Meticals cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 18,00% nos primeiros quatro cupões e os restantes oito cupões à taxa média ponderada pela maturidade e pelos montantes das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro a prazos de 364 dias, acrescido de uma margem percentual de 2,00% com reembolso de capital em quatro prestações anuais iguais a partir de 2026. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2024 era de 1.549.248 milhares de Meticals.

Obrigações do Tesouro 2024 – 4ª série

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de cinco anos e foram emitidas a 03 de Abril de 2024 com valor nominal de 100 Meticals cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 17,00% nos primeiros quatro cupões e os restantes seis cupões à taxa média ponderada pela maturidade e pelos montantes das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro a prazos superiores a 63 dias, acrescido de uma margem percentual de 0,25% com reembolso de capital em quatro prestações anuais iguais a partir de 2029. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2024 era de 14.266 milhares de Meticals.

18.2 Obrigações corporativas

Visabeira 2020 - 2026

Estas obrigações apresentam uma maturidade de seis anos, tendo sido emitidas pela Visabeira Moçambique em 23 de Março de 2020, com um montante nominal de 100 Meticals por obrigação. O montante total do empréstimo obrigacionista foi de 250.000.000 Meticals sendo o Moza Banco o único tomador firme e integral do empréstimo, mantendo a totalidade do mesmo em carteira própria. O presente empréstimo obrigacionista está sujeito a um período de carência de capital de doze meses, cujo reembolso será efectuado em 20 prestações trimestrais iguais e postecipadas a contar da data após período de carência, e os juros são pagos também numa base trimestral a uma taxa variável anual indexada à PRSF - 2,00% (spread) para o restante período de vigência do empréstimo. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2024 era de 63.253 milhares de Meticals.

Bayport 2020 – 2025 - 2ª série

Estas obrigações apresentam uma maturidade de cinco anos, tendo sido emitidas pela Bayport Financial Services Moçambique em 27 de Março de 2020, com um montante nominal de 100 Meticals por obrigação. O montante total do empréstimo obrigacionista foi de 511.000.000 Meticals sendo que o Moza Banco adquiriu para carteira própria 40.199.400 Meticals. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 18,00% no primeiro cupão e os restantes cupões a uma taxa variável indexada à média ponderada das seis últimas emissões de bilhetes de tesouro com maturidades acima de 360 dias + 6,00% (spread). O valor líquido a 31 de Dezembro de 2024 era de 43.497 milhares de Meticals.

Bayport 2021 – 2025 - 3ª série

Estas obrigações apresentam uma maturidade de quatro anos, tendo sido emitidas pela Bayport Financial Services Moçambique em 27 de Julho de 2021, com um montante nominal de 100 Meticals por obrigação. O montante total do empréstimo obrigacionista foi de 483.000.000 Meticals sendo que o Moza Banco adquiriu para carteira própria 52.035.000,00 Meticals. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 18,00% no primeiro cupão e os restantes cupões à taxa variável indexada à médias ponderadas das seis últimas emissões de bilhetes de tesouro com maturidades acima de 360 dias + 4,50% (spread). O valor líquido a 31 de Dezembro de 2024 era de 56.099 milhares de Meticals.

Moz Bond 2019 - 2031

Estas obrigações apresentam uma maturidade de doze anos, tendo sido emitidas novas obrigações em 30 de Outubro de 2019, com um valor nominal de USD 1.000 por obrigação. Este empréstimo rende juros a uma taxa fixa anual de 5% sendo os cupões pagos numa base semestral. A responsabilidade com este empréstimo está integralmente coberta por uma garantia emitida pelo Ministério das Finanças da República de Moçambique.

18.3 Acções e outros títulos de rendimento variável

Empresa Moçambicana de Seguros (EMOSE) e outras participações

O número de acções detidas na EMOSE (2.185.500) representa 0,74% do capital social e cada acção tem o valor nominal de 1 Metical e representa o mesmo direito de voto em relação ao restante do capital social.

Sociedade Interbancária Moçambicana (SIMO)

O saldo da SIMO é relativo ao valor das acções detidas pelo Banco na Sociedade Interbancária de Moçambique, uma instituição financeira detida maioritariamente pelo Banco de Moçambique e com participação social dos bancos comerciais. A SIMO tem como missão enquanto entidade financeira a provisão de acesso aos serviços bancários dos seus sócios, nomeadamente, através de infra-estruturas próprias de ATM s e POS.

19. Empréstimos e adiantamentos a Clientes

Os empréstimos e adiantamentos a clientes apresentam-se como se segue:

	2024	2023
Empresas	15 054 113	16 434 341
Particulares	7 325 223	6 979 247
	22 379 336	23 413 588
Juros especializados e comissões	381 628	368 526
	22 760 964	23 782 114
Perdas esperadas de crédito	(1 889 283)	(1 847 925)
Total	20 871 681	21 934 189

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

(Valores expressos em milhares de Meticais)

Os empréstimos e adiantamento por segmento analisam-se como se segue:

	2024	2023
Corporate	5 683 449	5 692 655
Retalho -Empresas	6 663 321	7 700 415
Private	441 588	411 788
Institucional	6 989	15 237
Instituição Pública	3 014 022	3 239 036
Retalho -Particulares	6 951 595	6 722 983
	22 760 964	23 782 114
Perdas esperadas de crédito	(1 889 283)	(1 847 925)
	20 871 681	21 934 189

A análise da concentração do risco por indústria apresenta-se como se segue:

	2024	2023
Governamental	218 387	240 368
Retalho	4 537 390	4 385 959
Construção civil	1 200 969	921 907
Industria transformadora	403 698	1 701 513
Particulares	6 958 534	6 846 513
Serviços	2 922 381	3 270 486
Transportes e comunicações	2 988 295	3 592 179
Outros	1 642 027	975 264
	20 871 681	21 934 189

Os empréstimos e adiantamentos brutos por moeda analisam-se como se segue:

	2024	2023
Moeda Nacional	21 469 577	22 557 929
Moeda Estrangeira	1 291 387	1 224 185
	22 760 964	23 782 114

Os empréstimos e adiantamento por estágio analisam-se como se segue:

	2024	2023
Estágio 1	9 612 835	9 881 997
Estágio 2	2 284 454	2 655 894
Estágio 3	8 974 392	9 396 298
	20 871 681	21 934 189

A maturidade dos empréstimos e adiantamentos brutos apresenta-se como se segue:

	2024	2023
Até 3 meses	3 906 882	4 290 739
De 3 meses a 1 ano	2 179 428	2 631 576
De 1 ano a 5 anos	10 418 721	8 979 790
Mais de 5 anos	6 255 933	7 880 009
	22 760 964	23 782 114

Imparidade de crédito

O movimento das perdas por imparidade durante o exercício apresenta-se como se segue:

2024	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Valor
Saldo Inicial	120 369	106 844	1 620 712	1 847 925
Reforço	79 846	60 823	646 106,00	786 775
Reversão	(51 767)	(53 726)	(163 282)	(268 775)
Transferência	(14 307)	(30 597)	44 904,00	-
Utilizações	-	-	(476 642)	(476 642)
	134 141	83 344	1 671 798	1 889 283

As utilizações de imparidade de créditos ocorridas no exercício económico de 2024, resultam de *write-off* de crédito com imparidade constituída a 100% da exposição de crédito em linha com o artigo nº11 do Aviso 16/GBM/2023.

2023	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Valor
Saldo Inicial	121 069	105 033	2 762 720	2 988 822
Reforço	66 323	79 314	1 133 476	1 279 113
Reversão	(67 023)	(77 503)	(1 439)	(145 965)
Transferência	-	-	(515 940)	(515 940)
Utilizações	-	-	(1 758 105)	(1 758 105)
	120 369	106 844	1 620 712	1 847 925

20. Outros activos

Os outros activos apresentam-se como se segue:

	2024	2023
Outros recebimentos	900 348	1 082 112
Acréscimos e diferimentos	414 148	425 408
Inventários	9 584	19 180
Activos recuperáveis*	1 838 181	261 053
	3 162 261	1 787 753
Imparidade de outros activos	(5 057)	(5 057)
	3 157 204	1 782 696

A variação registada na rubrica de outros activos, resulta da realização dações de 8 (oito) imóveis com destaque para imóveis fabril no montante de MZN 1.306 milhares de meticais.

O detalhe da rubrica "Activos recuperáveis" apresenta-se como se segue:

	2024	2023
Edifício Fabril	1 367 067	97 929
Edifício Multifuncional	287 163	8 915
Habituação	177 951	150 710
Edifício Comercial	6 000	3 500
	1 838 181	261 053

21. Activos não correntes detidos para venda

O movimento dos activos não correntes detidos para venda apresenta-se como se segue:

	2024	2023
Imóveis executados	1 069 023	995 911
Imparidades	(233 389)	(264 064)
	835 634	731 847

O movimento dos activos não correntes detidos para venda durante o exercício apresenta-se como se segue:

	2024	2023
Saldo inicial	995 911	1 089 837
Aumentos	143 198	67 134
Diminuições	(70 086)	(161 060)
Sub-Total	1 069 023	995 911
Imparidades	(233 389)	(264 064)
Saldo Final	835 634	731 847

O movimento das perdas por imparidade durante o exercício apresenta-se como se segue:

	2024	2023
Saldo Inicial	(264 064)	(301 545)
Reforço	-	(19 083)
Utilização	30 675	56 564
Saldo final	(233 389)	(264 064)

O Banco utilizou a imparidade no valor de 30 675 milhares de Meticais no processo de alienação de imóveis.

22. Propriedades de investimento

O movimento desta rubrica é o seguinte:

Custo	Valor
01 de Janeiro de 2023	264 952
31 de Dezembro de 2023	264 952
31 de Dezembro de 2024	264 952

Amortização

	2024	2023
01 de Janeiro de 2023	27 246	27 246
Aumento	5 426	5 426
31 de Dezembro de 2023	32 673	32 673
Aumento	5 183	5 183
31 de Dezembro de 2024	37 856	37 856

Quantia escriturada

	2024	2023
01 de Janeiro de 2023	237 706	237 706
31 de Dezembro de 2023	232 279	232 279
31 de Dezembro de 2024	227 096	227 096

A31 de Dezembro de 2024, o justo valor das Propriedades de Investimento era de 260.039 milhares de Meticais

23. Activos tangíveis

O movimento dos activos tangíveis é o seguinte:

Custos	Edifícios arrendados	Equipamentos	Investimentos em curso	Activo de direito de uso	Outros	Total
01 de Janeiro de 2023	1 095 504	1 452 187	454 962	2 541 399	2 597	5 546 649
Aumento	-	48 760	81 985	74 795	-	205 540
Abate	-	(10 098)	-	-	-	(10 098)
Transferências	43 053	52 815	(95 868)	-	-	-
31 de Dezembro de 2023	1 138 557	1 543 664	441 079	2 616 194	2 597	5 742 091
Aumento	-	35 278	140 845	215 146	-	391 269
Abate	-	(154 864)	-	-	-	(154 864)
Transferências	-	60 633	(60 633)	-	-	-
31 de Dezembro de 2024	1 138 557	1 484 711	521 291	2 831 340	2 597	5 978 496

Amortização

	2024	2023
01 de Janeiro de 2023	853 164	1 261 745
Aumento	56 144	84 496
Abate	-	(9 591)
Regularizações	(370)	-
31 de Dezembro de 2023	908 938	1 336 650
Aumento	45 488	74 946
Abate	-	(137 168)
Regularizações	-	-
31 de Dezembro de 2024	954 426	1 274 428

Quantia escriturada

	2024	2023
01 de Janeiro de 2023	242 340	190 442
31 de Dezembro de 2023	229 619	207 014
31 de Dezembro de 2024	184 131	210 283

Do total da rubrica dos activos tangíveis, excluindo activos de direito de uso, o valor bruto dos activos totalmente depreciados corresponde a 1.756.640 milhares de meticais

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

(Valores expressos em milhares de Meticais)

24. Activos intangíveis

O movimento dos activos intangíveis é o seguinte:

Custos	Investimentos em curso		Total
	Software		
01 de Janeiro de 2023	881 203	200 949	1 082 152
Aumento	21 707	103 635	125 342
Transferência	94 097	(94 097)	-
Regularização	49 873	(49 873)	-
31 de Dezembro de 2023	1 046 880	160 614	1 207 494
Aumento	1 183	576 909	578 092
Transferência	4 151	(4 151)	-
31 de Dezembro de 2024	1 052 214	733 372	1 785 586

Amortização			Total
01 de Janeiro de 2023	857 580	-	857 580
Aumento	32 446	-	32 446
31 de Dezembro de 2023	890 026	-	890 026
Aumento	43 091	-	43 091
31 de Dezembro de 2024	933 117	-	933 117

Quantia escriturada

	2024	2023	Total
01 de Janeiro de 2023	23 623	200 949	224 572
31 de Dezembro de 2023	156 854	160 614	317 468
31 de Dezembro de 2024	119 097	733 372	852 469

Do total da rubrica dos activos intangíveis, excluindo activos de direito de uso, o valor bruto dos activos totalmente depreciados corresponde a 846.675 milhares de meticais.

25. Impostos Correntes

Os activos por impostos correntes apresentam-se como se segue:

	2024	2023
Pagamento por conta de IRPC	38 465	38 365
Retenção na fonte de IRPC	604 279	568 576
	642 744	606 941

26. Activos e Passivos por Impostos diferidos

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem as diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento do Banco sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

As Autoridades Fiscais dispõem da faculdade de rever a posição fiscal do Banco durante um período de cinco (5) anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPS (Impostos Sobre o Rendimento de Pessoas Singulares), IRPC (Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas) e IVA (Imposto Sobre o Valor Acrescentado), eventuais correcções à matéria colectável.

O Banco tem estado a apresentar prejuizos fiscais os quais, em sede do Código do Imposto Sobre Rendimento, conferem direito de dedução nos resultados fiscais positivos futuros até ao limite máximo de 5 anos. À luz de Norma Internacional de Contabilidade 12, estes prejuizos conferem direito ao reconhecimento de Activos por Imposto Diferido por contrapartida de resultados do exercício, podendo ser utilizados para fazer face às obrigações fiscais futuras do Banco em caso de lucros.

O plano de negócios do Banco demonstra o alcance de resultados positivos nos exercícios subsequentes, contudo, a Administração optou por reconhecer parcialmente nas demonstrações financeiras de 2024 o direito da sua recuperação nos próximos cinco anos através do registo do activo por imposto diferido.

A Administração acredita ainda ter cumprido com todas as obrigações fiscais a que o Banco se encontra sujeito.

A rubrica de impostos apresenta-se como se segue:

	2024	2023
Activo por Imposto Diferido		
Imposto Diferido sobre Resultados	95 000	95 000
Impostos Diferidos sobre Reserva de Justo Valor	-	1 635
	95 000	96 635
Passivo por Imposto Diferido		
Impostos Diferidos sobre Reserva de Justo Valor	65 788	-
Impostos Diferidos sobre Activos tangíveis	-	8 839
	65 788	8 839

Os movimentos nos impostos diferidos do Banco apresentam-se como se segue:

	Demonstração de resultados		Capital próprio		31.12.2024
	01.01.2024	Gastos	Rendimentos	Aumento	
Activos por impostos diferidos					
Prejuizos Fiscais	95 000	-	-	-	-
Activos por Impostos diferidos sobre reserva de justo valor	1 635	-	-	-	(1 635)
	96 635	-	-	-	(1 635)
Passivos por impostos diferidos					
Activos tangíveis	8 839	-	8 839	-	-
Passivo por Impostos diferidos sobre reserva de justo valor	-	-	-	65 788	-
	8 839	-	8 839	65 788	-
	-	-	-	-	64 153

	01.01.2023	Demonstração de resultados		Capital próprio		31.12.2023
		Gastos	Rendimentos	Aumento	Diminuição	
Activos por impostos diferidos						
Prejuizos Fiscais	95 000	-	-	-	-	95 000
Activos por Impostos diferidos sobre reserva de justo valor	56 267	-	-	-	(54 632)	1 635
	151 267	-	-	-	(54 632)	96 635
Passivos por impostos diferidos						
Activos tangíveis	8 839	-	-	-	-	8 839
	8 839	-	-	-	-	8 839
	-	-	-	-	(54 632)	-

27. Recursos de instituições de crédito

Os Recursos de Instituições de Crédito incluindo o Banco de Moçambique apresentam-se como se segue:

	2024	2023
Depósitos à ordem	659 937	1 492 267
Depósitos a prazo	76 431	76 431
	736 368	1 568 698

A maturidade dos Recursos de Instituições de Crédito incluindo o Banco de Moçambique apresenta-se como se segue:

	2024	2023
Até 3 meses	724 026	1 499 112
De 3 meses a 1 ano	12 342	69 586
	736 368	1 568 698

28. Depósitos e contas correntes

Os depósitos e contas correntes apresentam-se como se segue:

	2024	2023
Depósitos à ordem	25 497 518	20 656 428
Depósitos a prazo	22 343 967	20 327 056
	47 841 485	40 983 484

A maturidade dos depósitos e contas correntes apresenta-se como se segue:

	2024	2023
À ordem	25 497 518	20 656 428
Até 3 meses	13 511 608	16 357 787
De 3 meses a 1 ano	8 832 359	3 969 269
	47 841 485	40 983 484

29. Recursos consignados

Os recursos consignados apresentam-se como se segue:

	2024	2023
i) Ministério da Indústria (PRSP)	1 708	1 708
ii) FSA - Kuwait Fund	216 487	240 332
iii) IFAD	269 826	343 913
iv) Fundo de Fomento Agrário	97 199	110 000
v) FNDS	1 113	10 063
Juros	54 836	38 992
	641 169	745 008

i) Foi celebrado um acordo com o Ministério da Indústria e Comércio de acesso aos fundos concedidos pelo Governo italiano, sob a forma de um fundo de garantia designado (PRSP - Programa de Relançamento do Sector Privado) destinado a apoiar actividades do sector privado directamente afectadas por desastres naturais que ocorreram em 2000/2001. O fundo foi disponibilizado em 31 de Março de 2015, pelo montante de 120 milhões de Meticais, pelo período de 5 anos, sendo que as operações abrangidas têm uma taxa fixa de 10,00% ao ano;

ii) No dia 30 de Maio de 2012, o Banco rubricou um acordo com o governo da República de Moçambique e o Kuwait Fund for Arab Economic Development, no âmbito do qual assume a gestão de um fundo destinado a financiar a agricultura e micro-negócios de produção de alimentos e serviços relacionados, sem prazo de reembolso definido.

iii) Em Abril de 2022, foi celebrado um Contrato de Gestão de Fundos entre o Moza Banco e o Projecto de Financiamento a Empreendimentos Rurais - REFP. Os referidos fundos, fazem parte de um Financiamento que o Governo de Moçambique recebeu do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (IFAD) para custear as actividades de implementação do Projecto de Financiamento de Empreendimentos Rurais (REFP), Componente 1 (linha de crédito e linha de subvenção). O valor desta componente foi inicialmente definido em aproximadamente USD 30 milhões cujos desembolsos ocorrem mediante solicitação do Moza Banco em função do Pipeline existente. A linha tinha como prazo de vencimento o dia 30 de Setembro de 2024. No entanto, os financiamentos concedidos, permanecem vigentes até a maturidade em função das datas de desembolsos de cada operação de crédito.

vi) Em Abril de 2022, foi celebrado um Contrato de Gestão de Fundos entre o Moza Banco e o Fundo de Fomento Agrário e Extensão Rural - FAR, FP Delegação Provincial de Manica, com objectivo de estabelecer uma parceria para garantir o fortalecimento das Cadeias de Valor com participação de Homens, Mulheres e Jovens através de Subvenções nas províncias de Manica e Sofala. O valor inicial do fundo é de MZN 204.480 milhares de Meticais, destinado exclusivamente a Componente de Subvenções e com um contrato válido até 31 de Dezembro de 2026. Em Julho de 2023, foi celebrado um Contrato de gestão de fundos entre o Moza Banco e o Fundo de Fomento Agrário e Extensão Rural, FP (FAR, FP) com o objectivo de estabelecer uma parceria para garantir o fortalecimento das Cadeias de Valor de Cereais, Frutas e Hortícolas nas Províncias de Maputo, Gaza e Inhambane. O valor inicial do fundo é de 100.000 milhares de MZN e tem o seu término a 31 de Dezembro 2028.

vi) Em Julho de 2020, foi celebrado um Protocolo de Parceria Técnica Financeira sobre o Fomento e Financiamento de Projectos de Desenvolvimento Rural integrados em Moçambique entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS) e o Moza Banco. Este acordo, tem como objectivo a gestão por parte do Banco de uma linha de financiamento do programa denominado SUSTENTA composto por uma componente de Grant no valor de 272.002 milhares de Meticais e outra de crédito no valor de MZN 901.214 milhares de Meticais;

Os recursos consignados em função dos elementos que afectam o fluxo de caixa monetário e não monetário, apresentam-se como se segue:

	2024	2023
Saldo Inicial	745 008	577 659
Alterações monetária	(49 616)	128 357
Alterações não monetária	(54 223)	38 992
Saldo final	641 169	745 008

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

(Valores expressos em milhares de Meticais)

30. Provisões

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

	2024	2023
Provisões para Garantias e Compromissos Assumidos	135 416	205 659
Provisões Judiciais	34 301	37 171
Outras provisões	227 170	198 325
	396 887	441 155

O movimento das provisões para garantias e compromissos assumidos durante o exercício apresenta-se como se segue:

Descrição	2024	2023
Exposições em extrapatrimonial		
Saldo Inicial	205 659	112 176
Reforço	88 888	250 921
Reversão	(159 131)	(157 299)
Regularização	-	(139)
	135 416	205 659

Durante o exercício económico de 2024, as provisões do exercício para as garantias e compromissos assumidos, fixaram-se em 70.243 milhares de Meticais, em resultado de um reforço no valor de 88.888 milhares de Meticais e reversão no montante de 159.131 milhares de Meticais.

O movimento das provisões judiciais e de processos de compensação apresenta-se como se segue:

Descrição	2024	2023
Processos Compensação		
Saldo Inicial	195 621	65 000
Reforço	-	130 621
Reversão	(19 000)	-
Sub-total	176 621	195 621
Processos Judiciais		
Saldo Inicial	37 171	41 630
Reforço	-	10 790
Reversão	(1 186)	(3 733)
Regularização	(1 684)	(11 516)
Sub-total	34 301	37 171
Outras provisões		
Saldo Inicial	2 704	318
Reforço	47 845	2 386
Sub-total	50 549	2 704
TOTAL	261 471	235 496

Provisões para Processos Compensação

As provisões para processos de compensação reflectem a cobertura dos riscos aos quais o Banco está exposto, decorrentes de saldos pendentes de regularização nestes processos. Em 2024, o Banco deu um passo significativo na implementação de medidas para fortalecer o controlo das transacções relacionadas com a compensação de saldos, o que conduziu para uma revisão em baixa da provisão inicialmente constituída em 19.000 Milhares de Meticais. Com a conclusão deste programa, estarão criadas as condições para a utilização ou reversão das provisões constituídas.

Outras Provisões

Durante do exercício económico de 2024, o Banco constituiu provisões para cobertura de diversos riscos, com destaque para a contingências fiscais no montante de 34.950 milhares de meticais e provisão para cobertura de danos às agências em resultado das manifestações pós-eleitorais no montante de 9.256 milhares de meticais..

31. Outros passivos

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

	2024	2023
Contas a pagar	658 652	765 784
Acréscimo de gastos	153 621	329 399
Rendimentos diferidos	63 109	40 285
Passivos sobre direito de uso	1 903 098	1 850 481
	2 778 480	2 985 949

A maturidade dos passivos sobre direito de uso apresenta-se como se segue:

	2024	2023
Até 3 meses	173 746	105 282
Até 1 ano	59 010	17 756
Até 5 anos	61 624	135 241
Mais 5 anos	1 608 718	1 592 202
	1 903 098	1 850 481

Os passivos sobre direito de uso em função dos elementos que afectam o fluxo de caixa monetário e não monetário, apresentam-se como se segue:

	2024	2023
Saldo inicial	1 850 481	1 955 350
Alterações monetária	253 289	(293 611)
Alterações não monetária	(202 372)	188 742
Saldo final	1 901 398	1 850 481

32. Empréstimos obrigacionistas

Os empréstimos obrigacionistas apresentam-se como se segue:

	2024	2023
Moza Banco 2023 empréstimo obrigacionistas	2 312 180	2 312 180
Juros	42 552	51 903
	2 354 732	2 364 083

A maturidade dos empréstimos obrigacionistas apresenta-se como se segue:

	2024	2023
De 1 ano a 3 anos	2 354 732	1 338 284
De 3 anos a 5 anos	-	1 025 799
	2 354 732	2 364 083

Obrigações Moza Banco 2023-2025 – 1ª série

O empréstimo obrigacionista apresenta uma maturidade de 2 anos, tendo sido emitidas pelo Moza Banco 8.675.000 (oito milhões, seiscentos e setenta e cinco mil) obrigações e a liquidação financeira ocorrida em 16 de Agosto de 2023, com um valor nominal de 100 (cem) Meticais cada obrigação, com reembolso do capital na maturidade. Os juros são pagos numa base trimestral a uma taxa fixa de 18.75% nos primeiros dois (2) cupões e taxa variável indexada à média de bilhetes de tesouro com maturidades superior a 90 dias adicionado a um spread de 1 %, para os restantes 6 cupões. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2024 era de 883.796 milhares de Meticais.

Obrigações Moza Banco 2023-2025 – 2ª série

O empréstimo obrigacionista apresenta uma maturidade de 2 anos, tendo sido emitidas pelo Moza Banco 4.502.000 (quatro milhões, quinhentos e dois mil) obrigações e a liquidação financeira ocorrida em 27 de Setembro de 2023, com um valor nominal de 100 (cem) Meticais cada obrigação, com reembolso do capital na maturidade. Os juros são pagos numa base trimestral a uma taxa fixa de 18.75% nos primeiros dois (2) cupões e taxa variável indexada à média de bilhetes de tesouro com maturidades superior a 90 dias adicionado a um spread de 1 %, para os restantes 6 cupões. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2024 era de 450.751 milhares de Meticais.

Obrigações Moza Banco 2023-2026 – 3ª série

O empréstimo obrigacionista apresenta uma maturidade de 3 anos, tendo sido emitidas pelo Moza Banco 8.297.800 (oito milhões, duzentos e noventa e sete mil e oitocentos) obrigações e a liquidação financeira ocorrida em 30 de Outubro de 2023, com um valor nominal de 100 (cem) Meticais cada obrigação, com reembolso do capital na maturidade. Os juros são pagos numa base trimestral a uma taxa fixa de 20.00% nos primeiros dois (2) cupões e taxa variável indexada à média de bilhetes de tesouro com maturidades superior a 90 dias adicionado a um spread de 2 %, para os restantes 10 cupões. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2024 era de 852.488 milhares de Meticais..

Obrigações Moza Banco 2023-2026 – 4ª série

O empréstimo obrigacionista apresenta uma maturidade de 3 anos, tendo sido emitidas pelo Moza Banco 1.647.000 (um milhão, seiscentos e quarenta e sete mil) obrigações e a liquidação financeira ocorrida em 20 de Novembro de 2023, com um valor nominal de 100 (cem) Meticais cada obrigação, com reembolso do capital na maturidade. Os juros são pagos numa base trimestral a uma taxa fixa de 20.00% nos primeiros dois (2) cupões e taxa variável indexada à média de bilhetes de tesouro com maturidades superior a 90 dias adicionado a um spread de 2 %, para os restantes 10 cupões. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2024 era de 167.696 milhares de Meticais.

Os empréstimos obrigacionistas em função dos elementos que afectam o fluxo de caixa monetário e não monetário, apresentam-se como se segue:

	2024	2023
Saldo inicial	2 364 083	-
Alterações monetária	33 201	2 312 180
Alterações não monetária	(42 552)	51 903
Saldo final	2 354 732	2 364 083

33. Impostos a pagar

Os impostos a pagar apresentam-se como se segue:

	2024	2023
IVA	1 446	1 390
IRPS	58 589	34 171
IRPC	28 290	14 781
Imposto do Selo	8 775	13 417
	97 100	63 759

O valor do imposto a pagar foram liquidados durante o mês de Janeiro de 2025.

34. Capital Social

A 31 de Dezembro de 2024, o Capital Social do Moza Banco encontra-se totalmente subscrito e realizado, apresentando-se como se segue:

	2024	2023
Capital social	7 020 750	7 020 750
	7 020 750	7 020 750

Por deliberação da Assembleia Geral Ordinária (ACTA Nº02/AGE/2022), durante do exercício económico de 2023, o Banco emitiu 224.900 acções de valor nominal de 5.000 (cinco mil) meticais, equivalente a 1.124.510 milhares de meticais, que foram integralmente realizadas pelos accionistas, passando o capital social ser distribuído conforme a tabela abaixo.

Distribuição do capital social por accionista.

2024	Número de acções	Valor nominal	Capital Social	% Capital Social
Kuhanha	927 822	5	4 639 110	66,077%
Arise	431 296	5	2 156 480	30,716%
Moçambique Capitais	45 032	5	225 160	3,207%
	1 404 150		7 020 750	100%

2023	Número de acções	Valor nominal	Capital Social	% Capital Social
Kuhanha	927 822	5	4 639 110	66,08%
Arise	431 296	5	2 156 480	30,72%
Moçambique Capitais	45 029	5	225 145	3,21%
Dr. António Matos	3	5	15	0,00%
	1 404 150		7 020 750	100%

Durante o ano de 2024, o accionista António Matos que detinha 3 acções de valor nominal 5 milhares de meticais cedeu a sua participação no capital social do Moza Banco ao accionista Moçambique Capitais.

35. Reservas e resultados transitados

As reservas apresentam-se como se segue:

	2024	2023
Reservas legal	4 719 441	4 688 884
Reservas de reavaliação de activos financeiros	144 912	(3 476)
Prémio de emissão	1 993 740	1 993 740
Resultados transitados	(3 919 618)	(3 990 917)
	2 938 475	2 688 231

À luz das disposições legais e estatutárias, o Banco é obrigado a constituir reservas sempre que apresentar um resultado líquido positivo. Sendo que o resultado líquido de 2023 é positivo, os accionistas em Assembleia Geral aprovaram a constituição de reserva legal corresponde a 30% do resultado líquido e a aplicação do remanescente nos resultados transitados.

O prémio de emissão reflecte os ganhos decorrente a realização acima do par das acções emitidas ao longo de vários exercícios económicos.

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

(Valores expressos em milhares de Meticals)

36. Classificação dos Instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros do Banco é a seguinte:

2024	Activos financeiros através de resultados	Activos financeiros através de rendimento integral	Custo amortizado	Total
Activo				
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	-	19 789 350	19 789 350
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	-	521 055	521 055
Aplicações em instituições de crédito	-	-	2 271 529	2 271 529
Activos financeiros	45 622	4 154 209	9 002 311	13 202 142
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	20 871 681	20 871 681
Outros activos	-	-	3 157 204	3 157 204
	45 622	4 154 209	55 613 130	59 812 961
Passivo				
Recursos de instituições de crédito	-	-	736 368	736 368
Depósitos e contas correntes	-	-	47 841 485	47 841 485
Recursos consignados	-	-	641 169	641 169
Outros passivos	-	-	2 778 480	2 778 480
Empréstimos obrigacionistas	-	-	2 354 732	2 354 732
	-	-	54 352 234	54 352 234

2023	Activos financeiros através de resultados	Activos financeiros através de rendimento integral	Custo amortizado	Total
Activo				
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	-	15 550 870	15 550 870
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	-	377 410	377 410
Aplicações em instituições de crédito	-	-	2 457 392	2 457 392
Activos financeiros	45 438	3 976 575	8 571 040	12 593 053
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	21 934 189	21 934 189
Outros activos	-	-	1 782 696	1 782 696
	45 438	3 976 575	50 673 597	54 695 610
Passivo				
Recursos de instituições de crédito	-	-	1 568 698	1 568 698
Depósitos e contas correntes	-	-	40 983 484	40 983 484
Recursos consignados	-	-	745 008	745 008
Outros passivos	-	-	2 985 949	2 985 949
Empréstimos obrigacionistas	-	-	2 364 083	2 364 083
	-	-	48 647 222	48 647 222

36.1 Justo valor dos instrumentos financeiros

Quando o justo valor de activos e passivos financeiros registados nas Demonstrações Financeiras não pode ser calculado com base em cotações de mercados activos, o justo valor é determinado usando diversas técnicas de avaliação, que incluem o uso do método dos fluxos de caixa descontados. Os dados de base para estes modelos são calculados em função da informação disponível dos mercados, contudo, sempre que tal não seja exequível, é necessário recorrer em alguma medida a ponderações para determinar o justo valor.

As alterações nos pressupostos acerca dos factores a seguir podem afectar o justo valor reconhecido nas Demonstrações Financeiras:

- Nível 1** - Preço de mercado cotado (não ajustado) num mercado activo para um instrumento idêntico;
- Nível 2** - Técnicas de valorização baseadas em dados observáveis, quer directamente (ou seja, como preços), ou indirectamente (ou seja, derivada de preços). Esta categoria inclui instrumentos valorizados através da utilização de preços em mercados cotados ou em mercados activos para instrumentos similares; preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados considerados menos activos, ou outras técnicas de avaliação em que todos os elementos sejam directa ou indirectamente observáveis a partir de dados de mercado;
- Nível 3** - Técnicas de valorização utilizando *inputs* não observáveis no mercado. Esta categoria inclui os instrumentos financeiros em que a técnica de avaliação inclui *inputs* não baseados em dados não observáveis e os *inputs* não observáveis têm um efeito significativo na avaliação do instrumento. Esta categoria inclui os instrumentos que são avaliados com base em cotações de rendimentos similares, sempre que houver necessidade de ajustamentos não-observáveis significativos ou de pressupostos para reflectir as diferenças entre os instrumentos.

O justo valor dos activos e passivos financeiros que sejam negociados nos mercados activos são baseados em preços de mercado cotados ou cotações de preços de revendedor. Para todos os instrumentos financeiros, o Banco determina os valores de mercado utilizando técnicas de avaliação.

As técnicas de avaliação incluem o valor actual líquido e modelos de fluxos de caixa descontados e outros modelos de avaliação. Pressupostos e *inputs* utilizados em técnicas de avaliação de risco incluem as taxas de juro livre e de referência, os *spreads* de crédito e outros prémios utilizados para estimar as taxas de desconto, preços de obrigações, bilhetes do tesouro e taxas de câmbio. O objectivo das técnicas de avaliação é chegar a uma determinação do justo valor que reflecte o preço do instrumento financeiro na data do relatório, a qual teria sido determinada pelos participantes no mercado actuando numa base comercial.

Hierarquia de justo valor dos instrumentos financeiros

O Banco procede à mensuração dos instrumentos financeiros ao justo valor à data da posição financeira. O justo valor assume que o activo ou passivo é transaccionado entre participantes no mercado numa transacção ordenada de venda do activo ou de transferência do passivo à data de mensuração nas condições vigentes de mercado. Uma mensuração pelo justo valor assume que a transacção de venda do activo ou de transferência do passivo se realiza:

- No mercado principal desse activo ou passivo; ou
- Não existindo um mercado principal, no mercado mais vantajoso para esse activo ou passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso tem de estar acessível ao Banco.

O justo valor do activo ou do passivo é mensurado através dos pressupostos que os participantes de mercado utilizaram para efectuarem a transacção, assumindo que os participantes agem no seu melhor interesse económico.

A mensuração pelo justo valor de um activo não-financeiro toma em conta a capacidade que um participante tem no mercado para gerar benefícios económicos utilizando o activo no seu pleno e melhor uso ou vendendo-o a outro participante no mercado que o irá utilizar no seu pleno e melhor uso.

O Banco utiliza técnicas de valorização consideradas as mais apropriadas de acordo com as circunstâncias e para as quais existam dados suficientes para mensurar o justo valor, maximizando a utilização da informação relevante disponível com base nas variáveis observáveis e minimizando a utilização das variáveis não observáveis.

Todos os activos e passivos cujo justo valor seja mensurado ou divulgado nas Demonstrações Financeiras encontram-se reconhecidos de acordo com a hierarquia do justo valor, abaixo descrita, baseada no mais baixo nível de *inputs* para a mensuração do justo valor:

- > **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) dos activos ou passivos em mercados activos a que a entidade tem acesso à data da mensuração;
- > **Nível 2** - Justo valor determinado com base em *inputs* de mercado não incluídos no Nível 1, mas que sejam observáveis em mercado para activo ou passivo, quer directa ou indirectamente;
- > **Nível 3** - Justo valor dos activos e passivos é determinado com base em *inputs* que não são baseados em informação observável em mercado.

Para os activos e passivos que são reconhecidos recorrentemente nas Demonstrações Financeiras, o Banco determina se as transferências ocorreram entre níveis da hierarquia pela reavaliação da categorização (baseado no mais baixo nível de *input* para a mensuração do justo valor).

O justo valor dos títulos cotados é baseado em cotações de preços na data da posição financeira apenas quando existe um mercado activo. O justo valor de instrumentos não cotados, empréstimos de bancos e outros passivos financeiros é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa futuros, utilizando taxas actualmente disponíveis para dívidas em condições semelhantes, o risco de crédito e prazo remanescente.

A tabela seguinte demonstra a análise do justo valor dos instrumentos financeiros de acordo com a hierarquia de justo valor para o Banco:

2024	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activo				
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	19 789 350	-	19 789 350
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	521 055	-	521 055
Aplicações em instituições de crédito	-	2 271 529	-	2 271 529
Activos financeiros	4 187 176	9 014 966	-	13 202 142
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	20 871 681	-	20 871 681
Outros activos	-	3 157 204	-	3 157 204
	4 187 176	55 625 785	-	59 812 961
Passivo				
Recursos de instituições de crédito	-	736 368	-	736 368
Depósitos e contas correntes	-	47 841 485	-	47 841 485
Recursos consignados	-	641 169	-	641 169
Outros passivos	-	2 778 480	-	2 778 480
Empréstimos obrigacionistas	-	2 354 732	-	2 354 732
	-	54 352 234	-	54 352 234

2023	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activo				
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	15 550 870	-	15 550 870
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	377 410	-	377 410
Aplicações em instituições de crédito	-	2 457 392	-	2 457 392
Activos financeiros	4 009 358	8 583 695	-	12 593 053
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	21 934 189	-	21 934 189
Outros activos	-	1 782 696	-	1 782 696
	4 009 358	50 686 252	-	54 695 610
Passivo				
Recursos de instituições de crédito	-	1 568 698	-	1 568 698
Depósitos e contas correntes	-	40 983 484	-	40 983 484
Recursos consignados	-	745 008	-	745 008
Outros passivos	-	2 985 949	-	2 985 949
Empréstimos obrigacionistas	-	2 364 083	-	2 364 083
	-	48 647 222	-	48 647 222

A tabela seguinte demonstra, por classe, a comparação do justo valor com as quantias escrituradas dos instrumentos financeiros do Banco que não estão mensurados ao justo valor nas Demonstrações Financeiras:

	2024		2023	
	Quantia escriturada	Justo valor	Quantia escriturada	Justo valor
Activos financeiros				
Caixa e disponibilidades em Banco Central	19 789 350	19 789 350	15 550 870	15 550 870
Disponibilidades sobre instituições de crédito	521 055	521 055	377 410	377 410
Aplicações em instituições de crédito	2 271 529	2 271 529	2 457 392	2 457 392
Activos financeiros detidos para negociação	13 202 142	13 202 142	12 593 053	12 593 053
Empréstimos e adiantamentos a clientes	20 871 681	20 871 681	21 934 189	21 934 189
Outros activos	3 157 204	3 157 204	1 782 696	1 782 696
	59 812 961	59 812 961	54 695 610	54 695 610
Passivos financeiros				
Recursos de instituições de crédito	736 368	736 368	1 568 698	1 568 698
Depósitos e contas correntes	47 841 485	47 841 485	40 983 484	40 983 484
Recursos consignados	641 169	641 169	745 008	745 008
Empréstimos obrigacionistas	2 354 732	2 354 732	2 364 083	2 364 083
Outros passivos	2 778 480	2 778 480	2 985 949	2 985 949
	54 352 234	54 352 234	48 647 222	48 647 222
	5 460 727	5 460 727	6 048 388	6 048 388

A gestão considera que o Caixa e Disponibilidades no Banco Central e Disponibilidades em Instituições de Crédito aproximam-se do justo valor, devido ao curto prazo das maturidades destes instrumentos.

O Justo Valor dos activos e passivos financeiros encontram-se incluídos no montante à data da sua transacção entre partes interessadas, sem que exista uma exigência de liquidação.

Na determinação da estimativa de justo valor foram utilizados os seguintes métodos e pressupostos:

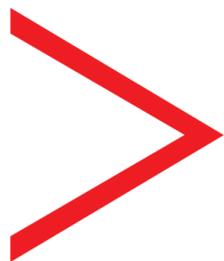
- > O justo valor dos activos financeiros são obtidos com base no mercado activo, assim como obtidos através da utilização do valor presente, baseado com variáveis observáveis no mercado.
- > O Banco apresenta instrumentos financeiros derivados, tais como *Swaps*.
- > O justo valor dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, tais como aplicações em instituições de crédito, empréstimos e adiantamentos a clientes, recursos de instituições de crédito, depósitos e contas correntes e empréstimos obrigacionistas são obtidos através do cálculo de fluxos de caixa descontados.

37. Partes relacionadas

Os saldos com as partes relacionadas apresentam-se como se segue:

		Aplicações em instituições de crédito	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Recursos de instituições de crédito	Depósitos e contas correntes
Accionistas					
Kuhanha	2024	-	311	486 033	600 000
	2023	-	-	968 200	-
Arise. B.V	2024	-	-	175	-
	2023	-	-	175	-
Moçambique Capitais	2024	-	11	456	-
	2023	-	11	371	-
Almeida Matos	2024	-	-	-	-
	2023	-	53	10 404	-

As transacções com partes relacionadas foram realizadas com base nos preços de mercado.



Os saldos com o pessoal do Órgão de Gestão apresentam-se como se segue:

		Empréstimos e adiantamentos a clientes	Depósitos e contas correntes	Obrigações	Juros suportados	Juros obtidos
Accionistas						
Orgão de Gestão	2024	55 944	61 443	207 000	38 807	5 233
	2023	54 059	33 418	-	16 652	5 118

Benefícios ao Órgão de Gestão

Durante o exercício de 2024, os vencimentos do Órgão de Gestão ascenderam a 188.725 milhares de Meticais, comparativamente aos 170.848 milhares de Meticais registados no exercício de 2023.

As transacções com as partes relacionadas apresentam-se como se segue:

		Locações operacionais	Juros suportados	Juros obtidos
Accionistas				
Kuhanha	2024	-	216 250	9
	2023	-	197 779	2
Moçambique Capitais	2024	5 989	52	1
	2023	6 008	2 483	5
Almeida Matos	2024	-	-	-
	2023	-	466	-

38. Contingências e compromissos

Contingências

	2024	2023
Garantias	8 947 132	7 516 527
Moeda Nacional	6 220 665	5 493 216
Moeda Estrangeira	2 726 467	2 023 311
Cartas de crédito	297 576	321 529
	9 244 708	7 838 056

39. Eventos subsequentes

O Banco Central na qualidade de supervisor do sistema financeiro moçambicano, reduziu em 10 pontos percentuais o coeficiente de reservas obrigatórias, situação que conduz a melhoria dos níveis de liquidez do Banco.

40. Pressuposto da continuidade

Na sequência das manifestações ocorridas após as eleições gerais de 9 de Outubro de 2024, que afectaram diversas regiões do país, com maior incidência nas zonas urbanas, o Banco procedeu a um levantamento exaustivo dos danos registados nas suas instalações. Este processo incluiu a avaliação detalhada dos prejuízos materiais e operacionais, bem como a análise dos impactos económicos e financeiros decorrentes dos eventos. Para tal, foram conduzidas avaliações técnicas às agências afectadas, apurando-se a extensão dos danos físicos e a necessidade de eventuais reparações estruturais e reposição de equipamentos.

Paralelamente, foi realizada uma avaliação financeira rigorosa para determinar os custos directos e indirectos associados, incluindo os impactos na continuidade operacional e na prestação de serviços aos clientes.

Com base nos resultados desta avaliação, foi constituída uma provisão no montante de 9 milhões de meticais, registada nas contas de 2024, para cobrir os prejuízos decorrentes do vandalismo em três agências do Banco. Apesar dos danos materiais e da impossibilidade de reabertura de uma das agências por um período indeterminado, os eventos não comprometeram o normal funcionamento das actividades do Banco. Durante este período, até à data de emissão deste relatório, foram adoptadas medidas proactivas para assegurar a continuidade operacional, com destaque para a promoção activa do uso de canais digitais e electrónicos, garantindo a prestação ininterrupta de serviços aos clientes.

Anexos à Circular 2024

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007 - MODELO III

Balanzo - Contas Individuais (Activo)

Rubricas	31 de Dezembro de 2024			31 de Dezembro de 2023	
	Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor Líquido		
Activo					
10 + 3300	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	19 789 342		19 789 342	15 550 867
11 + 3301	Disponibilidades em outras instituições de crédito	521 058		521 058	377 409
153 (1) + 158 (1) + 16	Activos financeiros detidos para negociação	9 197 004		9 197 004	8 816 255
153 (1) + 158 (1) + 17	Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	0	0	0	0
154 + 158 (1) + 18 + 34888 (1) - 53888 (1)	Activos financeiros disponíveis para venda	3 885 135		3 885 135	3 652 850
13 + 150 + 158 (1) + 159 (1) + 3303 + 3310 (1) + 3408 (1) - 350 - 3520 - 5210 (1) - 5300	Aplicações em instituições de crédito	2 271 528		2 271 528	2 457 391
14 + 151 + 152 + 158 (1) + 3304 + 3310 (1) + 34000 + 34008 - 3510 - 3518 - 35210 - 35211 - 5210 (1) - 53010 - 53018	Crédito a Clientes	22 807 085	1 889 284	20 917 801	21 979 522
156 + 158 (1) + 159 (1) + 22 + 3307 + 3310 (1) + 3402 - 355 - 3524 - 5210 (1) - 5303	Investimentos detidos até à maturidade	0	0	0	0
155 + 158 (1) + 159 (1) + 20 + 3306 + 3310 (1) + 3408 (1) - 354 - 3523 - 5210 (1) - 5308 (1)	Activos com acordo de recompra	0		0	0
21	Derivados de cobertura	0		0	0
25 - 3580	Activos não correntes detidos para venda	1 069 023	233 389	835 634	731 847
26 - 3581 (1) - 360 (1)	Propriedades de investimento	264 952	37 856	227 096	232 279
27 - 3581 (1) - 360 (1)	Outros activos tangíveis	5 978 496	3 675 064	2 303 432	2 291 032
29 - 3583 - 361	Activos intangíveis	1 785 587	935 041	850 546	317 468
24 - 357	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	12 655		12 655	12 655
300	Activos por impostos correntes	642 745		642 745	606 940
301	Activos por impostos diferidos	95 000		95 000	96 635
12 + 157 + 158 (1) + 159(1) + 31 + 32 + 3302 + 3308 + 3310 (1) + 338 + 3408 (1) + 348 (1) - 3584 - 3525 + 50 (1) (2) - 5210 (1) - 5304 - 5308 (1) + 54 (1) (3)	Outros Activos	3 330 583	82 652	3 247 931	2 519 737
Total de activos		71 650 193	6 853 286	64 796 907	59 642 888

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas.

(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivos se tiver saldo credor.

(3) Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo.



Anexo à Circular nº 3/SHC/2007 - MODELO III (PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO)

Balança - Contas Individuais

Rubricas	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Passivo		
38 - 3311 (1) - 3410 + 5200 + 5211 (1) + 5318 (1)	-	-
Recursos de bancos centrais		
43 (1)	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação		
43 (1)	-	-
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		
39 - 3311 (1) - 3411 + 5201 + 5211 (1) + 5318 (1)	736 367	1 568 861
Recursos de outras instituições de crédito		
40 + 41 - 3311 (1) - 3412 - 3413 + 5202 + 5203 + 5211 (1) + 5310 + 5311	47 841 465	40 983 318
Recursos de clientes e outros empréstimos		
42 - 3311 (1) - 3414 + 5204 + 5211 (1) + 5312	-	-
Responsabilidades representadas por títulos		
44	-	-
Derivados de cobertura		
45	-	-
Passivos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas		
47	396 886	441 155
Provisões		
490	-	-
Passivos por impostos correntes		
491	65 788	8 839
Passivos por impostos diferidos		
481 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	-	-
Instrumentos representativos de capital		
480 + 488 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	2 354 732	2 344 184
Outros passivos subordinados		
51 - 3311 (1) - 3417 - 3418 + 50 (1) (2) + 5207 + 5208 + 5211 (1) + 528 + 538 - 5388 + 5318 (1) + 54 (1) (3)	3 546 266	4 485 694
Outros passivos		
Total de Passivo	54 941 504	49 832 051
Capital		
55	7 020 750	7 020 750
Capital		
602	1 993 740	1 993 740
Prémios de emissão		
57	-	-
Outros instrumentos de capital		
- 56	-	-
(Acções próprias)		
58 + 59	144 911	-3 475
Reservas de reavaliação		
60 - 602 + 61	799 822	697 967
Outras reservas e resultados transitados		
64	-103 821	101 855
Resultado do exercício		
- 63	-	-
(Dividendos antecipados)		
Total de Capital	9 855 403	9 810 837
Total de Passivo + Capital	64 796 907	59 642 888

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007 - MODELO IV

Demonstração de Resultados - Contas Individuais

Rubricas	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
79 + 80	6 308 488	6 017 168
Juros e rendimentos similares		
66 + 67	3 294 562	3 098 005
Juros e encargos similares		
Margem financeira	3 013 927	2 919 162
82		
Rendimentos de instrumentos de capital		
81	676 790	665 407
Rendimentos com serviços e comissões		
68	371 220	303 057
Encargos com serviços e comissões		
- 692 - 693 - 695 (1) - 696 (1) - 698 - 69900 - 69910 + 832 + 833 + 835 (1) + 836 (1) + 838 + 83900 + 83910	4 610	3 905
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		
- 694 + 834		883
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		
- 690 + 830	340 838	223 500
Resultados de reavaliação cambial		
- 691 - 697 - 699 (1) - 725 (1) - 726 (1) + 831 + 837 + 839 (1) + 843 (1) + 844 (1)	21 729	42 962
Resultados de alienação de outros activos		
- 695 (1) - 696 (1) - 69901 - 69911 - 75 - 720 - 721 - 725 (1) - 726 (1) - 728 + 835 (1) + 836 (1) + 83901 + 83911 + 840 + 843 (1) + 844 (1) + 848	118 932	1 400 616
Outros resultados de exploração		
Produto bancário	3 805 606	4 953 379
70	2 029 390	2 084 834
Custos com pessoal		
71	991 599	946 166
Gastos gerais administrativos		
77	409 830	414 434
Amortizações do exercício		
784 + 785 + 786 + 788 - 884 - 885 - 886 - 888	27 276	140 064
Provisões líquidas de reposições e anulações		
760 + 7610 + 7618 + 7620 + 76210 + 76211 + 7623 + 7624 + 7625 + 7630 + 7631 + 765 + 766 - 870 - 8720 - 8710 - 8718 - 87210 - 87211 - 8723 - 8724 - 8726 - 8730 - 8731 - 875 - 876	451 330	1 246 943
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		
768 + 769 (1) - 877 - 878		19 083
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		
Resultados antes de impostos	(103 821)	101 855
Impostos		
65		
Correntes		
74 - 86		
Diferidos		
640	(103 821)	101 855
Resultados após impostos	(2 454)	11 853
- 72600 - 7280 + 8480 + 84400		
Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas		

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas.

Declaração de responsabilidade dos Administradores

Declaração de responsabilidade dos Administradores

Os Administradores não assumem responsabilidade por qualquer erro ou omissão cometida nas Demonstrações Financeiras de Moza Banco, S.A. que compreendem a demonstração de posição financeira em 31 de Dezembro de 2024 e demonstração de resultados, a demonstração de resultados integrais, a demonstração de alterações no capital próprio e demonstração de fluxo de caixa no exercício findo, bem como as notas às demonstrações financeiras, a qual incluem a descrição dos princípios contabilísticos e outras informações de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Os Administradores não garantem a ausência de erros ou omissões relevantes para a preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras, mas assumem a responsabilidade de assegurar que a forma, o conteúdo e a natureza das informações contidas nas demonstrações financeiras apresentadas são fiáveis, claras e não induzem a erro.

Os Administradores procedem a uma avaliação da qualidade do fluxo de caixa e a nível da observância do princípio de continuidade, não tendo encontrado motivos para não acreditar que o Banco continuará a operar sob condições semelhantes às do período em análise.

O Auditor é responsável por emitir as demonstrações financeiras está adequadamente apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras, conformes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 14 de Março de 2024 e são assinadas em seu nome, por:

[Assinaturas]

Administrador do Conselho de Administração

Relatório e parecer sobre o relatório e contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

MOZA BANCO
CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Exmos. Senhores Acionistas do Moza Banco, S.A.,

Nos termos da Lei e das disposições estatutárias, e em conformidade com o mandato que lhe foi conferido em Assembleia Geral a 23 de Abril de 2023, o Conselho Fiscal do Moza Banco, S.A. (doravante designado "Moza Banco" ou "Banco"), acompanhando a actividade do Banco, verificou a exactidão dos documentos de prestação de contas e o cumprimento das normas legais e contabilísticas aplicáveis à actividade do Moza Banco.

Nos termos da Lei, apresenta-se o relatório relativo à acção fiscalizadora efectuada pelo Conselho Fiscal no decurso do ano de 2024, bem como o parecer sobre as demonstrações financeiras, o Relatório de Gestão e o Relatório de Aplicação de Resultados apresentados pelo Conselho de Administração do Moza Banco.

Relatório

No âmbito da acção de fiscalização o Conselho Fiscal do Moza Banco acompanhou, com a periodicidade e extensão adequadas, a actividade do Banco, tendo efectuado as verificações legais, contabilísticas, em conformidade com o disposto no Código Comercial, nomeadamente no que respeita à exactidão das contas, regras contabilísticas e documentação de suporte, tendo obtido sempre, quer do Conselho de Administração, Comissão Executiva e dos demais serviços do Banco, os esclarecimentos solicitados.

Nos primeiros 3 trimestres de 2024, o Conselho Fiscal foi representado por dois dos seus membros nos reuniões das Comissões de Risco e Compliance e da Comissão de Auditoria respectivamente.

No que respeita ao resultado líquido do exercício, o mesmo apresenta um valor negativo no montante de 103,821 Milhões de Meticals, tendo o resultado integral apresentado um

valor positivo no montante de 41,091 Milhões de Meticals e os Capitais Próprios do Banco apresentaram um valor de 851,084 Milhões de Meticals.

No que respeita aos indicadores de rentabilidade do Moza Banco, os Fluxos Próprios Regulamentares, calculados de acordo com as regras do Banco de Moçambique, ascendem a 1,761 Milhões de Meticals (2023: 1,549 Milhões de Meticals) o que resulta num rácio de 18,22% (2023: 22,04 %), o rácio de liquidez apresenta um valor de 371,4% (2023: 34,80%) e o rácio de Solvabilidade um valor de 15,00% (2023: 19,92%).

O Conselho Fiscal reviu no decurso dos trabalhos de auditoria com o Auditor Independente do Banco, a Moza, tendo obtido os esclarecimentos necessários sobre o planeamento, execução e controlos dos trabalhos efectuados, tendo sido aprovada o Relatório do Auditor Independente, datado de 14 de Março de 2025, relativo às demonstrações financeiras do Moza Banco referentes ao exercício de 2024, o qual apresenta uma opinião não modificada, e com o qual concordamos.

Foi examinado o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2024, tendo sido concluído que o mesmo permite uma visão clara e compreensiva da situação económica, da evolução dos negócios e da sustentabilidade do Moza Banco.

No que concerne à prova de aplicação de resultados atribuída pelo Conselho de Administração, e qual consistiu na transferência da contabilidade registada do exercício, no montante de 103,820 840 (cent e três milhões, oitocentos e vinte mil setecentos e quarenta Meticals), para a rubrica de Resultados Transferidos, foi verificada a conformidade com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, com especial atenção ao disposto no artigo 99.º, n.º 1 e 3 do Código Comercial e no artigo 82.º, n.º 1 da Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

Parecer

Faço ao exposto, e não tendo tomado conhecimento de qualquer violação do Estatuto, da Lei e dos Regulamentos emanados pelo Banco de Moçambique, enquanto entidade reguladora, o Conselho Fiscal é do parecer que a Assembleia Geral proceda nos termos seguintes:

- Aprovar os contas referentes ao exercício de 2024;
- Aprovar o Relatório de Gestão do Conselho de Administração;

Moza, 27 de Março de 2025
O Conselho Fiscal

[Assinatura]
Irene Maurício – Presidente do CF

[Assinatura]
Anabela C. Correia – Vice-Presidente do CF

[Assinatura]
Nuno Domingues – Vogal

[Assinatura]
Isabelina Mubumba – Suplente

Relatório do Auditor Independente

forvis mazars

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Atos Acionistas do Moza Banco, S.A.

Relato sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras

Opinião

Auditoria das demonstrações financeiras anuais do Moza Banco, S.A. (da ora adiante também designado por "Banco" ou "Moza Banco"), que compreendem a Demonstração de posição financeira em 31 de Dezembro de 2024, a demonstração de resultados, a demonstração do resultado integral, a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração de fluxo de caixa relativas ao ano findo no qual, e as notas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre as políticas contabilísticas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anuais apresentadas de forma verdadeira e apropriada, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessa norma estão descritas na secção Responsabilidade do Auditor pelo Auditor das Demonstrações Financeiras. Somos independentes do Banco de acordo com os requisitos do Código de Ética da IFBA (International Ethics Standards Board for Accountants) e em relação aos riscos relevantes para a Auditoria das demonstrações financeiras em Moçambique, e cumpriamos as mesmas responsabilidades éticas previstas nesse requisito.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Materiais relevantes da auditoria

As matérias relevantes da auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância no Auditorio das demonstrações financeiras do exercício. Essas matérias foram consideradas no contexto do Auditorio das demonstrações financeiras como um todo, e, na formação da opinião, e não tivemos uma opinião separada sobre essas matérias. Decretamos as seguintes matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

forvis mazars

Ativos por impostos diferidos

Descrição da matéria relevante da auditoria

Abordagem e resposta de auditoria

Conforme divulgado na Nota 13 das notas anuais às demonstrações financeiras ("Notas de estatísticas e julgamento") e na Nota 2 das notas anuais às demonstrações financeiras ("Sumário das principais políticas contabilísticas"), os Ativos por impostos diferidos são reconhecidos no balanço quando é provável que os benefícios fiscais futuros serão realizados. A avaliação da provabilidade depende da análise da natureza, origem e duração dos benefícios fiscais esperados, bem como da análise da capacidade do contribuinte de gerar lucros futuros suficientes para utilizar os benefícios fiscais.

Estas informações são determinadas através da análise individual para entidades com demonstrações fiscais separadas e através de análises agregadas para as entidades controladas que não sejam objecto de análise individual.

No âmbito da auditoria a grande cliente, o valor das impoantes diferidas é materialmente calculado de forma individual.

As impoantes individuais, expõem um risco de erro do qual o risco de erro do ponto de vista do Auditor é considerado alto.

As impoantes calculadas com base na análise agregada são determinadas considerando a natureza, origem e duração dos benefícios fiscais esperados, bem como a análise da capacidade do contribuinte de gerar lucros futuros suficientes para utilizar os benefícios fiscais.

Considerando a materialidade e natureza crítica das impoantes de carteira de crédito concedido a clientes, esta matéria foi considerada como relevante no âmbito da nossa Auditoria.

forvis mazars

Ativos por impostos diferidos

Descrição da matéria relevante da auditoria

Abordagem e resposta de auditoria

Conforme divulgado na Nota 13 das notas anuais às demonstrações financeiras ("Notas de estatísticas e julgamento") e na Nota 2 das notas anuais às demonstrações financeiras ("Sumário das principais políticas contabilísticas"), os Ativos por impostos diferidos são reconhecidos no balanço quando é provável que os benefícios fiscais futuros serão realizados. A avaliação da provabilidade depende da análise da natureza, origem e duração dos benefícios fiscais esperados, bem como da análise da capacidade do contribuinte de gerar lucros futuros suficientes para utilizar os benefícios fiscais.

Estas informações são determinadas através da análise individual para entidades com demonstrações fiscais separadas e através de análises agregadas para as entidades controladas que não sejam objecto de análise individual.

No âmbito da auditoria a grande cliente, o valor das impoantes diferidas é materialmente calculado de forma individual.

As impoantes individuais, expõem um risco de erro do qual o risco de erro do ponto de vista do Auditor é considerado alto.

As impoantes calculadas com base na análise agregada são determinadas considerando a natureza, origem e duração dos benefícios fiscais esperados, bem como a análise da capacidade do contribuinte de gerar lucros futuros suficientes para utilizar os benefícios fiscais.

Considerando a materialidade e natureza crítica das impoantes de carteira de crédito concedido a clientes, esta matéria foi considerada como relevante no âmbito da nossa Auditoria.

forvis mazars

Ativos por impostos diferidos

Descrição da matéria relevante da auditoria

Abordagem e resposta de auditoria

Conforme divulgado na Nota 13 das notas anuais às demonstrações financeiras ("Notas de estatísticas e julgamento") e na Nota 2 das notas anuais às demonstrações financeiras ("Sumário das principais políticas contabilísticas"), os Ativos por impostos diferidos são reconhecidos no balanço quando é provável que os benefícios fiscais futuros serão realizados. A avaliação da provabilidade depende da análise da natureza, origem e duração dos benefícios fiscais esperados, bem como da análise da capacidade do contribuinte de gerar lucros futuros suficientes para utilizar os benefícios fiscais.

Estas informações são determinadas através da análise individual para entidades com demonstrações fiscais separadas e através de análises agregadas para as entidades controladas que não sejam objecto de análise individual.

No âmbito da auditoria a grande cliente, o valor das impoantes diferidas é materialmente calculado de forma individual.

As impoantes individuais, expõem um risco de erro do qual o risco de erro do ponto de vista do Auditor é considerado alto.

As impoantes calculadas com base na análise agregada são determinadas considerando a natureza, origem e duração dos benefícios fiscais esperados, bem como a análise da capacidade do contribuinte de gerar lucros futuros suficientes para utilizar os benefícios fiscais.

Considerando a materialidade e natureza crítica das impoantes de carteira de crédito concedido a clientes, esta matéria foi considerada como relevante no âmbito da nossa Auditoria.

forvis mazars

Ativos por impostos diferidos

Descrição da matéria relevante da auditoria

Abordagem e resposta de auditoria

Conforme divulgado na Nota 13 das notas anuais às demonstrações financeiras ("Notas de estatísticas e julgamento") e na Nota 2 das notas anuais às demonstrações financeiras ("Sumário das principais políticas contabilísticas"), os Ativos por impostos diferidos são reconhecidos no balanço quando é provável que os benefícios fiscais futuros serão realizados. A avaliação da provabilidade depende da análise da natureza, origem e duração dos benefícios fiscais esperados, bem como da análise da capacidade do contribuinte de gerar lucros futuros suficientes para utilizar os benefícios fiscais.

Estas informações são determinadas através da análise individual para entidades com demonstrações fiscais separadas e através de análises agregadas para as entidades controladas que não sejam objecto de análise individual.

No âmbito da auditoria a grande cliente, o valor das impoantes diferidas é materialmente calculado de forma individual.

As impoantes individuais, expõem um risco de erro do qual o risco de erro do ponto de vista do Auditor é considerado alto.

As impoantes calculadas com base na análise agregada são determinadas considerando a natureza, origem e duração dos benefícios fiscais esperados, bem como a análise da capacidade do contribuinte de gerar lucros futuros suficientes para utilizar os benefícios fiscais.

Considerando a materialidade e natureza crítica das impoantes de carteira de crédito concedido a clientes, esta matéria foi considerada como relevante no âmbito da nossa Auditoria.

forvis mazars

Ativos por impostos diferidos

Descrição da matéria relevante da auditoria

Abordagem e resposta de auditoria

Conforme divulgado na Nota 13 das notas anuais às demonstrações financeiras ("Notas de estatísticas e julgamento") e na Nota 2 das notas anuais às demonstrações financeiras ("Sumário das principais políticas contabilísticas"), os Ativos por impostos diferidos são reconhecidos no balanço quando é provável que os benefícios fiscais futuros serão realizados. A avaliação da provabilidade depende da análise da natureza, origem e duração dos benefícios fiscais esperados, bem como da análise da capacidade do contribuinte de gerar lucros futuros suficientes para utilizar os benefícios fiscais.

Estas informações são determinadas através da análise individual para entidades com demonstrações fiscais separadas e através de análises agregadas para as entidades controladas que não sejam objecto de análise individual.

No âmbito da auditoria a grande cliente, o valor das impoantes diferidas é materialmente calculado de forma individual.

As impoantes individuais, expõem um risco de erro do qual o risco de erro do ponto de vista do Auditor é considerado alto.

As impoantes calculadas com base na análise agregada são determinadas considerando a natureza, origem e duração dos benefícios fiscais esperados, bem como a análise da capacidade do contribuinte de gerar lucros futuros suficientes para utilizar os benefícios fiscais.

Considerando a materialidade e natureza crítica das impoantes de carteira de crédito concedido a clientes, esta matéria foi considerada como relevante no âmbito da nossa Auditoria.

forvis mazars

Ativos por impostos diferidos

Descrição da matéria relevante da auditoria

Abordagem e resposta de auditoria

Conforme divulgado na Nota 13 das notas anuais às demonstrações financeiras ("Notas de estatísticas e julgamento") e na Nota 2 das notas anuais às demonstrações financeiras ("Sumário das principais políticas contabilísticas"), os Ativos por impostos diferidos são reconhecidos no balanço quando é provável que os benefícios fiscais futuros serão realizados. A avaliação da provabilidade depende da análise da natureza, origem e duração dos benefícios fiscais esperados, bem como da análise da capacidade do contribuinte de gerar lucros futuros suficientes para utilizar os benefícios fiscais.

Estas informações são determinadas através da análise individual para entidades com demonstrações fiscais separadas e através de análises agregadas para as entidades controladas que não sejam objecto de análise individual.

No âmbito da auditoria a grande cliente, o valor das impoantes diferidas é materialmente calculado de forma individual.

As impoantes individuais, expõem um risco de erro do qual o risco de erro do ponto de vista do Auditor é considerado alto.

As impoantes calculadas com base na análise agregada são determinadas considerando a natureza, origem e duração dos benefícios fiscais esperados, bem como a análise da capacidade do contribuinte de gerar lucros futuros suficientes para utilizar os benefícios fiscais.

Considerando a materialidade e natureza crítica das impoantes de carteira de crédito concedido a clientes, esta matéria foi considerada como relevante no âmbito da nossa Auditoria.

forvis mazars

Ativos por impostos diferidos

Descrição da matéria relevante da auditoria

Abordagem e resposta de auditoria

Conforme divulgado na Nota 13 das notas anuais às demonstrações financeiras ("Notas de estatísticas e julgamento") e na Nota 2 das notas anuais às demonstrações financeiras ("Sumário das principais políticas contabilísticas"), os Ativos por impostos diferidos são reconhecidos no balanço quando é provável que os benefícios fiscais futuros serão realizados. A avaliação da provabilidade depende da análise da natureza, origem e duração dos benefícios fiscais esperados, bem como da análise da capacidade do contribuinte de gerar lucros futuros suficientes para utilizar os benefícios fiscais.

Estas informações são determinadas através da análise individual para entidades com demonstrações fiscais separadas e através de análises agregadas para as entidades controladas que não sejam objecto de análise individual.

No âmbito da auditoria a grande cliente, o valor das impoantes diferidas é materialmente calculado de forma individual.

As impoantes individuais, expõem um risco de erro do qual o risco de erro do ponto de vista do Auditor é considerado alto.

As impoantes calculadas com base na análise agregada são determinadas considerando a natureza, origem e duração dos benefícios fiscais esperados, bem como a análise da capacidade do contribuinte de gerar lucros futuros suficientes para utilizar os benefícios fiscais.

Considerando a materialidade e natureza crítica das impoantes de carteira de crédito concedido a clientes, esta matéria foi considerada como relevante no âmbito da nossa Auditoria.

forvis mazars

Ativos por impostos diferidos

Descrição da matéria relevante da auditoria

Abordagem e resposta de auditoria

Conforme divulgado na Nota 13 das notas anuais às demonstrações financeiras ("Notas de estatísticas e julgamento") e na Nota 2 das notas anuais às demonstrações financeiras ("Sumário das principais políticas contabilísticas"), os Ativos por impostos diferidos são reconhecidos no balanço quando é provável que os benefícios fiscais futuros serão realizados. A avaliação da provabilidade depende da análise da natureza, origem e duração dos benefícios fiscais esperados, bem como da análise da capacidade do contribuinte de gerar lucros futuros suficientes para utilizar os benefícios fiscais.

Estas informações são determinadas através da análise individual para entidades com demonstrações fiscais separadas e através de análises agregadas para as entidades controladas que não sejam objecto de análise individual.

No âmbito da auditoria a grande cliente, o valor das impoantes diferidas é materialmente calculado de forma individual.

As impoantes individuais, expõem um risco de erro do qual o risco de erro do ponto de vista do Auditor é considerado alto.

As impoantes calculadas com base na análise agregada são determinadas considerando a natureza, origem e duração dos benefícios fiscais esperados, bem como a análise da capacidade do contribuinte de gerar lucros futuros suficientes para utilizar os benefícios fiscais.

Considerando a materialidade e natureza crítica das impoantes de carteira de crédito concedido a clientes, esta matéria foi considerada como relevante no âmbito da nossa Auditoria.